

**TEN.CEL. QOPM LUIZ ALBERTO BORBA**

**A CONCEPÇÃO DOS POLICIAIS-MILITARES SOBRE AS  
ATIVIDADES DE PREVENÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO  
PARANÁ**

**Monografia apresentada por exigência curricular do Curso de Especialização Superior de Polícia Militar em convênio com a Universidade Federal do Paraná, para obtenção do título de Especialista ao Nível Estratégico em Segurança Pública.**

**Orientador: Prof. Dr. Américo Augusto Nogueira Vieira.**

**CURITIBA  
2007**

Dedico este momento intelectual às minhas filhas Patrícia e Paula pela importância que as mesmas têm na minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, pela graça concedida, propiciando-me a oportunidade para a concretização dessa etapa de especialização, última exigência legal de uma jornada iniciada em 1977.

A minha mãe Hilda Borba, *in memoriam*, pelo amor que me trouxe ao mundo, pelos ensinamentos de luta, esperança, dignidade, justiça e solidariedade plantadas em minha alma.

Resumo da monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná e à Academia Policial Militar do Guatupê, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Estratégia em Segurança Pública.

## **A CONCEPÇÃO DOS POLICIAIS-MILITARES SOBRE AS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ**

LUIZ ALBERTO BORBA

Curitiba/2007

Orientador Metodológico: Professor Américo Augusto Nogueira Vieira, D. Sc.

Orientadora de Conteúdo: Ten.- Cel. QOPM Rita Aparecida de Oliveira

Programa: Convênio UFPR/PMPR (Academia Policial Militar do Guatupê).

O presente trabalho, a partir da admissão da hipótese “de que há necessidade de inclusão de práticas preventivas nas atividades de polícia”, irá demonstrar que para o sucesso de “polícia comunitária” é necessário interligar esta “nova identidade policial” que inclui o aspecto preventivo, desde a formação inicial do agente policial assim como ao longo de toda sua carreira. A investigação teve por finalidade analisar as concepções dos policiais-militares que desenvolvem suas atividades no serviço operacional da Polícia Militar do Paraná sobre o termo prevenção. Foi possível a construção de um marco teórico sob o enfoque de conceitos diversos sobre prevenção no contexto das organizações que trabalham na área da segurança pública e as ações em polícia comunitária e atividades educativas e sociais no âmbito da produção social na Corporação. A pesquisa desvelou na revisão de literatura e com os sujeitos de pesquisa os paradigmas que cotidianamente têm-se observado e vivido na Organização, como pré-conceitos contra os projetos e programas nos campos de polícia comunitária e ações sociais. A pesquisa aponta ainda, por meio da concepção de prevenção desses profissionais, quais as implicações para a Corporação da não-construção adequada acerca das atividades de polícia comunitária que implica em contextos de prevenção.

**Palavras-chaves:** Prevenção. Segurança Pública. Polícia Comunitária.

Abstract of the monograph presented to the Universidade Federal do Paraná to the Academia Policial Militar do Guatupê, as part of the requirements to obtain the Specialist's in Public Safety.

## **THE CONCEPTION OF THE MILITARY POLICE OFFICERS ON THE ACTIVITIES OF PREVENTION IN THE MILITARY POLICE OF PARANÁ**

LUIZ ALBERTO BORBA

Curitiba/2007

Methodological Advisor: Professor Américo Augusto Nogueira, D.Sc.

Content Advisor: Ten.- Cel. QOPM Rita Aparecida de Oliveira

Program: UFPR/PMPR (Academia Policial Militar do Guatupê) accord

This paper, starting from the admission of the hypothesis "that there is need of inclusion of preventive practices in the police activities", will demonstrate that for the success of "community police" is necessary to interconnect this "new police identity" that includes the preventive aspect, since the policeman's initial formation as well as along all his career. The research was designed to examine the concepts of the military police officers prevention that develop their activities in the operational service of the Military Police of Parana. It was possible to construct a theoretical framework under the focus on prevention of various concepts in the context of organizations working in the area of public security and police actions in community, educational and social activities within the social production in the Corporation. The research handled in the review of literature and the subject of research paradigms that the daily has seen and lived in the Organization, as pre-concepts against the projects and programs in the fields of police community and social activities. The survey also shows, through the design of prevention of these professionals, what the implications for the Corporation's not appropriate construction activities on the Community Police meaning in contexts of prevention.

**Keywords:** Prevention. Public Security. Community Police.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Representação das identidades dos policiais-militares.....	39
FIGURA 2 - As concepções de atividade de Polícia Militar.....	62
FIGURA 3 - Organograma do PROERD na Polícia Militar do Paraná de acordo com a implantação do sistema de qualidade .....	69
FIGURA 4 - Uso na vida de drogas psicotrópicas por 48.155 estudantes do ensino fundamental e médio das redes municipal e estadual do Brasil .....	71

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Idade dos policiais-militares que atuam nas atividades de policiamento ostensivo .....	90
GRÁFICO 2 - Tempo de trabalho dos policiais-militares nos serviços operacional, polícia comunitária/social/educativa e meio .....	91
GRÁFICO 3 - Grau de escolaridade dos policiais-militares .....	92
GRÁFICO 4 - Concepções sobre outros investimentos sociais ainda não alcançados pela PMPR .....	101
GRÁFICO 5 - O que falta no ambiente de trabalho para o adequado desempenho da atividade .....	102

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Período de atuação do policial-militar, a contar de seu ingresso na Corporação .....	90
TABELA 2 - Concepção dos policiais-militares sobre os programas da Polícia Militar do Paraná .....	94
TABELA 3 - Noção do termo prevenção dos policiais-militares .....	95
TABELA 4 - Significado do termo prevenção para os policiais-militares ...	97
TABELA 5 - Concepção dos policiais-militares sobre a responsabilidade dos programas na Corporação .....	98
TABELA 6 - Mudanças produzidas nas comunidades pela inclusão de projetos de Polícia Comunitária e ações sociais da PMPR .....	99
TABELA 7 - Caracterização pelos policiais-militares dos programas e ações sociais da PMPR .....	100
TABELA 8 - Como os outros policiais-militares vêem os profissionais que trabalham com Polícia Comunitária e Social na PMPR .....	103

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 POLÍCIA E A DINÂMICA DE MUDANÇAS NA SOCIEDADE .....</b>	<b>18</b>
2.1 A VIOLÊNCIA COMO UM PROBLEMA PÚBLICO .....	22
2.2 PROBLEMATIZAÇÃO DO MODELO DE POLÍCIA.....	27
2.3 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE PREVENÇÃO.....	36
<b>2.3.1 O ente prevenção em diversos contextos .....</b>	<b>47</b>
2.4 OS PRINCIPAIS PROJETOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ.....	57
<b>2.4.1 A concepção de Polícia Comunitária .....</b>	<b>57</b>
<b>2.4.2 A Polícia Comunitária na Polícia Militar do Paraná .....</b>	<b>62</b>
<b>2.4.3 O Projeto POVO .....</b>	<b>64</b>
<b>2.4.4 A Patrulha Escolar Comunitária .....</b>	<b>65</b>
<b>2.4.5 O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD .....</b>	<b>67</b>
<b>2.4.6. Outros projetos de prevenção na Corporação.....</b>	<b>75</b>
2.4.6.1 O Programa Formando Cidadão .....	75
2.4.6.2 O Projeto Resgate Social.....	78
<b>3 FUNDAMENTANDO A BUSCA .....</b>	<b>81</b>
3.1 PERFIL DA POPULAÇÃO A SER ESTUDADA.....	82
<b>3.1.1 Escolha da população de estudo .....</b>	<b>82</b>
3.2 TIPO DE PESQUISA A SER REALIZADA.....	83
<b>3.2.1 A pesquisa exploratória .....</b>	<b>83</b>
3.3 COLETA DOS DADOS .....	85
3.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	86
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>89</b>
4.1 DADOS GERAIS DA POPULAÇÃO ESTUDADA.....	89
4.2 SOBRE A ATUAÇÃO EM ATIVIDADES DIVERSAS.....	92
<b>4.2.1 O que fazia antes de ingressar na atividade atual .....</b>	<b>92</b>
<b>4.2.2 Atividade que atualmente desempenha.....</b>	<b>93</b>
4.3 CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍCIA MILITAR .....	93

<b>4.3.1 Como você concebe a Polícia Militar .....</b>	<b>94</b>
<b>4.3.2 Você sabe o que é prevenção?.....</b>	<b>95</b>
<b>4.3.3 Em caso positivo, descreva o que é prevenção? .....</b>	<b>96</b>
<b>4.3.4 Como você entende o trabalho de Polícia Comunitária ou Social .....</b>	<b>97</b>
<b>4.3.5 O trabalho no campo de Polícia Comunitária, Educativa ou Social na PMPR possibilita mudança social .....</b>	<b>99</b>
<b>4.3.6 Como você considera a Instituição Polícia Militar do Paraná, no que se refere à aplicação/implantação da atividade de Polícia Comunitária, Educativa ou Social.....</b>	<b>100</b>
<b>4.3.7 A Corporação deveria investir em outra área ainda não alcançada pela atividade de Polícia Comunitária, Educativa ou Social .....</b>	<b>101</b>
<b>4.4 O AMBIENTE SOCIAL.....</b>	<b>102</b>
<b>4.4.1 O que o policial-militar observa que falta no ambiente para o trabalho .</b>	<b>102</b>
<b>4.4.2 Como os policiais militares de outras atividades o vêem.....</b>	<b>103</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho, a partir da admissão do pressuposto preventivo na atividade policial, conforme acima delineado, ira demonstrar que a concepção preventiva na “polícia comunitária” deve ser interligada no prévio treinamento do policial que irá estar na atividade de policiamento comunitário. .

Vale salientar que não há modelos policiais puros, unidimensionais, como também não há práticas policiais genuínas e que envolvam uma só dimensão. Um modelo constitui um quadro de referência analítico, que apresenta um conjunto coeso de argumentos acerca do papel, das funções e da missão da polícia, da filosofia de trabalho, da política administrativa adotada e das estratégias e táticas operacionais concebidas pela organização para moldar o comportamento policial numa determinada sociedade, num dado momento histórico.

No percurso da história da polícia, evidencia-se, sobremaneira, que os aspectos vinculados à burocratização e à militarização, com excessivo realce no comportamento profissional e legalista dos policiais, permearam a construção de um determinado modelo policial profissional, que ainda hoje serve de base para a estrutura policial nas sociedades democráticas ocidentais, orientando a organização da polícia, os seus princípios e métodos, desde a aplicação do treinamento, englobando a filosofia, a terminologia, a literatura organizacional até o estilo de policiamento, envolvendo táticas e estratégias, o equipamento utilizado nas operações de policiamento, etc.

É importante reconhecer que esse modelo policial profissional é proveniente das reformas da polícia que ocorreram no final do século XIX e durante a primeira metade do século XX, foi uma resposta inovadora para os problemas que precederam sua montagem. A sua peculiaridade reside no entrelaçamento de dois modelos de polícia; o burocrático-militar e o de aplicação da lei. De modo geral, sua implementação traz consigo a expectativa dos reformadores de torná-la mais disciplinada, menos discricionária nas suas operações, menos politizada e mais profissional.

Portanto, destaca-se a importância da formação profissional básica realizada nas academias de polícia para a construção da identidade profissional, fundamentalmente, como uma etapa que faz considerável diferença para a vida

profissional do policial, não apenas dada a importância da experiência de formação do membro na aquisição formal dos valores e normas próprias da profissão e das competências e das habilidades para o campo de trabalho, mas também na aquisição dos valores e crenças acerca da profissão, consubstanciados em uma base de conhecimento e de cultura comum sobre o que é ser policial em um determinado modelo de polícia profissional.

O trabalho de pesquisa aqui realizado inicia-se com a discussão sobre polícia e a dinâmica de mudanças na sociedade, em que, no final da ditadura militar, as corporações policiais, cujas práticas históricas foram enrijecidas, começaram um processo de rompimento do modelo histórico do sistema policial, em decorrência das transformações em andamento na sociedade brasileira. São discutidas as mudanças sociais e políticas. A prática policial produz uma crise nas polícias brasileiras, que não é uma crise de dentro da corporação para fora, mas sim o inverso, da relação sociedade-Estado, em consequência da falta de sintonia entre o avanço social e a prática policial, ampliada pela ausência de um processo dinâmico e otimizado que faça funcionar um sistema de segurança pública para a realidade brasileira.

A revisão de literatura aponta que no modelo tradicional a força tem sido o primeiro e quase único instrumento de intervenção, sendo usada freqüentemente de forma não-profissional, desqualificada e inconseqüente, não poucas vezes à margem da legalidade, e que é possível se pensar em outro modelo de polícia, desde que passe a centrar sua função na garantia e efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos e na interação com a comunidade, estabelecendo a mediação e a negociação como instrumento principal; uma polícia altamente preparada para a eventual utilização da força e para a decisão de usá-la.

Outro item discutido é sobre a violência social como um problema público, que implica na atribuição da responsabilidade a quem cabe resolvê-la. O aspecto moral, aliado à identificação de causas do fenômeno, entretanto, é que torna a erradicação do problema algo desejável.

A similaridade de problemas que a polícia enfrenta talvez seja o resultado de que, embora os contextos socioculturais sejam muito distintos, a função das polícias é essencialmente a mesma.

No texto, é discutido o papel da polícia na sociedade, momento em que são trazidos pesquisadores como Bayley (1994, p. 44), que aponta que a função policial, classicamente, distingue-se das atividades do exército por dirigir-se a um dos

aspectos centrais no sistema de segurança pública: aquele que diz respeito às atividades de manutenção da ordem.

A discussão acerca do assunto é continuada na problematização do modelo de polícia, que discute a categoria de polícia hoje melhor aceita pelas comunidades, a polícia cidadã, que é uma concepção problematizadora em segurança, pois discute sua complexidade e divide responsabilidades.

Parte do processo de compreensão dos policiais é o reconhecimento de que intervir no movimento social não é o mesmo que estar intervindo na criminalidade. A partir desse entendimento, a polícia terá uma nova perspectiva de que ela precisa restabelecer a ordem e cumprir a ordem judicial, mas na vertente da necessidade social, e não política ou de interesse de grupos isolados.

O grande desafio colocado no processo de democratização dos países da América Latina, hoje, quanto às organizações policiais, é a questão da função da polícia, do conceito de polícia.

Em comparação com um dos maiores pesquisadores, Bayley (2001), em seu livro intitulado *Padrões de Policiamento*, busca analisar as relações entre a polícia e sociedade na história dos homens, trazida à luz nas discussões nesse capítulo. O relacionamento entre polícia e sociedade é recíproco, e a sociedade aponta, direciona o que a polícia é, e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode tornar-se.

Ocorre que a Corporação, pela sua tradição na formação de seus policiais-militares que privilegia a epistemologia comportamentalista, e a ênfase na repressão e na contenção da criminalidade como metas históricas e governamentais de trabalho; por isso, houve a necessidade de abordar o tema a fim de repensar as mudanças na formação policial.

A pesquisa bibliográfica e a análise de conteúdo dos questionários aplicados aos policiais-militares que trabalham, basicamente, no serviço operacional apontam a necessidade de uma formação acadêmica multidisciplinar, em que as áreas humanísticas, jurídicas, administrativas e técnico-profissionais fossem abordadas de forma interdisciplinar.

A pesquisa aponta ainda que o currículo de formação desses sujeitos deva estar colado à sua prática cotidiana e elaborado de acordo com as teorias que tratam sobre o currículo.

Outro momento da discussão relaciona os apontamentos sobre os possíveis conceitos sobre prevenção, que é o objeto desse estudo. Aqui são discutidos rudimentos para algumas reflexões que possibilitarão traçar paralelos entre o atual modo de se pensar a Corporação Polícia Militar, sua prática cotidiana em sua(s) forma (a) paradigmática(s), por meio de teorias pós-críticas da identidade, diferença, relações de poder e as formas de superação desses aspectos intrínsecos à cultura vigente.

Nessa etapa, inicia-se a discussão pela teoria crítica abordada por Silva (2001), o reconhecimento e valorização das diversas identidades culturais de Candau (1997) e Goffman (2005) que traçam o perfil de instituições como as Polícias Militares.

A abordagem continua com as formas possíveis de prevenção por meio do Direito Penal, com os conceitos de prevenção geral positiva e o conceito de prevenção do crime e da violência. Outro conceito é o foco em fatores de risco e/ou de proteção que são importantes para a diminuição da vulnerabilidade a crimes e violências e/ou para o aumento da resiliência a crimes e violências e as medidas de proteção específica para a redução de fatores de risco individuais e controle de danos.

Outro tipo de prevenção praticada é a apontada por Bucher (1992), fundamentada nas suas ações norteadas por idéias construtivas, por valores humanos claramente pensados e enunciados.

As ações que têm identidade com a prevenção na Corporação são aqui abordadas sinteticamente nos modelos de polícia comunitária como o Proerd, PEC, Projeto Povo e outros, como os principais projetos da Polícia Militar do Paraná, os quais foram tratados a partir da concepção de polícia comunitária, com diversos autores que apontaram algumas destas experiências e inovações como geralmente reconhecidas como a base de um novo modelo de polícia, orientada para um novo tipo de policiamento, mais voltado para a comunidade, que ficou conhecido como policiamento comunitário.

A problematização de nossa investigação foi relacionada à necessidade de entender, por meio da concepção dos policiais-militares, como esses sujeitos entendem e se relacionam com o conceito prevenção.

Nas perguntas da pesquisa realizada melhor concepção do tema aponta-se que a questão social na Organização traz um vasto campo de estudo. Isso ocorre, pois se realizam poucas pesquisas de caráter exploratório na Polícia Militar.

Assim, percebe-se que a Corporação possui vocação no desenvolvimento do pensamento social, considerando-se o universo de demandas existentes, e que compreende os funcionários em atividade, inativos, pensionistas, dependentes destes, e a população de seu entorno que é beneficiada por programas diversos, ainda que de forma paradigmática. Resta saber se a base da execução das ações na Corporação encontra-se preparada, motivada e pronta para o desempenho desse grande desafio.

Essas questões, uma vez respondidas, permitirão apontar limites, possibilidades, horizontes a serem redefinidos, bem como permitir a reflexão sobre o redirecionamento dessas ações de planejamento na Corporação.

Acredita-se que se uma organização como a Polícia Militar adotar o autoconhecimento a partir de uma postura crítica perante a sociedade, o trabalho realizado buscando a competência interpessoal, pode contribuir de forma integrada para desenvolver o que Moscovici (1997) considera como sensibilidade social que consiste no desenvolvimento da capacidade de perceber a si mesmo, e como os outros sentem, pensa e tende a organizar suas ações, o que permitiria forma mais adequada com maior flexibilidade no convívio interpessoal.

Para alcançarmos a meta acima descrita iremos subsidiariamente:

- a) Analisar por meio das falas dos policiais-militares que desenvolvem suas atividades na área da repressão, e de maneira crítica, suas concepções acerca do conceito prevenção, observadas individualmente;
- b) Comparar os conceitos de teóricos sobre o termo prevenção, usuais na PMPR;
- c) Levantar os principais projetos e programas existentes na Corporação, que têm identidade com o conceito prevenção.

O objeto de estudo observado em questão foi tratado de maneira analítica, mesmo se considerada a complexidade do fenômeno social estudado. O trabalho de pesquisa adotou a pesquisa bibliográfica como fonte primária, secundária e terciária, seguida da análise de conteúdo do material coletado.

O direcionamento da investigação redundou em pesquisa qualitativa de caráter exploratório, pois o processo da pesquisa citado não admite visões isoladas, parceladas e estanques, mas desenvolve-se em uma interação dinâmica se retro-alimentando, reformulando-se constantemente, de forma que na coleta de dados, num instante deixa de ser tal e passa-se à análise de dados, e este é em seguida um veículo para nova busca de informações.

No que se refere à coleta de dados, a pesquisa qualitativa admitiu alguns tipos de caminhos, que foram utilizados, como o questionário semi-estruturado, aplicado à população de policiais-militares – Praças, que atuam no policiamento ostensivo na Polícia Militar do Paraná, na cidade de Curitiba.

Como técnica de análise do conteúdo das observações, adotou-se como base as experiências de trabalho de campo de Bogdan e Biklen (1982, p. 22) em Lüdke e André (1986, p. 15), que apresentam uma parte descritiva e uma parte reflexiva.

Na análise documental, de acordo com Cauley (1981, p. 32), buscou-se identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Assim, os documentos constituem-se em uma fonte poderosa da qual podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador.

Outro aspecto importante da análise de conteúdo, de acordo com Sampieri (1998, p. 43), está na capacidade de a análise de conteúdo “gerar novas interrogações e descobertas”. Nesse sentido, Franco (1986, p. 9) ressalta que a análise de conteúdo busca os sentidos de um texto, de uma mensagem. O ideal, de acordo com o autor, é buscar sentidos em um texto, na mensagem procedida pelo interlocutor.

## 2 POLÍCIA E A DINÂMICA DE MUDANÇAS NA SOCIEDADE

Ao iniciarmos nossa jornada de pesquisador, verificamos nossos contextos conceptivos a respeito de prevenção. De acordo com Mesquita Neto (2004), o processo de redemocratização do Brasil, a partir da década de 80, vem provocando nas instituições públicas, em especial nas corporações policiais, transformações decorrentes do questionamento da sociedade brasileira sobre a real função pública que devem assumir diante do Estado Democrático de Direito.

No início dos anos 90, as corporações policiais, cujas práticas históricas foram enrijecidas pelo período ditatorial, começaram um processo de rompimento do modelo histórico do sistema policial, em decorrência das transformações em andamento na sociedade brasileira, em especial o crescimento das práticas democráticas e o fortalecimento da cidadania.

O descompasso entre as mudanças sociais e políticas e a prática policial produz uma crise nas polícias brasileiras, que não é uma crise de dentro da corporação para fora, mas sim o inverso, da relação sociedade-Estado, em consequência da falta de sintonia entre o avanço social e a prática policial, ampliada pela ausência de um processo dinâmico que faça funcionar um sistema de segurança pública para a realidade brasileira.

Na verdade, há uma reação da sociedade brasileira que indica a necessária mudança no modelo atual, em que a Justiça é morosa, o sistema prisional é desumano e inócuo e a polícia atual é enfraquecida, fracionada, autoritária e afastada das comunidades, despreparada e obsoleta na sua estrutura, não conseguindo responder às exigências impostas pelo contexto social atual.

A grande questão postulada é: é possível ter uma polícia diferente numa sociedade democrática? A concretização dessa possibilidade passa por alguns eixos. Primeiro, por mudanças nas políticas de qualificação profissional, por um programa de modernização e por processos de mudanças estruturais e culturais que discutam questões centrais para a polícia: as relações com a comunidade, contemplando a espacialidade das cidades; a mediação de conflitos do cotidiano como o principal papel de sua atuação; e o instrumental técnico e valorativo do uso da força e da arma de fogo. São eixos fundamentais na revisão da função da polícia.

No modelo tradicional, a força tem sido o primeiro e quase único instrumento de intervenção, sendo usada freqüentemente da forma não-profissional, desqualificada e incoseqüente, não poucas vezes à margem da legalidade.

É possível, portanto, ter outro modelo de polícia, desde que passe a centrar sua função na garantia e efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos e na interação com a comunidade, estabelecendo a mediação e a negociação como instrumento principal; uma polícia altamente preparada para a eventual utilização da força e para a decisão de usá-la. Tudo isso tendo como base políticas públicas que privilegiem investimentos na qualificação, na modernização e nas mudanças estruturais e culturais adequadas.

No momento em que começa a existir essa transformação política e social e a compreensão da sociedade como um ambiente conflitivo, no qual os problemas da violência e da criminalidade são complexos, a polícia passa a ser demandada para garantir não mais uma ordem pública determinada, mas simos direitos como estãoá colocado na Constituição de 88. Neste novo contexto, a ordem pública passa a ser definida também no cotidiano, exigindo uma atuação estatal mediadora dos conflitos e interesses difusos e, muitas vezes, confusos. Por isso, a democracia exige justamente uma função policial protetora de direitos dos cidadãos em um ambiente de conflitos.

A ação da polícia ocorre em um campo de incertezas, ou seja, o policial, quando sai para a rua, não sabe o que vai enfrentar diretamente; ele não tem uma ação determinada a fazer e entra num campo de conflitividade social. Isso exige não uma garantia da ordem pública, como na polícia tradicional, sustentada somente nas ações repressivas, pelas quais o ato consiste em reprimir para resolver o problema. O campo da garantia de direitos exige uma ação mais preventiva, porque não tem um ponto determinado e certo para resolver.

A violência e a crescente criminalidade estão diluídas por toda a sociedade. Para se chegar à resolução dos problemas, as polícias precisarão fazer uma articulação de ações, compreensão e identificação do seu núcleo, buscando melhores soluções. Ou seja, cada fato que se apresenta hoje para polícia merece um tratamento diferenciado, e esta exigência está estabelecida para a ação da polícia no ambiente democrático. O autor afirma ainda que se possa perceber que a função policial necessita ser vista, também, como de delicada complexidade e, para ser bem exercida, tornam-se imperativos sua qualificação, o reaparelhamento

tecnológico, a atualização das técnicas policiais e, principalmente, sua revisão conceitual. (MESQUITA NETO, 2004, p. 57)

A sociedade, por sua vez, deve assumir que é uma sociedade complexa, na qual os conflitos acontecem no dia-a-dia e a todo o momento, exigindo da segurança pública ações diferenciadas. Não é possível se fazer hoje um procedimento padrão para o policial no seu trabalho cotidiano. Ele precisa ter a capacidade de ampliar o espaço de decisão nas escolhas das ações e intervenções para cada fato que enfrenta. Então, neste momento, a postura mediadora passa a ser uma função importantíssima na ação da polícia.

O grande problema é justamente descrever ou conceituar a segurança pública. Hoje a percepção coletiva considera a segurança pública centrada somente na atividade da polícia e, por mais que se pretenda montar uma polícia cidadã, somente haverá sucesso se for redefinida e ampliada a conceituação da segurança pública.

A segurança pública é um processo sistêmico e que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a aplicação da justiça na punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos.

A segurança pública constitui-se em um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos.

A polícia cidadã, sintonizada e apoiada pelos anseios da comunidade, só terá sucesso se estiver voltada para a recuperação de quem ela prende, pois, caso contrário, será simplesmente uma polícia formadora de bandido, quer dizer, ela vai recrutar bandido, vai marginalizar ainda mais. É necessário incluir, nesta análise, todo o sistema de persecução penal e de política social. Esta é a tarefa que precisa ser desenvolvida.

A discussão pública e a tendência política brasileira têm apontado como soluções salvadoras o endurecimento da repressão, especialmente quando ocorrem crimes violentos, que assumem amplos espaços na mídia, influenciando a formação da opinião pública.

O cidadão faz a seguinte pergunta: qual é o papel da polícia no momento em que estão em crise o emprego, a família e a escola? Quer dizer, estão em crise as instituições de controle social informal que funcionavam há 20 anos: será que a polícia hoje só pode seguir o modelo de uma polícia, digamos, do tipo tolerância zero? Estaremos condenados a tal? Ou é possível pensar, em um país como o Brasil, outro tipo de policiamento, outra técnica policial, outro tipo de trabalho policial? Porque essa é a grande ignorância vigente na sociedade brasileira: o que significa o trabalho policial?

A questão central é a percepção histórica do fenômeno da insegurança coletiva pela sociedade, a qual não dispõe de um debate profundo e qualificado sobre o tema, ao mesmo tempo em que o próprio poder público carece deste debate, como demonstra a escassez de políticas públicas e as manifestações das autoridades, que trazem uma visão parcial desse fenômeno, ligada apenas a alguns dos componentes deste sistema, ou seja, a Justiça e a Polícia.

O cenário da insegurança cresce diante da compreensão de que a Justiça e a Polícia têm problema e, a partir daí, todo o sistema é demandado a achar uma solução para a questão do funcionamento da Justiça e da Polícia. São desconsiderados neste debate os demais setores públicos e sociais que são agentes intervenientes neste sistema.

A Justiça e a Polícia, por si só, provavelmente, são o fator de intervenção de menor capacidade de influenciar nas mudanças das condições desse fenômeno: insegurança pública. Enquanto não se conseguir estabelecer outra forma de percepção desse problema, visualizando o maior número de elementos que o compõem, estar-se-á obtendo os mesmos resultados de curar uma doença infecciosa, por exemplo, somente com remédio contra a dor, aumentando sucessivamente as doses, tendo, como conseqüência, seu crescimento contínuo.

Atualmente, a polícia, na sua cultura histórica, só trabalha com um instrumento que é a reação pela força; qualquer conflito e dificuldade são resolvidos pela força. Há muita dificuldade de trabalhar com as situações cuja responsabilidade e culpabilidade não estão bem definidas. Geralmente, em todo o conflito em que a polícia intervém, a tendência é criminalizar a conduta, nem que seja por desacato ou desrespeito, efetivando a solução pelo uso da força e pela prisão. Por conseguinte, outra questão pode ser formulada: numa sociedade democrática, qual o modelo de polícia a ser adotado?

É necessário formatar o sistema de segurança no Brasil, um sistema que estabeleça responsabilidades aos governantes, ao Judiciário, ao Ministério Público, ao órgão penitenciário e às polícias, criando ligações técnicas e operacionais e determinando objetivos sociais de prevenção, tratamento e recuperação.

Entende-se que o sistema de segurança tem de ser sistêmico, rápido; um processo que envolva não só atividades preventivas ou de contenção: precisa ter um início, que é a prevenção, e um final, que é recuperar e tratar os autores do delito, pois, caso contrário, eles voltarão ao crime, e o objetivo é não dar essa oportunidade de reincidência ou aliciamento pelo crime.

Nesse sistema, não apenas a polícia é a responsável, o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral têm que participar do debate deste tema. É possível ter uma polícia mais eficiente, diferente da atual, que está repartida ao meio: uma trabalha só com a parte investigativa; outra só com a parte pericial; outra só com a parte ostensiva, encasteladas em seus corporativismos. É necessário um trabalho de conjunto e de integração.

Há duas dimensões nesta questão: existe a polícia mais preventiva, que amplia seu campo de atuação, sendo uma polícia das obrigações positivas; e há, também, a polícia mais de controle social, com campo de atuação restrito, voltada para obrigações negativas. A polícia tem centrado suas ações somente nas obrigações negativas: prender, vistoriar, revistar, etc.

O policial precisará ter outra visão de seu objeto de trabalho, outra compreensão e, principalmente, ter capacidade e habilidade de estar reconhecendo e compreendendo a diversidade social. Há muita dificuldade de trabalhar com as situações hoje, cuja responsabilidade e culpabilidade não estão bem definidas. Atualmente, a polícia, na sua cultura histórica, só trabalha com um instrumento, que é a ação-reação, utilizando-se da força; qualquer conflito deve ser resolvido pela força.

## 2.1 A VIOLÊNCIA COMO UM PROBLEMA PÚBLICO

Crime, acidentes de trânsito ou delinquência de menores são problemas sociais, mas como eles se tornam problemas públicos? Isto é algo que envolve uma

atuação mais moralmente empreendedora por parte do Estado, além do envolvimento de diversas instituições às quais cabe a responsabilidade de apresentar múltiplas possibilidades de resolução. Assim, responder à questão do crime como um problema público remete à discussão acerca das dimensões culturais e estruturais envolvidas.

Isto implica necessariamente atribuir-se responsabilidade a quem cabe resolvê-lo: significa decidir quem é seu "proprietário". Quem exerce autoridade no encaminhamento de soluções? Governantes, legisladores, policiais, sociólogos, o Judiciário? São questões a respeito do consenso existente sobre o crime como um problema público e sobre as causas e "terapêuticas" adequadas, e a existência de diferentes instituições e pessoas encarregadas da resolução do problema (KELLING, 1983, p. 8). Como o problema deve ser atacado? Preventivamente ou em seus sintomas? Quais as variáveis relevantes a serem arroladas para a resolução do problema? Quais, enfim, os fatores determinantes tomados em consideração? A sociedade possui uma série de alternativas que buscam "resolver" o problema do crime. O aspecto moral, aliado à identificação de causas do fenômeno, entretanto, é que torna a erradicação do problema algo desejável: "sem uma crença cognitiva na possibilidade de mudança e um julgamento moral de seu caráter, um fenômeno não está em questão, não é um problema" (KELLING, 1983, p. 10).

É um aspecto dramático do problema do crime no Brasil que ele venha a ser objeto da atenção de nossos governantes somente quando ultrapassar os limites estruturais aos quais está tradicionalmente confinado. Quando se estende à classe média e ou à que tenham alguma importância social, política ou econômica, imediatamente soam os alarmes da mídia e a indignação das elites. Nesse momento, as pessoas põem-se a especular a respeito das causas da criminalidade a fim de combatê-la. Uma das teses, bastante recorrente, aliás, é a de como o crime estaria "evidentemente" associado à pobreza e à miséria, à marginalidade dos centros urbanos e a processos migratórios. Este é o argumento da contaminação dos valores das pessoas pela necessidade mais premente da sobrevivência a qualquer custo. Felson (1994) refere-se a esta perspectiva como a "falácia da pestilência": "[...] as coisas ruins provêm de outras coisas ruins. O crime é uma má coisa, portanto, ele deve emergir de outras maldades tais como o desemprego,

pobreza, crueldade e assim por diante. Além disso, a prosperidade deveria conduzir a taxas mais baixas de crime.”<sup>1</sup>

Depois de identificada a suposta causa do crime, este seria rapidamente erradicado desde que houvesse vontade política. Assim, o messianismo que marca outros setores da vida brasileira não poderia estar ausente da formulação de políticas de segurança pública. Da mesma forma que a inflação deve ser abatida com um tiro apenas, o analfabetismo com e com remuneração mais digna professores, a distribuição de renda com vontade política, ou o problema da saúde com mais de recursos, a criminalidade seria combatida mediante políticas de combate à pobreza, miséria e de geração de empregos.

Trata-se de um argumento moralmente ambíguo, pois procura combater a pobreza, a desigualdade e a miséria não pela sua própria existência (que em si mesma é injustificável), mas associando-a a uma espécie de ameaça à tranquilidade das classes média e alta.

Além disso, ele deveria prestar conta de alguns dados desconcertantes, tais como o fato de criminalidade e violência não estarem associadas ao crescimento do desemprego no Brasil durante a década de 80 (COELHO, 1988). Ou então, que o crescimento vertiginoso da criminalidade nos anos 60, nos Estados Unidos, coincide justamente com um período de investimentos maciços em políticas assistenciais pelo governo americano (WILSON, 1983). Ou ainda, o resultado de uma pesquisa sobre população prisional no Estado de São Paulo mostrando que mais da metade dos prisioneiros trabalhava à época de sua prisão, sendo em sua maioria nascidos e criados em São Paulo (BRANT, 1986).

A discussão anterior é mais ampla e envolve o controle que a própria comunidade tem sobre a polícia. O termo *accountability* refere-se a esta adequação entre comportamento da polícia e objetivos da comunidade. Os mecanismos de controle podem variar das formas exclusivamente externas de controle das polícias, como os governantes e políticos, a mídia e movimentos de defesa de direitos humanos (REISS, 1993; SHERMAN; 1997; REINER, 1992) até mecanismos internos, como enquadramentos disciplinares, utilização de tecnologias de

---

<sup>1</sup> Não é isto que as evidências mostram. Muitas vezes, o desenvolvimento e a riqueza podem estar associados a taxas mais altas de criminalidade (BEATO FILHO, 1998; COHEN; FELSON, 1979).

comunicação, treinamento e socialização em valores da corporação (KENNING, 1983; MANNING, 1983).

O dilema brasileiro de alguns setores que discutem política de segurança no Brasil consiste em equacionar essas várias instâncias de controle sob o denominador do controle exclusivamente externo da polícia. Isto ocorre porque a atividade policial envolve uma dimensão moral que diz respeito à questão de se a polícia está ou não tratando os cidadãos de acordo com os princípios da cidadania.

Embora formulado de modo direto e simples, o enfrentamento da questão requer reconhecimento de sua complexidade e ambigüidade, pois a permeabilidade da organização policial a demandas por soluções extralegais é fenômeno já observado no Brasil (PAIXÃO; BEATO, 1997) ou nos Estados Unidos (SKOLNICK; FYFE, 1993).

Além disso, no caso brasileiro parece existir consenso quanto à eficácia de formas exclusivamente externas de controle sobre a polícia. Acredita-se que isso diminuirá a propensão da polícia à brutalidade. Contudo, é possível argumentar, e alguns autores o fazem justamente o contrário, isto é, que a extinção de instâncias internas de controle não diminui a impunidade de crimes cometidos por policiais, mas pode aumentá-la (BAYLEY, 1985; SKOLNICK; FYFE, 1993).

A similaridade de problemas que a polícia enfrenta talvez seja o resultado de que, embora os contextos socioculturais sejam muito distintos, a função das polícias é essencialmente a mesma.

Em primeiro lugar, a função policial, classicamente, distingue-se das atividades do exército por dirigir-se a dois aspectos centrais no sistema de segurança pública: o primeiro diz respeito às atividades de manutenção da ordem, e o segundo ao aspecto simbólico da justiça (BAYLEY, 1994; BITTNER, 1990). A manutenção da ordem se dá mediante a presença visível do Estado e não se refere exclusivamente aos delitos criminais, que constituem menos de 15% do que é efetivamente realizado pelo policiamento ostensivo, mas às atividades de pacificação, mediação de conflitos, inclusive em âmbitos doméstico, patrulhamento e, em volume significativo, assistenciais (BANTON, 1964; MUIR, 1977; FIELDING, 1984; BITTNER, 1990). A presença simbólica da Justiça, por outro lado, refere-se à implementação da lei e à certeza de punição quando normas sociais são feridas. Trata-se de atividade que requer grande apego à legislação e aos procedimentos da legislação penal, ao passo que o policiamento ostensivo refere-se mais ao universo

da "ordem social" difusamente e vagamente concebido pelas pessoas em seu dia-a-dia.<sup>2</sup>

No Brasil, por força de determinação constitucional, cabe às polícias militares a primeira tarefa, e as polícias civil e federal, a segunda. Daí que algumas propostas sejam de unificar as polícias, como se fosse possível unificar funções cuja formação profissional e regras de ordem prática sejam bastante distintas. Em qualquer organização policial do mundo, havendo ou não comando unificado, essas funções são separadas e redundam em culturas intra-organizacionais distintas (em nosso caso, isto introduz um elemento de tensão interorganizacional).

Em segundo lugar, diretamente relacionados a esta última questão, estão os aspectos jurisdicionais na atuação das polícias: quem faz o que dentre as várias polícias. Um dos pontos de conflito entre forças policiais decorre dos atritos e tensões a respeito do começo e do término do policiamento ostensivo e da atividade investigatória. Com base nestes atritos jurisdicionais, muitas vezes empreendem-se ações divorciadas e com pouca articulação de informações e estratégias entre essas organizações (PAIXÃO, 1993).

Projetos bem sucedidos de colaboração entre estes dois segmentos em outros países iniciaram-se justamente pela articulação entre estas duas atividades, dentre outras razões porque ela é mais eficaz no combate ao crime (BAYLEY, 1994).

O terceiro, aparentemente decisivo na explicação dos recentes movimentos entre as praças militares observado nos estados, diz respeito à cultura organizacional das polícias. Melhor seria dizer, às várias culturas organizacionais existentes nas polícias civis ou militares. De um lado, tem-se a estrutura hierárquica e disciplinada idealizada pela concepção de seus membros mais graduados. Os *ranks* superiores da organização tendem a uma perspectiva mais gerencial e administrativa delas. Como tal, acreditam que o organograma traduz o sistema de hierarquia e o fluxo de comando organizacional. De outro, porém, tem-se uma atividade profissional e altamente discricionária, que, para ser adequadamente realizada, exige um grande grau de autonomia e iniciativa (IANNI; IANNI, 1983).

---

<sup>2</sup> Sobre o impacto que esta concepção de ordem social de senso comum tem sobre o policiamento, ver Wilson (1984), especialmente o capítulo 5: "*Broken windows: the police and neighborhood safety*".

## 2.2 PROBLEMATIZAÇÃO DO MODELO DE POLÍCIA

Conforme traz Knight (1999, p. 124),

polícia cidadã é uma concepção de polícia que problematiza a segurança, discute sua complexidade e divide responsabilidades.

O consumo e o tráfico da droga são práticas comuns de todas as classes sociais e, portanto, é falsa a divisão entre o bem e o mal. Não se afirmar: 'olha, eu estou do lado dos de bem', como se os homens de bem não fossem o lado mal da sociedade também, como se a sociedade tivesse isolado os de bem de um lado e os de mal do outro.

A sociedade é complexa, e a ilegalidade ou infração é perpassada por todas as classes e os níveis.

No Paraná, o sistema policial avançou muito até o presente momento. A adoção do boletim de ocorrências único para as polícias Civil e Militar, expresso ora como termo circunstanciado ou registro de ocorrências, é o ponto fundamental da integração das polícias, possibilitando atendimento mais imediato ao cidadão, aperfeiçoando a coleta de informações no local do crime, permitindo medidas periciais com maior dinamismo e, principalmente, no tocante às ocorrências de menor potencial ofensivo, o encaminhamento direto do local do conflito para o Poder Judiciário, no qual será resolvido terminantemente. Este procedimento atende de forma eficaz a um dos maiores problemas da atualidade quando o cidadão está diante de um conflito: o acesso à Justiça, de forma célere, imediata e imparcial, sem intermediações burocráticas.

Até então, o policial tinha o processo de apenas conduzir e não interagia com o próprio delito; isentava-se de qualquer responsabilidade de interferência, inclusive não conhecia essa relação porque não tinha capacidade nem competência para tanto. A instituição do termo circunstanciado não consiste somente de um formulário a ser preenchido. Nele, estão subjacentes conceitos de polícia em que o policial deve estar preparado para entender os conflitos das pessoas, e que demandam de certa complexidade

Além disso, na concepção da polícia tradicional, há uma idéia de que ela é final, ou seja, de que prendeu, terminou o criminoso, não tem mais aquele crime. Na verdade, a polícia é um elemento inicial no processo de persecução criminal. Quando um policial efetua uma prisão, o infrator será submetido ao processo

criminal e, tendo ele obtido um *habeas corpus* ou, no caso de flagrante, sua prisão não for homologada, ele recuperará sua liberdade.

Se ele vier a cometer outro delito, a função da polícia é voltar a prendê-lo, fazer novas provas para que retorne ao sistema prisional. Isto faz parte da função policial; não é estanque a sua atividade, irá sempre se repetir como parte da atividade policial, sendo por isso um meio e não o fim desse processo. A sociedade coloca a polícia como determinante do fim do processo, quando na realidade atual é o início do processo de persecução criminal, em que a decisão final - a aplicação da lei - será feita pelo Juiz de Direito.

Parte do processo de compreensão dos policiais é o reconhecimento de que intervir no movimento social não é o mesmo que estar intervindo na criminalidade. A partir desse entendimento, a polícia terá uma perspectiva de que ela precisa restabelecer a ordem e cumprir a ordem judicial, mas tem de preservar as pessoas que estão ali e reconhecer que o movimento possui certa legitimidade, fazendo o processo de mediação. Se fizer isto, estar-se-á encaminhando soluções que trarão menos processos de enfrentamento ou de violência.

Com este objetivo, passou-se para um procedimento de negociação e mediação do conflito com os movimentos sociais. Os processos de mediação exigem maior tempo para sua implementação. É possível uma polícia tratar da questão dos movimentos sociais de uma forma diferente.

O grande desafio colocado no processo de democratização dos países da América Latina, hoje, quanto às organizações policiais, é a questão da função da polícia, do conceito de polícia. Essa definição é manifestada pela transposição da polícia tradicional, voltada exclusivamente para uma ordem pública predeterminada e estabelecida pelo poder dominante, para uma polícia cidadã, direcionada para efetivação e garantia dos direitos humanos fundamentais de todos os cidadãos.

Em comparação com um dos maiores pesquisadores, Bayley (2001) em seu livro intitulado *Padrões de Policiamento*, busca analisar as relações entre a polícia e sociedade na história dos homens. A questão fundamental se refere à forma como a polícia afeta a sociedade, e vice-versa. Considera que a polícia não é uma invenção moderna. Ao contrário, a maioria dos países, nos mais variados momentos históricos, têm encontrado maneiras de manter a ordem pública e garantir as leis, utilizando a força de trabalho de policiais pagos com dinheiro público.

A pesquisa de Bayley (2001, p. 34) parte de três questões para construir sua teoria sobre o policiamento: como os sistemas policiais modernos se desenvolveram? Que tarefas cabem à polícia? E quão independentes são as forças policiais enquanto atores sociais? Procurando responder a essas perguntas, o autor debate, no final do livro, o futuro da polícia a partir do século XXI.

Para ele, a polícia tem como competência exclusiva o uso da força física real ou por ameaça, para afetar o comportamento da sociedade. "A polícia se distingue, não pelo uso real da força, mas por possuir autorização para usá-la" (BAYLEY, 2001, p. 20). Neste sentido, ela pode ser pública ou privada. Complementa que "O policiamento é praticamente universal. Embora seja possível imaginar sociedades sem ele, elas são extremamente raras", afirma o autor (2001, p. 20).

Assim, analisada tanto do ponto de vista internacional quanto sob a perspectiva histórica, a polícia se apresenta para o autor como diversificada. Ela não é igual em todas as sociedades. Os policiais não são iguais em toda parte, o que significa dizer que as formas de controle social impostas pelo Estado Moderno, ou mesmo aquelas reguladas por grupos dentro de uma comunidade podem ser iguais e diferentes ao mesmo tempo, ou seja, globalizadas ou não.

É assim que Bayley segue os caminhos teóricos da evolução, função e política, para explicar a profissão e o futuro do policial moderno. O capítulo que ele chama de "*evolução*" inclui o desenvolvimento da polícia moderna, a estrutura do policiamento e o poder da polícia. O capítulo denominado "*função*" dá ênfase ao trabalho policial, buscando construir uma teoria dos confrontos. E, finalmente, o capítulo que recebe o título de "*política*" tem como objetivo debater as formas de controle da polícia e o seu papel na vida pública, que para o autor, a polícia evoluiu no decorrer da história da humanidade. As comunidades podem autorizar o uso da força para regular seus assuntos, criar instituições formais de lei e governo sem desenvolver uma força policial pública. A transição da proteção privada para instituições policiais mantidas e dirigidas pelo governo até o máximo de identificação política não ocorreu da noite para o dia.

O fator que leva à mudança do policiamento privado para o policiamento público está ligado ao crescimento da insegurança, ao declínio da eficácia da proteção estabelecida e ao aumento de violência devido a não-aceitação da ordem estabelecida.

Em vários países, através da história, a polícia tem sido controlada pelo governo e paga privadamente, como no caso inglês (antes do século XIX), quando os policiais eram controlados pelos magistrados e escolhidos pela Coroa, mas pagos pelas pessoas que evitavam o serviço obrigatório. Vale dizer, ainda, que a relação entre público e privado é complicada.

No entanto mesmo quando coloca em dúvida o discernimento entre o público e o privado, Bayley (2001) afirma que é possível determinar se um policiamento público existe numa determinada época ou local. O caráter público, uma das características das forças que dominam o policiamento na contemporaneidade também não é, segundo o autor, uma invenção moderna. "O policiamento público só parece ser uma decorrência moderna quando se desconta a vitalidade dos poderes soberanos não-contemporâneos" (BAYLEY, 2001, p. 45).

Outro conceito que norteia a abordagem no que diz respeito à evolução da polícia é a centralização. A centralização da polícia no poder do Estado ocorre quando o povo se organiza contra determinadas situações como a exclusão, a fome, o desemprego, ou como consequência do aumento da criminalidade (agressões violentas que ameaçam a ordem política).

Nos diversos países pesquisados, as estruturas policiais dependem mais de acordos políticos e tradições resultantes que do caráter do governo. A centralização é, pois, explicada em termos de condições políticas, autoritarismo e controle social. Quanto à história da evolução da polícia, afirma que "a autoridade estatal está mais nua agora do que costumava ser quando era apoiada pela capacidade agregadora das instituições feudais e relações de diferenças de classe" (BAYLEY, 2001, p. 86).

Para Bayley (2001, p. 89), poder é um conceito significativo apenas em relação à capacidade de cumprir certos objetivos. Uma força pode ser efetiva na prevenção do crime, outra em controlar tumultos, outra em capturar criminosos, outra em reprimir dissidentes políticos e outra em manter a ordem pública. Para ele, há diferenças qualitativas na capacidade operativa da polícia, relacionadas a vários aspectos da organização policial, tais como número de oficiais, equipamento, treinamento, decisões estratégicas. Defende a idéia de que não se pode mostrar que o poder da polícia em um país tenha uma relação significativa com as necessidades de segurança interna, mesmo quando estas envolvem ameaças putativas ao regime.

Por meio da leitura de vários cientistas sociais, o autor observa que podem existir variações no poder da polícia entre os países, em termos de desenvolvimento

econômico e poderio militar. O poder policial também não parece estar relacionado com tumulto doméstico e que, embora não se possam negar totalmente essas hipóteses, elas não são confiáveis visto que são poucos os estudos existentes sobre o poder da polícia e eles se referem aos países ocidentais (BAYLEY, 2001).

Por outro lado, o aumento populacional e o tamanho do território de um determinado país têm levado ao aumento do policiamento, o que não significa que o número de policiais e seu efeito tenham sido os mesmos em todos os estágios de crescimento. O grau de riqueza de um país também influencia nas relações de poder da polícia. Quanto mais pobre e menos desenvolvido é um país, maior o poder do policial, e menor a possibilidade de controle policial e estatal.

Quando trata da violência, o autor ressalta que o aumento da criminalidade em uma sociedade não tem o resultado necessário ao aumento do poder policial. Cita como exemplo o Japão, onde o poder policial cresceu durante o período pesquisado, mesmo que o crime tenha diminuído.

Há dados que mostram existir tendências do poder policial crescer automaticamente. Assim, entre os critérios para medir o poder policial encontram-se, além da população, o aumento territorial, a criminalidade, problemas específicos da lei e da ordem, com a presença de instalações policiais e grupos antagônicos. Estes últimos são relevantes quando levam ameaças ao poder local, provocam agitações contra a lei, promovem bombardeamento de propriedades governamentais ou até mesmo a violência coletiva como ameaça ao poder político.

A polícia recebe outras responsabilidades, além daquelas citadas acima. Nem sempre ela utiliza a força para regular as relações interpessoais, ainda que esteja autorizada a fazê-lo. A polícia assume diferentes funções nos mais variados espaços sociais nas diferentes sociedades, embora as leis que estabelecem o policiamento, em geral, sejam semelhantes. Assim, há diferentes significados para o "trabalho" ou a "função" da polícia.

Bayley (2001, p. 118) identifica três maneiras de descrever a atividade policial, que ele considera interdependentes, embora com conceitos distintos. A primeira é por meio da observação daquilo que a polícia é designada para fazer; a segunda leva em conta as situações com as quais ela tem que lidar; a terceira considera as ações que ela deve empreender ao lidar com as situações.

As atribuições dizem respeito à descrição organizacional do que os policiais estão fazendo - patrulhando, investigando, controlando o tráfego, aconselhando e

administrando. A atribuição designada para a maior parte dos policiais no mundo é a prevenção.

Partindo das três maneiras de descrever as atividades policiais, o autor tenta elaborar uma teoria do trabalho policial, com base nas situações que ele chama de teoria dos confrontos. Expõe o modelo do tipo de trabalho que a polícia é chamada a enfrentar à medida da mudança da sociedade e suas implicações. Primeiro, "à medida que as sociedades se desenvolvem economicamente, serão requisitados os serviços não relacionados com a violação da lei, devido à maior facilidade de comunicação física com a polícia e um declínio na capacidade de apoio dos grupos primários" (BAYLEY, 2001, p. 169). A este respeito diz que os países cujos valores culturais favorecem a submersão dos indivíduos em redes grupais experimentarão essa mudança menos que os outros.

Segundo, "enquanto o número de policiais designados para deveres reativos, antes de qualquer coisa para o patrulhamento, for grande em relação à demanda, a polícia estará capacitada a acomodar a proporção crescente de serviços requisitados". Terceiro, mesmo que a polícia seja bem sucedida em defender-se da demanda governamental por assistência na administração geral, seu trabalho não se tornará mais especializado na medida em que o desenvolvimento aumentar (BAYLEY, 2001, p. 171). Ao contrário, quanto maior o aumento de pessoal designado para tarefas reativas mais as demandas do público se afastarão do estreito cumprimento da lei.

Dessa forma, o dilema da polícia nas sociedades modernas urbanas industrializadas será o de desempenhar um papel de prestação de serviços ao mesmo tempo em que a necessidade de aplicação da lei aparece. Por outro lado, destaca-se a necessidade de prestações de serviços é maior entre os grupos menos favorecidos, com tendência maior para o comportamento criminoso. Ao final, sugerem que o efeito das variáveis estruturais no trabalho da polícia pode oscilar de acordo com a dinâmica da relação entre polícia e público e que na medida do desenvolvimento do tempo, os trabalhos realizados pela polícia diversificam-se em razão do aumento de demandas diversas, não como modismos, mas para atender as causas da própria segurança pública.

Para Bayley (2001), o relacionamento entre polícia e sociedade é recíproco - a sociedade molda o que a polícia é, e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode tornar-se. Como exemplo, cita o poder de os tribunais punirem a

polícia quando esta comete erros ou quando reprime as pessoas que se opõem ao governo. Essa interação entre polícia e sociedade se encontra sob o domínio da política. Ela consiste na necessidade de a comunidade controlar a polícia, de um lado e, de outra parte, na pressão policial sobre a vida política dos cidadãos. Têm-se, assim, duas interações, a de responsabilidade e controle e a do policiamento político.

Assim, a mídia de massa é, com certeza, um dos mecanismos de controle mais importantes sobre a polícia. Sua eficácia depende, no entanto, da vida política, ou seja, se há liberdade para investigar, denunciar e divulgar as ações oficiais. As forças policiais consideram com cuidado as ações de opinião pública, chegando, às vezes, a iludir o público.

Aqui, sugere três fatores que definem esta relação do controle externo e interno sobre a polícia e um possível equilíbrio, ou seja, a filosofia política (contratual/estatista), orientações normativas no sentido das relações sociais (individualismo/comunidade) e a heterogeneidade social.

Com relação à polícia na vida política, outro capítulo desse trabalho, Bayley discute o caráter do governo e a ação policial. Considera que ambos são indispensáveis. O governo é reconhecido como autoritário quando sua polícia é repressora e como democrática quando sua polícia é controlada. "A atividade policial é crucial para se definir a extensão prática da liberdade humana" (2001, p. 203), e a manutenção de um controle social é fundamentalmente uma questão política.

Ele começa dizendo que, tanto do ponto de vista internacional quanto sob a perspectiva histórica, o policiamento se apresenta nas mais diversas variedades. Os policiais não são iguais em todos os lugares, no tempo e no espaço. Às vezes há dificuldades em definir o que é a polícia. Se pensar a polícia como o conjunto de pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro de uma comunidade, por meio do uso da força física, ela não é somente autorizada pelos Estados.

Com relação ao futuro, pode-se prever a existência da polícia e o seu desenvolvimento em todo o mundo. Embora o policiamento moderno seja dominado pelos policiais e dirigido pelos governos dos Estados, não é certo que permaneça imutável. O crescimento da polícia pública pode ocorrer a partir da consolidação do poder estatal frente à resistência violenta e ao desencanto público com os habituais mecanismos de segurança privada.

Enquanto o Estado existir, a polícia pública também existirá, dependendo do nível de violência encontrado nas comunidades. Ao mesmo tempo, o desencantamento da população pode voltar-se contra qualquer tipo de segurança, seja ela pública ou privada. É um acidente histórico que, no passado recente, as polícias privadas tenham sido consideradas inadequadas, afirma Bayley (2001, p. 69).

A polícia irá perceber, em quase todos os lugares, uma grande tensão entre a aplicação da lei e a prestação de serviços. O trabalho será mais especializado na aplicação da lei, mesmo que a criminalidade não mude. Ao invés de se especializar no combate ao crime, a polícia poderia acabar com a tensão entre as reivindicações dos grupos nas comunidades, ao reconhecer a ligação que existe entre eles.

Assim, a relação com a comunidade precisa ser trabalhada em todas as variáveis, trabalhar a mobilização comunitária, outros processos de intervenções nas áreas sociais que venham interferir na melhoria da vida em coletividade. A própria gestão e o sistema precisam ser sincronizados, quer dizer, não se compreende mais, no atual modelo, que as polícias tenham um banco de dados cada uma e que um não conversa com o outro e não conseguem se complementar.

Outro obstáculo consiste na inexistência de áreas de responsabilidades que sejam coincidentes para todos os organismos do sistema de persecução penal e também para a divisão política e comunitária dos municípios. Essa deficiência, até aqui, tem contribuído para que não haja dados estatísticos, indicadores e índices de conjunto em relação a um espaço territorial, agregando as informações produzidas por todos os subsistemas. Contribui, também, para a ausência de implantação de planos de atividades em conjunto, bem como para a falta de aproximação desses órgãos com suas comunidades locais.

Defende-se a construção de um aparelho policial completo, assim como forças especiais para atuar somente nos momentos de crise; também uma polícia para aumentar os efetivos de patrulhamento comunitário e determinar responsabilidades ao Executivo municipal na segurança de sua comunidade.

Para o país, novos conceitos de sistema de segurança devem ser revistos e escritos, envolvendo o Judiciário no recebimento das ocorrências, no trato imediato e menos burocrático dos ilícitos, nos processuais, no julgamento, na aplicação e execução da pena, no acompanhamento dos benefícios legais e na recuperação social dos apenados.

Percebe-se *déficit*, uma lacuna, uma ausência de discussão, na sociedade brasileira, no Estado, na sociedade civil, no setor empresarial, em todos os setores, sobre a questão do sistema de segurança pública que esteja de acordo com a sociedade brasileira e que estabeleça os processos de relacionamento entre as instituições e seus objetivos sociais, o papel do Judiciário, do Ministério Público e das penitenciárias, e que modelo de polícia a sociedade quer construir para a segurança de todos os cidadãos. Neste contexto, o papel das universidades públicas é fundamental.

O policial necessita de uma formação acadêmica multidisciplinar, em que as áreas humanísticas, jurídicas, administrativas e técnico-profissionais sejam abordadas de forma interdisciplinar e com temas fundamentais de cada uma delas ensejando a transversalidade do currículo. O estado da arte de cada área deve ser focado sob a ótica do ofício de polícia. O currículo de formação e qualificação dos policiais deve proporcionar sua autonomia para poder enfrentar os conflitos e buscar a melhor solução.

O policial precisa ter uma formação própria, pois apenas o Direito, a Administração, a Sociologia não forma um policial; ou seja, o policial, pela complexidade da sua atividade e importância das atividades de prevenção, teria que ter todo um processo de conteúdo próprio, conforme aponta Da Costa (2000).

Atualmente, no meio acadêmico, não há o domínio do conceito de polícia, porque a polícia sempre foi percebida por todos como uma mão-de-obra não-especializada, uma atividade extremamente fácil. Por que ela é uma atividade extremamente fácil? Porque, segundo tal idéia, ela é uma atividade que precisa somente de vigor físico e coragem inseqüente. Então, não necessita de inteligência, de intelectualidade, estar estudando isso; precisa somente ser uma barreira física para separar o bom do ruim e assim ela foi construída. Por consequência, segundo esta concepção, de que precisaria a polícia?

Precisa-se trabalhar essa idéia de pensar a polícia como uma atividade complexa e de difícil execução. É necessário que ela seja pensada, também, de dentro para fora, inclusive levantando os problemas e colocando as coisas como são mesmo. Isso é muito importante no sentido de se construir, junto com a universidade, um debate profundo e sério.

A convicção predominante no grupo é a de que as mudanças na polícia só podem sair de dentro da polícia, em conjunto com os campos mais avançados, que são os pesquisadores e especialistas desta área do conhecimento. Estas pesquisas e sua discussão serão ferramentas importantes para solução de problemas aventados. Assim, esse processo de estimulação é uma função da universidade, que instiga, propõe e questiona. A própria polícia tem que disponibilizar as informações e abrir suas organizações, por mais conservadoras que sejam.

Ocorre, atualmente, um processo de se inserir no campo universitário a discussão da complexidade da segurança pública e da gestão por meio da polícia. Essa é a encruzilhada, nesse momento: a compreensão do fenômeno, ou seja, quem dirige a administração pública, para desenvolver políticas de segurança, não compreende o fenômeno.

O problema todo é o seguinte: há um *déficit* enorme de compreensão sobre esse fenômeno para que se possa formar uma massa crítica para realizar a intervenção política construindo políticas de segurança, pois a abordagem somente pela ideologia positivista ou pela ideologia militarizada é insuficiente e não apresenta perspectivas de solução. Neste contexto, o papel da universidade é fundamental, como tem sido em outras políticas. Todo conceito que é construído pela problematização é mais perene, articulado e dinâmico e tende a ser um conceito da sociedade moderna que também acompanha esses princípios.

O grande desafio colocado no processo de democratização dos países da América Latina, hoje, quanto às organizações policiais, é a questão da função da polícia, do conceito de polícia. Esta definição é manifestada pela transposição da polícia tradicional, voltada exclusivamente a uma ordem pública predeterminada e estabelecida pelo poder dominante, para uma polícia cidadã, direcionada para efetivação e garantia dos direitos humanos fundamentais e melhoria na qualidade de vida de todos os cidadãos

### 2.3 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE PREVENÇÃO

A partir desses rudimentos, torna-se possível realizar algumas reflexões que possibilitarão traçar paralelos entre o atual modo de se pensar a Corporação Polícia

Militar, sua prática cotidiana em sua(s) forma(s) paradigmática(s), por meio de teorias pós-críticas da identidade, diferença, relações de poder e as formas de superação desses aspectos intrínsecos à cultura vigente.

De acordo com Silva (2001, p. 88), embora as várias perspectivas aceitem o princípio mínimo comum, no que se refere à perspectiva de diferentes grupos culturais, e isso cabe também a instituições como a Polícia Militar, ocorre ainda a segregação que parte por meio das diferentes concepções de mundo.

De acordo com Candau, “hoje a necessidade de um reconhecimento e valorização das diversas identidades culturais, de suas particularidades e contribuições específicas à construção do país é cada vez mais afirmada” (1997, p. 241). As contradições envolvidas nesse reconhecimento e nessa valorização certamente impõem desafios para as organizações sociais.

Essas perspectivas divergem então em aspectos importantes como é o caso da perspectiva liberal ou humanista, que enfatiza um currículo multiculturalista baseado nas idéias de tolerância, respeito e convivência harmoniosa entre as culturas. Esse currículo é constitutivo do tecido cultural social, que por sua vez, permeia os bancos escolares, e na Corporação, é impregnado nos centros de formação com uma aparente concepção de cultura organizacional.

Da perspectiva mais crítica, conforme Silva (2001, p. 89), essas noções deixariam intactas essas relações de poder que se encontram na base da produção da diferença. A idéia de tolerância implica certa superioridade, por parte de quem mostra “tolerância”. Por outro lado, a noção de “respeito” implica certo essencialismo cultural, no qual as diferenças culturais são vistas como fixas; como já definitivamente estabelecidas, restando apenas “respeitá-las”.

O autor ainda percorre esse caminho apontando que as diferenças estão sendo produzidas e reproduzidas; o que se deve focalizar são precisamente as “relações de poder que presidem sua produção” (SILVA, 2001, p. 89).

No que se refere aos estereótipos socialmente estabelecidos, um silogismo pode ser feito com relação à profissão do policial-militar. Um sujeito que saiu da sociedade para um período de formação que pode durar seis meses para a formação de soldado em nível médio, e três anos para a formação de oficial em nível superior. O fato é que esses sujeitos após esse período são restituídos à sociedade. Possuem relacionamentos sociais, realizam cursos superiores e até pós-graduação.

Tomás Tadeu Silva relata em um trecho extraído de sua obra, acerca dos rótulos sociais de gênero.

A literatura crítica concentrou-se em analisar, por exemplo, os materiais curriculares, tais como livros didáticos que caracteristicamente fazia circular e perpetuavam esses estereótipos. Um livro didático que sistematicamente apresentasse as mulheres como enfermeiras e os homens como médicos, por exemplo, estava claramente contribuindo para reforçar esse estereótipo e, conseqüentemente, dificultando que as mulheres chegassem às faculdades de medicina. De forma similar, os estereótipos e os preconceitos de gênero eram internalizados pelos próprios professores que inconscientemente esperavam coisas diferentes de meninos e meninas. Essas expectativas por sua vez determinavam a carreira educacional desses meninos e dessas meninas reproduzindo, assim, as desigualdades de gênero. (SILVA, 2001, p. 92)

Existindo identidade e diferença há uma assimetria. Um objeto de disputa entre grupos situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade encontram-se envolvidos recursos simbólicos e materiais da sociedade. Assim, a identidade e a diferença se encontram em estreita conexão com as relações de poder.

Nesse sentido, a identidade parece ser uma positividade, ou seja, aquilo que a pessoa é uma característica independente, um fato autônomo, auto-suficiente. Já a diferença como uma identidade independente, mas em oposição à identidade.

A identidade e a diferença estão em estreita relação de dependência. Em uma análise comparativa (PEROVANO, 2006, p. 107) de relação com policiais-militares, os profissionais que atuam em atividade eminentemente preventiva (em segurança pública) são considerados a outridade, pois, trabalham com a prevenção (educação). Ao mesmo tempo, a identidade compreende o trabalho com a repressão, mas a vertente do trabalho incide na segurança pública, o bem social comum, tutelado pelo Estado de Direito à Polícia Militar.

Isso remete ao que o filósofo francês Derrida (1981, p. 51) aponta sobre as relações de identidade e diferença, que se ordenam em torno de oposições binárias: “questionar a identidade e diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam”. Assim, normalizar a identidade, que significa eleger arbitrariamente, torna-se um dos processos mais sutis pelo qual o poder se manifesta no campo da identidade e diferença.

O autor ainda revela que toda identidade propõe a normalização e constitui um dos processos mais sutis pelo qual o poder se manifesta no campo da identidade

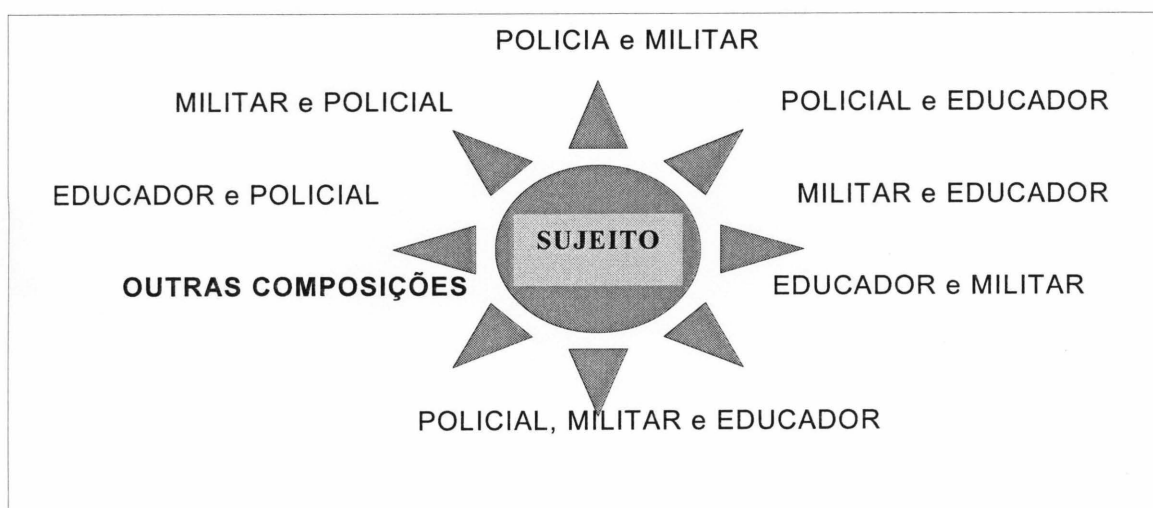
e da diferença. Normalizar nada mais é do que atribuir a essa identidade todas as características possíveis, que outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa.

Ainda segundo o autor, em uma perspectiva pós-estruturalista, tentaria desconstruir os inúmeros binarismos de que é feito o conhecimento que constitui o currículo: masculino/feminino, gordo/magro, branco/negro, e no caso do policial-militar preventivo/repressivo, educador/repressor. Isso representa uma manifestação de diferença, não-genérica, mas perfeitamente visível entre a própria Corporação Polícia Militar e a escola.

Como as identidades não se encontram ainda fixadas, mas sim em processo, construindo-se na, e por meio da linguagem, podem se desenvolver e favorecer a formação de contra discursos, em que novas posições de estabeleçam. Assim, as mudanças, portanto, são passíveis de serem incentivadas e catalisadas no espaço da Polícia Militar, seja pela crítica de identidade dominante, seja pela compreensão do movimento de construção das identidades presentes nesse ambiente, conforme Figura 1.

A origem provável da problemática é de que a Polícia Militar centra a formação de seu pessoal para a repressão, encontra-se provavelmente na concepção dos mitos fundadores, que remetem a algum momento da história de uma organização, e carregam consigo paradigmas que estão atrelados à cultura dessas organizações, caracterizando-as com personalidade de seu contexto.

FIGURA 1 - Representação das identidades dos policiais militares



FONTE: PEROVANO, 2005.

Isso comprova a hipótese do mito fundador e sua permeabilidade num processo de construção

Ainda no que se refere à noção de poder, Foucault (1977, p. 135) concebe-o “não como algo que se possui, nem como algo fixo, nem tampouco como que partindo de um centro, mas como uma relação, como móvel e fluído, como capilar e estando em toda parte”.

Ao mesmo tempo não existe poder que não se utilize do saber, sobretudo, com um saber que se expressa pelo conhecimento. É ainda o poder para o autor, o que está na origem do processo pelo qual as pessoas tornam-se sujeitos de um determinado tipo.

Na perspectiva foucaultiana, as relações de poder são móveis, reversíveis e instáveis, não estão dadas de uma vez por todas. “Existe necessariamente, a possibilidade de resistência, de escape, de fuga de estratégias, que revertem à situação”. Isso proporciona indícios de que o poder estabelecido e do que é identidade podem ser transformados em diferença e vice-versa.

Um aspecto, relacionado aos anteriores, é a associação das diferenças culturais às relações de poder. Como já assinado, não há como analisar essas diferenças sem levar em conta que determinadas “minorias”, identificadas por fatores relativos à classe social, gênero, etnia, sexualidade, religião, idade, linguagem, têm sido definidas, desvalorizadas e discriminadas por representarem “o outro”, “o diferente”, “o inferior”. Diferenças, portanto, têm sido permanentemente produzidas e preservadas por meio de relações de poder (CAWS, 1996; SILVA, 1999).

Ao se aceitar que diferença cultural e poder estão intimamente ligados, há que se rejeitar como o fazem Stoer e Cortesão (1999), o chamado multiculturalismo benigno. Tal perspectiva restringe-se a identificar as diferenças e a estimular o respeito, a tolerância e a convivência entre elas. Não inclui, em seu horizonte, o propósito de desestabilizar as relações de poder envolvidas nas situações em que as diferenças coexistem.

Isso tem uma relação direta com a existência, na Corporação Policial Militar, nas diferentes correntes de pensamento na aplicação de inovações tecnológicas e conceituais do fazer polícia em consonância com a necessidade de suporte social.

Como bem acrescenta Foucault (1977, p. 45):

é preciso pensar o sujeito reconceptualizado em uma nova posição, deslocada ou descentrada, no interior do paradigma. Parece que é na tentativa de rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade, ou talvez, nesse caso, a da identificação, aparece se enfatizarmos o processo de subjetivação.

Na obra “Manicômios, prisões e conventos”, Goffman (2005), traça o perfil que pode ser comparado a um exame de “raios-X”, de instituições como as Polícias Militares, em que denomina de “instituições totais”<sup>3</sup>, que possibilita entender-se por outra ótica os mitos fundadores e a relação de poder.

Goffman (2005, p. 16) cita, ainda, que essa modalidade de instituição tem tendências de fechamento e, que caracteristicamente, são locais em que ocorrem atividades de determinado tipo, como serviços de corrente contínua e, com um conjunto menos mutável de participantes.

Esse

‘fechamento’ ou seu caráter total é caracterizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no mundo físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos.

A instituição Policial-Militar traz consigo uma das características físicas mencionadas pelo autor, como muros altos, e outras não citadas como a arquitetura dos prédios, que possibilitam ter o controle por parte dos dirigentes de tudo o que acontece no interior do quartel.

Goffman ainda enumera essas instituições em cinco categorias, sendo que a quarta é a que mais se identifica com a corporação policial-militar, estabelecida para realizar alguma tarefa instrumental, que no caso é a de preservar a ordem pública social por meio do policiamento ostensivo, cabendo como meio a prevenção e a repressão (2005, p. 17).

Explica que as instituições totais não seguem as mesmas disposições sociais como brincar, dormir, trabalhar em locais diferentes, mas possui uma ruptura que separa essas três esferas da vida. Nessas instituições, como a Polícia Militar, esses aspectos são realizados no mesmo local e sob única autoridade, com a participação

---

<sup>3</sup> De acordo com Goffman (2005, p. 16), a “categoria de instituições totais foi indicada, diversas vezes na literatura sociológica, sob diferentes nomes e algumas das características da classe foram também sugeridas, e isso talvez tenha sido feito de maneira mais notável num esquecido artigo de Howard Rowland, ‘*Segregated Communities and mental health*’, em *Mental Health Publication of the American Association for the advanced of Science*, nº 9”.

de um grupo relativamente grande de outras pessoas, sob o mesmo tratamento. As atividades são sistematizadas e obrigatórias para atender objetivos explícitos da instituição (GOFFMAN, 2005, p. 18), por intermédio de uma pequena equipe de supervisão.

Algo que Goffman esclarece em sua obra, é que os participantes das instituições totais chegam com uma “cultura aparente”, derivada do “mundo da família” e que permanecem até o momento da admissão na organização. Isso fica muito explícito nas instituições policiais-militares quando do ingresso dessas pessoas, momento em que ocorre a realização do rito de passagem, o denominado “trote”, que tem levado à discussão pela sociedade a maneira como é realizado. Tal rito tem por finalidade demarcar um período antes e após o ingresso desses sujeitos, como uma porta de único acesso e, que, a partir do momento que ingressam, passam a fazer parte da organização como colaboradores.

Salienta, que “as instituições totais não substituem algo já formado pela sua cultura específica; estamos diante de algo mais limitado do que a aculturação ou assimilação” (GOFFMAN, 2005, p. 23). Quando se busca um perfil de policial-militar para trabalhar no Programa, buscam-se pessoas que já desempenham atividades fora da polícia militar e que o fazem na sociedade, ou seja, as que seguem as mesmas disposições sociais como brincar, dormir, trabalhar em locais diferentes.

A isso, chama de processo de mortificação, que é uma perturbação na relação usual entre o ator individual e seus atos. Podem-se citar algumas situações, as quais são com maior frequência observadas no cotidiano da caserna<sup>4</sup>, como já no processo de admissão, fatos acerca das posições sociais e do comportamento anterior do candidato são levantados por intermédio de investigação.

Assinala, ainda, a deferência rígida na relação entre o policial-militar e os dirigentes, que afastam a possibilidade de defender-se diante da situação mortificante e o seu eu. Outro aspecto encerra sanções contidas em regulamentos em que as pessoas que integram a organização ficam à mercê dos dirigentes, sobretudo, nos períodos iniciais da carreira, o que propicia a violação da autonomia do ato de pensar e agir.

---

<sup>4</sup> Caserna é um termo militar que significa quartel.

Outro fator está no sistema de privilégios, como modelo comportamentalista e de condicionamento que serve para manter os padrões exigidos, e que ocorre com o aumento da estada desse servidor público na instituição.

Tanto os privilégios quanto as sanções, “são freqüentemente apresentados numa linguagem que refletem os objetivos legítimos da instituição [...]”. (GOFFMAN, 2005, p. 78) Aqui se pode citar o compromisso com o resultado, as metas organizacionais, o lema da Corporação, dentre outros.

Isso tem por fim promover no indivíduo o que o Goffman (2005, p. 160) denomina de ajustamento primário, transformando-o em colaborador, tornando-se o participante “normal, programado ou interiorizado”.

Esses sujeitos escolhidos para trabalhar na atividade de prevenção têm uma tendência a se utilizarem do ajustamento secundário, descrito pelo autor,

que define qualquer disposição habitual pelo qual o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não autorizados, ou ambas as coisas de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser.” (GOFFMAN, 2005, p. 160)

Aparentemente o que o autor define como ajustamento secundário, soa como algo subversivo e indisciplinar na instituição policial-militar. Entretanto, os meios ilícitos ou fins não autorizados utilizados pelo participante referem-se aqui à concepção de que a equipe dirigente<sup>5</sup> da Corporação, que desempenhava a repressão agora subverte a ordem para o trabalho no campo comunitário, da educação preventiva e social. Esse profissional acaba por burlar ocasional e por vezes intencionalmente a norma procedente da equipe dirigente, ou os paradigmas existentes, para alcançar as finalidades sociais que esses trabalhos prevêem.

Para finalizar, o esforço por examinar e questionar as diferenças e as formas de perpetuação do poder caracteriza o que vem sendo chamado de multiculturalismo crítico. Como incorporar essa segunda perspectiva às propostas e práticas organizacionais é certamente questão da qual não se pode nem se deve evadir. Nessa defesa, recorre-se a Boaventura de Sousa Santos (2000, p. 21), em sua opção pelo que chama de conhecimento-emancipação, cuja trajetória dirige-se do colonialismo para a solidariedade.

<sup>5</sup> A equipe dirigente é um termo utilizado por Erving Goffman para designar os responsáveis pelas instituições totais.

Para ele, a solidariedade é uma forma de conhecimento obtido por meio do reconhecimento do outro, que só pode ser conhecido como produtor de conhecimento. Ou seja, conhecer, nesse sentido, é reconhecer e progredir no sentido de elevar o outro à condição de sujeito. Daí que todo conhecimento-emancipação tenha uma vocação multicultural.

A construção desse conhecimento esbarra, porém, em dois consideráveis obstáculos: o silêncio e a diferença. Questiona “Como realizar um diálogo multicultural quando algumas culturas foram reduzidas ao silêncio e as suas formas de ver e conhecer o mundo se tornou impronunciáveis?” (SANTOS, 2000, p. 30). Como fazer falar, do modo mais livre e autônomo possível, o silêncio? Como, ao mesmo tempo, favorecer a inteligibilidade entre as diferenças? Como construir uma teoria da tradução que torne compreensível para uma dada cultura as necessidades, os valores, os costumes, os símbolos e as práticas de outra cultura? Para Santos, a diferença sem inteligibilidade conduz à incomensurabilidade e, em última instância, à indiferença.

Sem minimizar as dificuldades, Santos (2000) julga possível a superação dos entraves envolvidos nos processos de se abrir espaço para as ausências e de se estimular a articulação entre os diferentes. Posiciona-se em favor da adoção de uma postura multicultural, em que uma política da diferença conviva em tensão com uma política da igualdade.

Em suas palavras: O multiculturalismo emancipatório que se busca é um multiculturalismo decididamente pós-colonial, neste sentido amplo. Portanto, assenta fundamentalmente numa política, numa tensão dinâmica, mais complexa, entre a política de igualdade e a política da diferença; isso é o que ele tem de novo em relação às lutas da modernidade ocidental do século XX, lutas progressistas, operárias e outras que assentaram muito no princípio da igualdade. Há a idéia de que, sendo todos iguais, é fundamental que se dê uma redistribuição social, nomeadamente ao nível econômico, e é por meio da redistribuição que se assume a igualdade como princípio e como prática.

Assim, afirma o autor, “a igualdade só existe quando há possibilidade de se compararem as coisas” (SANTOS, 2001, p. 22).

Como evitar, então, a separação das diferenças, como evitar o esfacelamento dos projetos sociais comuns à Organização? Em outro estudo, a resposta convergiu para a proposição de um diálogo que permitisse a superação das divergências

impeditivas de uma aproximação entre os diferentes. Desta forma, uma possível solução pode derivar da promoção de diálogo entre os padrões culturais internos, na forma de concepções sobre o seu mundo, que se encontram omitidos na natureza de cada sujeito.

Longe de preconizar o isolamento de identidades culturais em seus próprios padrões, o multiculturalismo proposto deve atentar para a necessidade de trocas, de estratégias dialógicas, em que ambas as partes participem como produtoras de cultura, desenvolvimento de ações e projetos para o comum social e, saiam com seus horizontes culturais ampliados. O diálogo das diferenças se impõe, apesar das dificuldades envolvidas em sua concretização no cotidiano das experiências educacionais (CANEN; MOREIRA, 2001, p. 61).

Sobre a identidade, pode-se questionar: em que espaço o policial-militar se situa nos âmbitos da educação, de polícia comunitária ou o trabalho social? A designação policial-militar comunitário, educador social do PROERD, terapeuta social, são as mais adequadas função policial? Como caracterizar concretamente essa designação?

O conceito aqui apresentado é psicanalítico e apropriado de Freud, que versa sobre a “identificação”, sendo que o conceito é ambivalente, e que está moldado na fantasia, na projeção, na idealização.

Nesse sentido, Nóvoa (1998, p. 35), relata sobre a identificação da profissão:

Na problemática da identidade, situa-se a questão da identidade profissional. Derouet (1988, p.15) quando se refere à identidade profissional dos educadores e professores chama-lhe uma montagem compósita. É uma construção que tem uma dimensão espaço-temporal, atravessa a vida profissional desde a fase de opção pela profissão até a reforma, passando pelo tempo concreto da formação inicial e pelos diferentes espaços institucionais onde a profissão se desenrola. É construída sobre saberes científicos e pedagógicos como sobre referências de ordem ética e deontológicas. É uma construção que as marcas das experiências feitas, das opções tomadas, das práticas desenvolvidas, das continuidades e descontinuidades, querem ao nível das representações quer ao nível do trabalho concreto.

Segundo o autor, o processo de construção de uma identidade profissional própria não é estranho à função social da profissão, ao estatuto da profissão e ao profissional, à cultura do grupo de pertença profissional e ao contexto que se desenrola.

Como explicitado por Anderson (1974, p. 56), “de entre as múltiplas dimensões da socialização, a dimensão profissional adquiriu uma importância fundamental na medida em que o emprego é, hoje em dia, um atributo estruturante da identidade social do indivíduo”.

Até aqui, parece que o profissional da segurança pública está imbricado em uma nova tarefa, a de servir socialmente e de ensinar.

A questão central da investigação está na mudança da identidade profissional do indivíduo, entretanto, um pressuposto teórico aqui levantado é o de que: quanto mais complexa e especializada a profissão, neste caso, o campo de atuação policial-militar, mais ela implica e exige formação/socialização profissional que visa a atribuir uma nova dimensão à identidade social do sujeito.

De acordo como Estrela (1997, p. 31), descreve as pistas até aqui descritas, nos remetem neste momento a uma definição *a priori* de identidade. Pode-se, então, seguir dois caminhos. O primeiro relacionado aos processos de trabalho constitutivo do “dispositivo formação” que produz um potencial de configuração identitária e um segundo caminho que encerra as relações interativas, constitutivas da dinâmica de socialização, no interior da qual se gera e enquadra a luta pelo reconhecimento.

Ainda sobre o conceito de identidade, a autora aponta que

o estágio profissional contribui não só para o saber específico profissional, que se caracteriza por um conjunto de saberes teórico e competências operatórias, mas também para fornecer um conjunto de esquemas de percepção e apreciação (valores, normas e atitudes) constitutivos do ethos/universo profissional, cuja interiorização por parte dos candidatos configura descritivamente o conceito de identidade profissional (ESTRELA, 1997, p. 31).

Percebe-se, então, que a constituição da identidade profissional, em termos individuais se realiza ao longo de toda a carreira e pressupõe um acompanhamento em longo prazo. Constata-se, assim, que o processo de criação da identidade do indivíduo caracteriza-se como uma trajetória histórica, em uma continuidade de ações, construção e desconstrução.

### 2.3.1 O ente prevenção em diversos contextos

Diante desse cenário, a preocupação com a segurança pública passou a ocupar uma parte significativa do debate público, seja na mídia, nas esferas políticas federal, estadual e municipal, na sociedade civil ou ainda nos centros de pesquisa. O medo do crime e da violência passou a compor a realidade e o imaginário da coletividade que, a partir de experiências concretas ou não, passou a produzir e reproduzir o que Teresa Caldeira chamou de fala do crime

As narrativas de crime, ao lidar com a desordem da experiência causada pelo crime (ou por um dos processos de ruptura que o crime simbolicamente expressa), produzem certo tipo de significação. Essas narrativas são simplistas, intolerantes e marcadas por preconceitos e estereótipos. Elas contradizem o discurso e as iniciativas democráticas, exatamente os tipos de prática que a sociedade brasileira estava tentando consolidar quando o crime tornou-se a fala da cidade. Além disso, embora as discussões aguçadas da fala do crime reordenem de fato as experiências perturbadas pela violência, não são eficazes para controlar a violência. Ao contrário, elas reproduzem o medo e a violência. (CALDEIRA, 2000, p.30 et. seq.)

Assim, além do efetivo crescimento da criminalidade, verificou-se o crescimento do medo do crime ou da sensação de insegurança. Diante desse quadro, começaram a surgir demandas por mais segurança e por maior repressão à criminalidade, ainda que de forma pouco democrática. Discursos a favor de aumento de penas, da redução da maioria penal, da criminalização de um maior número de conduta, de uma polícia mais dura e de prisão sem direitos passaram a compor significativamente o discurso público sobre o tema.

No entanto, ao mesmo tempo em que essas demandas foram surgindo, foi ficando claro que a simples repressão à criminalidade e violência não era suficiente para lidar com a complexidade do problema. O aumento de penas e restrição de benefícios para tipos específicos de crime, o aumento do efetivo policial e a construção de mais presídios não foram suficientes para conter a criminalidade. A partir daí, uma forma alternativa de lidar com o problema, com propostas voltadas para possíveis causas, fatores de risco e de proteção e para problemas específicos, e que envolvesse diferentes setores do poder público, da sociedade civil, de centros de pesquisa e de organizações internacionais foi sendo desenhada e a idéia de prevenção da violência e da criminalidade foi se constituindo.

O professor Agustín Carrillo, analisando a situação do México em relação à legislação em matéria de prevenção delitiva na década de 90, traz uma série de reflexões e apontamentos que será útil para nossa reflexão em relação à realidade brasileira. Para ilustrar a afirmação de que a segurança pública e a repressão à criminalidade passaram a ser uma importante preocupação do governo, vale mencionar o crescimento da despesa com as Secretarias da Segurança Pública e da Administração Penitenciária, ambas do Estado de São Paulo, por exemplo, em 1998 a despesa total com essas duas secretarias representava 8,25% da despesa total do Estado; em 2004 essa porcentagem passou para 19,73% (segundo dados da própria Secretaria da Segurança Pública). Outro indicador importante é o aumento da população prisional, que, no Estado de São Paulo, passou de 55.021 em dezembro de 1994 para 130.885 em junho de 2004 (dados da Secretaria de Administração Penitenciária).

Ainda que seja possível observar a diminuição de alguns índices de criminalidade, a sensação de insegurança persiste, assim como as taxas de violência e criminalidade de uma forma geral continuam elevadas que ambas apresentam uma série de similaridades. O aumento da violência e da criminalidade significa o aumento de conflitos sociais. Na análise do fenômeno da violência e da criminalidade, não basta o levantamento sobre as violações à lei, mas é necessária uma análise de fatores culturais, sociais e políticos. Esse diagnóstico mais profundo e complexo do fenômeno exige respostas e alternativas também complexas. Nas palavras de Agustín Carrillo:

La comprensión de los conflictos sociales y de sus consecuencias requiere de investigaciones con conceptos diferentes de los de la dogmática jurídica y el derecho. Sólo así será posible solucionar el conflicto social y contener sus síntomas. Conviene concentrarse en la prevención de los conflictos sociales y en la urgencia de establecer medidas necesarias y suficientes para que no se repitan, sanear el ambiente social con decisiones y acciones tendientes a la desaparición de las causas que los producen y simultáneamente atacar los síntomas. (2002, p.40).

Fica claro, portanto, que políticas de segurança pública devem considerar duas formas de lidar com o problema da violência e da criminalidade: uma que passa pela aplicação da lei penal e que envolve as agências de controle: polícia, justiça criminal e administração penitenciária, e outra que não envolve a aplicação da lei penal. As políticas de segurança pública devem se concentrar nas causas e

nos sintomas da criminalidade e violência, simultaneamente. Políticas de segurança pública não podem se reduzir a respostas pontuais para demandas apaixonadas por combate à criminalidade e não podem se reduzir a alterações legislativas e de endurecimento das ações das agências de controle de violência, mas devem incorporar principalmente a idéia de prevenção da violência.

Nas palavras de Carrillo, A idéia de prevenção no Direito Penal surgiu com as teorias relativas sobre a finalidade da pena, que, ao contrário da teoria absoluta que atribuía uma finalidade retributiva à pena, atribuíam à pena a função de proteção da sociedade por meio da prevenção possível dos ilícitos.

Los fundamentos ideológicos de las teorías relativas están constituidos por las teorías políticas humanitarias de la Ilustración, por la inclinación a la explicación científica causal del comportamiento humano, por la fe en la posibilidad de educar a las personas, inclusive las adultas, a través de una adecuada intervención sociopedagógica y por el escepticismo frente a todos los intentos de explicar metafísicamente los problemas de la vida social. En las teorías relativas coinciden, por tanto, ideas humanitarias, sociales, racionales y utilitarias (2002, p.40).

Para o Direito Penal, há duas formas possíveis de prevenção: a prevenção geral e a prevenção especial, e ambas dividem-se em positiva e negativa. O conceito de prevenção geral negativa funda-se na idéia de intimidação. A pena previne a prática de delitos na coletividade, na medida em que coage psicologicamente os indivíduos que desistem de praticar o crime. Haveria nesse caso a intimidação pela simples previsão legal de uma sanção.

O conceito de prevenção geral positiva funda-se na idéia de exemplaridade, ou seja, na idéia de que a norma penal irradia efeitos positivos na medida em que incentiva e fortalece a confiança normativa. A pena se legitima no reforço geral da consciência jurídica da norma.

Haveria três efeitos principais da aplicação da pena fundada na prevenção geral positiva: aprendizagem (reforça e recorda as regras com a aplicação da pena); confiança (com a imposição da norma pela pena); e a pacificação social (restabelecimento da paz jurídica com a intervenção estatal).

É importante esclarecer que a passagem sobre as teorias da finalidade da pena e sobre prevenção concebidas pelo Direito Penal será feita de modo superficial, apenas para dar um panorama básico sobre o olhar do Direito em relação à prevenção do crime.

Há variações em relação e esse conceito, no entanto, pretende-se aqui, como já mencionado, apresentar apenas seu perfil básico e não detalhar tais variações e as conseqüentes problemáticas acerca do conceito, uma vez que o objetivo do texto é apenas desenhar um panorama geral da idéia de prevenção elaborada pelo Direito Penal e confrontá-la com outras elaborações.

A prevenção especial negativa funda-se na idéia de intimidação a partir da neutralização do apenado, que fica fora de circulação e percebe que sua ação tem uma consequência jurídica, o que evitaria o cometimento de novos ilícitos penais. Já a prevenção especial positiva, funda-se na idéia de ressocialização buscando reintegrar o agente do ilícito à sociedade.

A prevenção do crime (geral ou especial) concebida pelo Direito Penal relaciona-se fundamentalmente com a sanção. Essa concepção, no entanto, traz algumas contradições. Para validar empiricamente a idéia de prevenção elaborada pelas teorias relativas, seria preciso analisar o grau de reincidência, que deveria ser muito baixo ou quase nulo, e o comportamento das pessoas em relação às previsões legais, ou seja, seria preciso investigar se as pessoas, de fato, deixam de cometer crimes em decorrência da pena prevista. Entretanto, tal avaliação é muito complicada e não é feita na prática. Os índices de reincidência são altos, embora não haja um acompanhamento sistemático e organizado que permita dimensionar a reincidência para os diferentes tipos de crimes e respectivas penas que possibilite analisar o potencial real da prevenção especial. O discurso da prevenção baseada apenas na sanção passa, então, a ser questionado. Nas palavras do professor Carrillo (2002, p. 127): "El propósito de la prevención delictiva, de acuerdo com este enfoque, sería desalentar, por médio del efecto motivador de la representación de la sanción o por el valor de los bienes protegidos con las obligaciones impuestas, la conducta tipificada en la ley penal".

Uma visão bastante crítica da idéia de prevenção elaborada pelo Direito Penal é de que a pena de prisão não é capaz de sequer intimidar aqueles que a conhecem de perto e já sofreram seus males (prevenção especial), quanto mais àqueles que a desconhecem ou a conhecem apenas por "ouvir dizer" (prevenção geral). Assim, tanto a prevenção especial como a prevenção geral, não passam, em verdade, de mera ficção jurídica. A maior demonstração de que a prevenção especial, sustentada pelas teorias utilitárias, não cumpre seu papel é justamente a elevação dos índices de reincidência. O mesmo ocorre em relação à prevenção

geral, que é facilmente contestada pela elevação da criminalidade, apesar do endurecimento e rigorismo da legislação penal. (YAROCHEWSKY, 1989, p. 292)

La tradición en la teoría del derecho, y en particular en derecho penal, ha sido la de considerar ese sistema normativo como una técnica específica de control social, mediante la cual se pretende lograr los objetivos determinados por los órganos estatales, con la amenaza de la sanción y de la aplicación de la misma cuando se presenta la conducta opuesta a la deseada por las autoridades estatales o por el contenido valioso de las normas jurídicas. Esta técnica de control social es preventiva en esos términos. Las teorías sobre la prevención en sus diferentes expresiones y desarrollos durante largo tiempo se apegaron a esta tradición jurídica hasta llegar a justificar la pena de muerte (CARRILLO, 2002, p. 42).

É, portanto, necessário deslocar o conceito de prevenção do crime para outras esferas que não se relacionem, necessariamente, com a aplicação da lei penal. A prevenção da criminalidade e da violência deve se dar em esferas múltiplas que dialoguem. Nas esferas das políticas públicas, de programas sociais focados e até mesmo de programas que envolvam as agências de controle da violência: polícia, justiça criminal, administração penitenciária e alternativas sociais.

Diante da constatação de que os índices de criminalidade e violência cresceram consideravelmente na década de noventa, de que cresceu também o medo e a fala do crime, bem como a sensação de insegurança, de que, paralelamente, houve um reforço na ação da aplicação da lei penal pelo Estado por meio de medidas mais repressivas como aumento de prisões, aumento de efetivo policial e das penas, mas que o problema da violência e criminalidade continua sendo central surge a necessidade de trabalhar com o problema a partir de outra perspectiva: de prevenção.

Contudo, a possibilidade de prevenção do crime e da violência elaborada no âmbito do Direito Penal, não dá conta de efetivamente prevenir a criminalidade e a violência. É preciso, portanto, apresentar uma alternativa de prevenção que seja aplicável na prática e que atinja a complexidade do problema.

A prevenção do crime e da violência proposta aqui deve ser concebida na lógica de resultados e sua concepção passa pelo diálogo com outras áreas do conhecimento, em especial a da saúde pública. Uma ação é preventiva, na medida em que com ela atinge-se determinado resultado, ou seja, evita-se um ato violento que, sem essa ação preventiva, teria ocorrido. A ação preventiva pode incidir na redução de fatores de risco de violência e criminalidade ou no aumento ou reforço

de fatores de proteção. A lógica de resultados com o objetivo de reduzir a incidência e o impacto de crimes e violências na sociedade que rege a prevenção aqui proposta é importante para afastar a idéia de prevenção da simbologia *prevenção versus repressão*, uma vez que esse debate, falso, acaba por dificultar a efetividade das medidas.

Para viabilizar essa prevenção é preciso ter objetivos definidos claramente, bem como considerar as características específicas dos crimes e violências que se pretende evitar e das comunidades em que estes crimes e violências acontecem.

Além disso, a prevenção do crime deve ser feita de forma articulada entre as diferentes áreas e atores sociais: saúde, educação, trabalho, justiça, polícia, administração penitenciária, mídia, sociedade civil, setor privado.

O foco em fatores de risco e/ou de proteção é importante para a diminuição da vulnerabilidade a crimes e violências e/ou para o aumento da resiliência a crimes e violências.

Algumas concepções serão aqui apontadas sobre prevenção:

Fator que aumenta a probabilidade de incidência ou os efeitos negativos de crimes ou violências, mas não determina a incidência ou os efeitos negativos de crimes e violências. Quanto maior a presença de fatores de risco, e menor a presença de fatores de proteção, maior a probabilidade de incidência e de efeitos negativos de crimes e violências.

Fator que reduz a probabilidade de incidência ou de efeitos negativos de crimes ou violências. Quanto maior a presença de fatores de proteção e menor a presença de fatores de risco, menor a probabilidade de incidência e de efeitos negativos de crimes e violências.

Condição de indivíduos, famílias, grupos e comunidades que os tornam mais suscetíveis de envolvimento com o crime e a violência e de vitimização, mesmo em situações de baixo risco. (MESQUITA NETO, 2004, p. 527)

Assim, tanto para trabalhar com fatores de risco como com fatores de proteção, é necessário realizar um bom planejamento, com a elaboração de um diagnóstico preciso do problema no qual se vai atuar, eleger as estratégias relacionadas com a solução para o problema diagnosticado, implementá-las e monitorar e avaliar seus resultados. Sem esses quatro passos, fica muito difícil avaliar se um programa de prevenção do crime e da violência deu resultados ou não. Com essa metodologia é possível até avaliar os impactos das medidas preventivas

puramente legislativas proposta pelo Direito Penal (ainda que não seja esse o tipo de “prevenção ideal” proposto aqui).

Para Minayo e Souza (1999), a existência de múltiplos níveis de determinação constitui um desafio para a formulação de políticas de prevenção da violência que promovam o desenvolvimento social e enfrentem fatores de risco específicos. Medidas estruturais para “a promoção da equidade social, de direitos civis e humanos fundamentais, o acesso à educação e cuidado à saúde, oportunidade de emprego e trabalho digno são fundamentais para a manutenção e desenvolvimento de formas democráticas e pacíficas de coexistência social”.

Além disso, medidas de proteção específica para a redução de fatores de risco individuais e controle de danos também são necessárias para a prevenção da violência e da morbimortalidade secundária. Para isso, ações intersetoriais e interdisciplinares, com envolvimento não só de diferentes setores do poder público, mas também da sociedade civil organizada constituem elementos essenciais para o enfrentamento da questão.

De acordo com Bucher (1992, p. 27),

A idéia de prevenção qualquer que seja o seu conteúdo, seja bem sucedida, encontre receptividade na população alvo e surta efeitos tangíveis, é fundamental que as suas ações sejam norteadas por idéias construtivas, por valores humanos claramente pensados e enunciados, por objetivos baseados em uma concepção humana do humano do homem, em suma, balizam bem definidas, que levem em conta as características psicológicas e sociais do ser humano sobre o que se quer intervir.

A Organização Mundial de Saúde traz que as intervenções no campo da prevenção em saúde pública são tradicionalmente caracterizadas em três níveis: a prevenção primária, secundária e terciária:

- Prevenção primária: caracterizada pelo conjunto de ações que procura evitar o uso de drogas, visando diminuir a probabilidade de novas pessoas começarem a usar;
- Prevenção secundária: conjunto de ações que procura evitar a ocorrência de complicações para as pessoas que fazem o uso ocasional de drogas;
- Prevenção terciária: conjunto de ações que, a partir de um uso problemático de drogas, procura evitar prejuízos adicionais e/ou reintegrar na sociedade os indivíduos com problemas mais sérios. (OMS, 1993, p.17)

De acordo com Noto, a literatura internacional aponta a outro tipo de classificação, em que estão implícitos os conceitos de fatores associados à proteção

e ao risco, considerando-se a multiplicidade de fatores envolvidos no uso abusivo e na dependência de drogas. Essa classificação é denominada de “intervenções universais, seletivas e indicadas”.

Enquanto a classificação tradicional (primária, secundária e terciária) o foco é o grau de envolvimento do indivíduo com a droga, ou seja, em um escalonamento progressivo, a presente classificação centra-se nas características do indivíduo ou na população:

- Intervenções universais: programas destinados à população em geral, supostamente sem qualquer fator específico associado ao risco;
- Intervenções seletivas: ações voltadas para populações com um ou mais fatores associados ao risco para o uso indevido dessas substâncias;
- Intervenções indicadas: incluem intervenções voltadas especificamente para pessoas identificadas como usuárias ou com comportamentos direta ou indiretamente relacionados ao uso indevido de substâncias. (NOTO, 2004, p. 64)

Gilvary (2000, p. 61), nesse modelo deixa implícita a importância da análise das características da população-alvo ao se planejar uma intervenção. Assim, programas universais, quando aplicados a populações que apresentam vários fatores de risco, que demandariam programas seletivos podem ser efetivos ao que se propõe.

Assim, acredita-se ser possível incorporar essa concepção mais abrangente de prevenção da criminalidade e violência como uma dimensão prioritária para uma política de segurança pública democrática e eficiente e que consiga começar a reverter efetivamente os índices de criminalidade e violência, bem como reverter a fala do medo e a sensação de insegurança, por meio de medidas preventivas, conforme aponta Caldeira (2000).

No Brasil, as estratégias de prevenção para a delinquência juvenil têm sido muito pouco priorizadas. Entretanto, muito se tem discutido e debatido em diversos países. São variadas as tipologias que os pesquisadores têm traçado.

Investigando os tipos de prevenção existentes nos Estados Unidos, Spergel e Curry (1990), encontraram-se quatro estratégias de ação: organização comunitária: mobilizando toda a comunidade para criar uma rede de suporte para estes jovens; intervenção social: em que trabalhadores sociais atuam diretamente com os jovens em risco para a delinquência; suprimento de oportunidades: facilitação de empregos, educação e treinamento profissional aos jovens em risco; repressão: estratégias legais que visam a reforçar a segurança pública. Embora a organização comunitária

tenha sido avaliada como a mais eficaz na prevenção, os autores ressaltam que a utilização conjunta de várias estratégias tem maior impacto.

Goldstein e Huff (1993) reconhecem três categorias de intervenção: psicológicas: intervenções cognitivas e comportamentais, resolução de conflitos interindivíduos e intervenções moral-cognitivo; contextuais: intervenções na família, escola, treinamento para o trabalho, atividades recreacionais e mudanças comunitárias; e justiça criminal.

Também Dryfoos (1990) reconhece que a família e a escola são locais privilegiados para a implantação de programas de prevenção, com a primeira atuando logo na infância e a segunda introduzindo alteração do currículo escolar, treinamento de educadores, aconselhamento e trabalho voluntário. Um terceiro tipo de programa, reconhecido pelo autor, é o baseado na comunidade, com auxílio de múltiplas instituições nela existentes.

Wilson e Howell (1994) afirmam que uma estratégia de prevenção em nível nacional deve-se basear nos fatores envolvidos na gênese da delinqüência: características individuais, influências familiares, experiências escolares, influência dos pares, comunitárias e da vizinhança. Para ser bem sucedida, a estratégia deveria fornecer reforço e suporte para as instituições de apoio à família como escolas, igrejas e organizações comunitárias; promover a prevenção da delinqüência em geral, a fim de obter melhor relação de custo-benefício; intervir rápida e efetivamente no comportamento delinqüente; e, finalmente, identificar e controlar o pequeno número de jovens que cometem crimes sérios e violentos.

Outros autores, como Sheldon et. al. (1996), sintetizam as abordagens que enfocam os fatores protetores sugerindo a atuação sobre as características individuais como gênero, temperamento resiliente, orientação social positiva e inteligência; o estabelecimento de vínculos afetivos com pais, mestres ou outro adulto que supra este papel; o fornecimento de crenças saudáveis e de padrões de conduta positivos por parte da sociedade adulta.

Esses estudiosos apontam os itens essenciais que deve ter um programa bem sucedido:

- a) as comunidades não podem negar a existência do problema das drogas e de gangues;

- b) deve-se voltar para jovens de médio ou alto risco, com abordagem intensiva e multifacetada, focalizando o desenvolvimento de habilidades (como a resolução de conflitos), desestimulando crenças, atitudes e valores que reforcem comportamentos anti-sociais;
- c) oferecer alternativas para o envolvimento dos jovens das gangues, como programas recreacionais, eventos escolares, trabalho;
- d) deve ser conduzido nas próprias comunidades dos jovens, envolvendo as famílias e a escola;
- e) a equipe que o dirige deve ser bem treinada, capaz de sentir empatia pelos jovens e de compreender a cultura juvenil, sem desmerecer ou depreciar suas crenças;
- f) procurar associar-se ao mundo do trabalho, propiciando oportunidades de treinamento profissional e emprego;
- g) seus objetivos devem ser específicos e resultar em alguma forma oficial de sucesso, como por exemplo, um diploma;
- h) compreender que a reincidência é normal (especialmente para os usuários de álcool e drogas e para alguns comportamentos sociais negativos) e que o tratamento é um processo contínuo, mais do que um único episódio. Técnicas de prevenção de reincidência devem sempre ser utilizadas para facilitar a adaptação do jovem à comunidade.

Como se pode notar, as estratégias de prevenção e os programas de atuação delas provenientes, aqui destacados, recaem tanto no âmbito público quanto no privado, nas relações sociais interpessoais, interinstitucionais e intersetoriais. Mostram a necessidade de reflexão e atuação conjunta e de reforço e redefinição de papéis institucionais. Apontam, em última instância, para o fato de que a delinqüência juvenil não sendo apenas fruto da patologia individual, mas também de estruturas e conjunturas socioculturais, pode e precisa ser enfrentada pelo conjunto da sociedade.

## 2.4 OS PRINCIPAIS PROJETOS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

### 2.4.1 A concepção de Polícia Comunitária

Em países diferentes, as organizações policiais promoveram experiências e inovações com características diferentes. Mas, algumas destas experiências e inovações são geralmente reconhecidas como a base de um novo modelo de polícia, orientada para um novo tipo de policiamento, mais voltado para a comunidade, que ficou conhecido como policiamento comunitário (BAYLEY; SKOLNICK, 2001, p. 52) <sup>6</sup>.

As alternativas de contenção da violência quer sejam repressoras ou preventivas, são sem dúvida o maior desafio encontrado pelos gestores públicos.

Assim, sugere Foucault (1977), que o poder instituído produza um conhecimento específico sobre criminalidade, colocando a sociedade em uma posição defensiva frente à criminalidade.

Como se convive com uma criminalidade complexa (criativa, grupal, mobilizadora, etc.), não se pode ser simplório nos mecanismos de defesa que também devem ser complexos. Isso remete à idéia da ambiência criminosa.

Conforme Bayley e Skolnick (2001), quatro são as inovações consideradas essenciais para o desenvolvimento do policiamento comunitário:

- a) organização da prevenção do crime tendo como base a comunidade;
- b) reorientação das atividades de policiamento para enfatizar os serviços não-emergenciais e para organizar e mobilizar a comunidade para participar da prevenção do crime;
- c) descentralização do comando da polícia por áreas;

---

<sup>6</sup> De acordo com Bayley e Skolnick, um estilo de policiamento comunitário centrado no estabelecimento de postos de polícia denominados Koban foi implantado no Japão após a 2ª Guerra Mundial, resultado da combinação de um modelo tradicional de polícia desenvolvido no Japão no século XIX e ideais democráticos norte-americanos. Entretanto, foi apenas nas décadas de 70 e 80, com o desenvolvimento de experiências de policiamento na América do Norte e Europa Ocidental que esse tipo de policiamento tornou-se mais conhecido internacionalmente.

d) participação de pessoas civis, não-policiais, no planejamento, execução, monitoramento e/ou avaliação das atividades de policiamento.

Estudos de processos de implantação do policiamento comunitário em diversos países apontam quatro fatores cruciais para a implantação e consolidação deste tipo de policiamento (BAYLEY; SKOLNICK, 2001, p. 233 et. seq.):

- a) envolvimento enérgico e permanente do chefe com os valores e implicações de uma polícia voltada para a prevenção do crime;
- b) motivação dos profissionais de polícia por parte do chefe de polícia;
- c) defesa e consolidação das inovações realizadas;
- d) apoio público, da sociedade, do governo e da mídia.

O papel das lideranças da polícia é, portanto, fundamental para iniciar e sustentar experiências e inovações visando à introdução do policiamento comunitário. Frequentemente, as dificuldades são apresentadas como uma resistência às mudanças e a não-implantação do policiamento comunitário ou para as limitações e deficiências no processo de implantação do policiamento comunitário. Há muitos casos em que a explicação ou justificativa é válida. Mas há também muitos casos em que a explicação ou justificativa simplesmente mascara a falta de visão, vontade e/ou capacidade de ação das lideranças da polícia.

Para entender a dinâmica da ambiência criminosa, necessário se faz conceituar Defesa Social e Segurança Pública.

A Defesa Social é um conjunto de diretrizes que orientam as ações de controle da criminalidade. Vai, pois, além da repressão, da investigação da punição, preocupa-se com a multicausalidade do crime e na forma de intervir nas causas do fato criminoso e, assim, controlar sua incidência.

A perspectiva da Defesa Social é, dessa forma, mais abrangente do que a da segurança pública, que se limita a trabalhar repressivamente o fato ocorrido atribuindo-lhe um juízo de valor que implicará em uma punição.

O movimento que definiu as premissas básicas da defesa social data de 1945, é marcado pelo dizer de Marc Ancel (1998), que define a defesa social como “uma tomada de consciência acerca de necessidades sociais e éticas novas, em face das antigas estruturas e tradições obsoletas”.

A estrutura da ambiência criminosa propõe-se justamente a preencher estas necessidades sociais e éticas novas, e possibilita trabalhar segurança pública na perspectiva da Defesa Social.

Nas instituições com resistência às mudanças, estes desvios doutrinários difundem-se rapidamente e criam mitos em relação às funções do policial comunitário, que se não forem destruídos com uma argumentação convincente e demonstrações práticas podem provocar rejeição à prática comunitária.

Quando na realidade “no que diz respeito à polícia, o único modelo compatível com a democracia é o de uma organização policial que pertença a comunidade, com vocação para promover a dignidade humana” (ALBERTO, 1998).

Assim, Bondaruk e Souza (2003) conceituam a atividade de Polícia Comunitária como:

[...] um conceito mais amplo que abrange todas as atividades voltadas para a solução dos problemas que afetam a segurança de uma determinada comunidade, que devam ser praticadas por órgãos governamentais ou não. A Polícia Comunitária envolve a participação das seis grandes forças da sociedade, freqüentemente chamadas de "os seis grandes". São eles a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia.

É importante reconhecer o potencial que a comunidade pode oferecer às Organizações responsáveis pela segurança pública na resolução de problemas que afetam diretamente a vida de ambos: comunidade e Polícia. A contribuição pode variar desde a identificação de problemas até o planejamento de uma ação para combater e solucionar os problemas de segurança pública, em seu sentido mais amplo.

No que se refere à solução de problemas ligados à qualidade de vida e aos grupos vulneráveis, o policial-militar, em regra, não possui o conhecimento nas áreas citadas, como as Corporações não possuem os meios para realização dessas atividades. No entanto, sabe-se que os problemas mais importantes para a população podem não ser os mais importantes para a polícia. E, no caso de não o ser, esta deve ser um elo entre a comunidade e outras agências públicas.

Sabe-se que as desordens, as situações de desequilíbrio social e as deteriorizações urbanas e ambientais, se não corrigidas a tempo poderão acarretar problemas mais sérios, entre eles o agravamento da criminalidade (SANTANA, 2002).

De acordo com o apontado por Filho (1995, p. 117),

O Policial comprometido com a comunidade da área vai ter na segurança um papel semelhante ao do Pronto-socorro no setor da Saúde. Às pessoas querem ser atendidas, entretanto, poucos são os casos que demandam um encaminhamento ao Hospital. No policiamento, a maioria dos casos, devem ser resolvidos na base, não exigindo encaminhamentos aos distritos policiais e a Justiça. Muitos casos são resolvidos com simples orientação. Esse contexto faz aumentar a credibilidade na organização, aliviando a sobrecarga de custos desnecessários com os deslocamentos de veículos policiais, o morador tem a certeza de encontrar um policial amigo, conhecido e confiável.

Atualmente, conforme apontado por Santana (2002), o maior desafio enfrentado pela polícia no modelo comunitário é motivar e sustentar a participação do público, pois o contato direto e permanente com a adversidade e a insegurança social costuma ter um efeito negativo nos esforços de organização e mobilização social, em que em vez de unir as pessoas em torno de sentimentos de indignação e finalidade comum, o crime parece minar a capacidade de organização comunitária.

Assim, a autora propõe que, além do conhecimento da área, seja realizada uma investigação para identificar o tipo de comunidade, se preciso for com o auxílio de assistentes sociais dos policiais já em atuação na área, e se possível o setor de inteligência.

Nesse enfoque, percebe-se que o trabalho realizado pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, por meio de seus agentes de prevenção, policiais-militares formados para o trabalho com educação preventiva, também alcança os atributos necessários para o desempenho do policiamento comunitário. Assim, será caracterizado esse policial-militar e a atividade que o PROERD desempenha na sociedade, como um dos braços da Polícia Comunitária.

Importa salientar, que quando se fala em prevenção, de acordo com Buarque de Holanda (1995, p. 9), “[...] é o ato ou efeito de prevenir, que significa evitar, dispor, com antecipação e chegar antes de.” Do ponto de vista sociológico, “prevenção refere-se a tudo aquilo que possa ser realizado no sentido de impedir ou reduzir qualquer ação anti-social ou que efeitos na saúde física ou mental de indivíduos ou grupos, e seu principal meio se dão pela educação” (BUCHER, 1989, p. 67).

Desse modo, quando se percebe que a polícia realiza o trabalho com viaturas em Ponto Base – PB, ou o policiamento em duplas de policiamento a pé, dentre outros esta atendendo sua missão primordial: prevenir e controlar. A isso, denominar-se-á de atividade de controle da criminalidade, conforme apontado por Oliveira (2003, p. 67)

Já é hora de se pensar na responsabilidade social dos indivíduos e das organizações, não só na manutenção da ordem pública como na sua construção, e, conseqüentemente, na prevenção da criminalidade, sob pena de cairmos no terrível círculo vicioso: maior repressão, mais criminosos nas ruas, maior policiamento nas ruas, e assim indefinidamente. Manuel Lopez Rey, estudioso do fenômeno da criminalidade, distingue que prevenção significa programas ou políticas para evitar que a pessoa se torne delinqüente. Controle é o policiamento nas ruas para evitar que as pessoas já se tornaram criminosas tenham oportunidade de delinqüir.

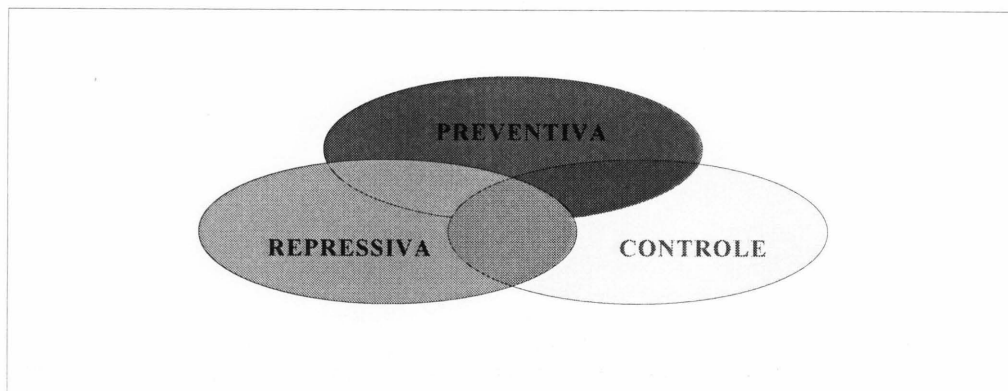
A partir do momento em que a polícia desempenha sua atividade no cumprimento da ação de prisão, cumprimento de mandados, e outros, concretiza-se a ação de repressão policial.

Nesse sentido, conceitualmente se pode afirmar que o trabalho realizado pelo Projeto Povo e pela Patrulha Escolar Comunitária é de cunho preventivo, pois o pressuposto básico é que haja a ação educativa pedagógica, mas as presenças ostensivas da farda e da viatura são a parte visível do aspecto identificativo do sistema policial e sua visualização torna a ação educativa-pedagógica mais efetiva.

O Projeto Patrulha Escolar Comunitária possui traços de ação preventiva, no momento em que desenvolve apenas na quarta fase as palestras aos seus públicos, o que se pode caracterizar como uma atividade híbrida que circula entre a atividade de repressão, controle (contenção) e preventiva.

A adoção do PROERD como atividade de Policiamento Comunitário vem preencher a lacuna da ação eminentemente preventiva nas comunidades, conforme caracterizado pela Figura 2.

FIGURA 2 – As concepções de atividade de Polícia Militar



Fonte: OLIVEIRA, 2006.

#### 2.4.2 A Polícia Comunitária na Polícia Militar do Paraná

A Polícia Militar do Paraná - PMPR tem sua missão estabelecida por meio da Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da PMPR, na qual se encontra a seguinte afirmação:

no contexto sistêmico da defesa social, a Polícia Militar assume papel de relevância na preservação da ordem pública, prevenindo ou inibindo atos anti-sociais, atuando repressivamente na restauração da ordem pública, adotando medidas de proteção e socorro comunitários ou atuando em apoio aos órgãos da administração pública no exercício do poder de polícia que lhe couber. (DIRETRIZ N.º 004/2000 - PM/3)

De acordo com os já citados conceitos de policiamento comunitário, a PMPR concebe como princípio de policiamento ostensivo e

entendido como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade (a própria comunidade, a comunidade de negócios, as autoridades cívicas eleitas, as polícias todas, as outras instituições e autoridades e a mídia), sob a coordenação de policiais especialmente designados, no sentido de preservar a segurança pública, prevenindo e inibindo os delitos ou adotando as providências para a repressão imediata. Deve ser entendida também como uma filosofia de atuação da Polícia Militar, marcada pela intensa participação da comunidade na resolução dos problemas afetos à Segurança Pública. (DIRETRIZ N.º 002/2004 - PM/3).

A polícia comunitária deve ser vista como vêm a maioria dos doutrinadores como filosofia, e uma concepção, no sentido de geração (de idéias, projetos),

faculdade de perceber (a comunidade, a própria polícia), de produzir conhecimento por intermédio da interação social.

Essa concepção tem por base a crença de que os problemas comunitários terão soluções cada vez mais efetivas, à medida que haja a participação da população na sua identificação, análise e discussão a partir de problemas comuns.

Nesse sentido, a PMPR adota as seguintes premissas de policiamento comunitário:

- a) A prioridade da atuação preventiva da Polícia Militar, ao agir para evitar que delitos ocorram, como atenuante de seu emprego repressivo;
- b) A presença do policial-militar na maior parte do tempo junto à comunidade específica para a construção de uma identidade comunitária com os participantes desta;
- c) A parceria, cooperação e envolvimento da comunidade com a PMPR na identificação em conjunto dos problemas que lhes causam desconforto, assim como, a discussão compartilhada e na busca de alternativas viáveis para a resolução dos problemas;
- d) A promoção de respostas rápidas aos anseios sociais da população assistida pelos policiais-comunitários, no que se refere à necessidade de proteção e socorro, obtidos por intermédio de levantamentos periódicos realizados com a comunidade;
- e) A preferência pelo emprego do policiamento no processo a pé, mais próximo e em contato mais estreito com as pessoas;
- f) A pronta resposta ao maior número possível de acionamentos dos serviços da Polícia Militar;
- g) A transparência das atividades desempenhadas pela polícia, de forma a permitir um maior controle e participação no planejamento operacional, pela população;
- h) A visão sistêmica da defesa social e da segurança pública e gestão compartilhada das políticas públicas;
- i) Atuação do policial-militar como partícipe do processo de planejamento e protagonista das ações para a solução de problemas, nos momentos em que se realiza a coordenação de reuniões para a coleta de informações com a população;

j) Promover a idéia de necessidade de maior envolvimento comunitário, na busca de melhores condições de vida das populações, que garantirá maior confiabilidade nos serviços oferecidos pela PMPR.

A PMPR adota no policiamento comunitário a atividade específica da polícia, que compreende todas as ações policiais decorrentes de estratégias específicas pertinentes ao planejamento dessas ações, no que se refere à proteção do cidadão.

No Paraná, a concepção de policiamento comunitário tem atualmente como referenciais dois projetos desenvolvidos pela PMPR: o Policiamento Ostensivo Volante (Projeto POVO) e a Patrulha Escolar Comunitária.

### **2.4.3 O Projeto POVO**

O Projeto POVO (Policiamento Ostensivo Volante) foi lançado no ano de 1993, já, na época, ao dispor que uma viatura ficasse designada para o atendimento de um determinado bairro, cujo objetivo era que o policial-militar se identificasse com aquela comunidade, para a integração e resolução de problemas em conjunto, conforme a teoria prevê. A permanente troca de informações visava à redução da criminalidade e da sensação de insegurança, promovendo um aumento da resistência ao crime na implantação de técnicas preventivas e, igualmente, eliminando as condições que afetam a manutenção da ordem pública.

Atualmente o Projeto, após ser reestruturado, considerando-se a dinâmica evolutiva social, foi adaptado às novas realidades de polícia e às tecnologias adequadas às estratégias do policiamento comunitário, como projeto institucional da Polícia Militar do Paraná e do Governo do Estado.

Nesse projeto, a preservação da ordem pública por meio da polícia ostensiva, em um subsetor no atendimento das ocorrências policiais, e iniciadas por meio de solicitação da comunidade, ou pelos policiais-militares, determinação superior ou acionamento, colhe da comunidade local os anseios que permitirão melhorar a atuação preventiva e subsidiar o escalão superior no planejamento estratégico e operacional.

Em síntese, a atuação policial no Projeto POVO é realizar a atividade de "policamento ostensivo", como principal característica da atividade policial-militar, que também destaca a chamada "ação de presença", tanto real quanto potencial, e que obedece ao princípio da "responsabilidade territorial".

Secundariamente, a atividade ainda obedece aos princípios da "aplicação" e da "antecipação", balizados pelos princípios e procedimentos adotados no policiamento comunitário.

O Projeto POVO é o tipo de Policiamento Ostensivo Geral, que adota os processos de policiamento "a pé" e "motorizado", nas modalidades de "patrulhamento" e "permanência", de circunstância "ordinária", "urbano", "diuturno", "desdobrado no terreno", com "limites de responsabilidade" territorial e geográfica definida e desenvolvida na comunidade para interação e integração, com os objetivos específicos que se seguem:

- a) Orientar a prevenção de delitos ou dissuadir sua prática, pela presença efetiva do policiamento ostensivo;
- b) Atender de maneira rápida, eficiente e eficaz as ocorrências policiais;
- c) Intensificar o patrulhamento nos locais e horários de risco, de forma a reduzir as oportunidades para a prática de delitos;
- d) Proporcionar maior acessibilidade e conseqüente participação da comunidade nos assuntos de segurança pública;
- e) Ampliar e consolidar a permanência do policial-militar junto da comunidade para torná-lo conhecido e participante nas soluções dos problemas de segurança individual e comunitária, localizados ou próprios de bairros, no setor de atendimento da Estação POVO.

#### **2.4.4 A Patrulha Escolar Comunitária**

A ação de polícia ostensiva preconizada pela Patrulha Escolar surgiu no ano de 1994 e foi implementada no ano de 1997 por meio do Projeto Patrulha Azul, que era desenvolvida por duplas de policiais-militares femininas que realizavam suas atividades por intermédio do "patrulhamento motorizado" e de "permanência" em

áreas internas, externas e adjacentes aos estabelecimentos de ensino da Capital, complementando com visitas programadas a eles, com a finalidade de ampliar a sensação de segurança e a proteção às crianças e aos adolescentes que freqüentavam nossas escolas.

Com os resultados positivos do projeto "Patrulha Escolar", que ganhou força perante o público a que se destina, sendo então, integrado aos projetos institucionais da PMPR, como concepção de policiamento comunitário.

Atualmente, o Projeto encontra-se em sua terceira fase e, com status e estrutura de projeto de Governo do Estado.

O Policiamento Escolar também é citado na Diretriz nº 004/2000-PM/3 como orientação particular para o planejamento e execução de atividades operacionais, executado na forma de Patrulha Escolar Comunitária, pautando-se com princípios de "policiamento ostensivo" em "ação de presença" que deve atuar precipuamente preventivamente, e supletivamente na repressão a crimes e a atos infracionais.

Importante salientar que o trabalho realizado pela Patrulha Escolar Comunitária, não é de prevenção, mas por meio do hibridismo que conjuga as atividades preventivas com a repressiva de polícia militar.

A função desse trabalho é a aproximação da escola e do seu ambiente, ampliando a segurança no local e seu entorno. Esclarecer dúvidas acerca do trabalho policial, por meio do assessoramento à escola quanto à segurança física das instalações e pela interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais, conforme os estabelecimentos de ensino.

O Projeto atual foi desenvolvido em cinco etapas, que são:

- a) Avaliação das instalações do estabelecimento de ensino, interna e perimétrica, quanto à sua segurança física que proporciona. Nessa ocasião, são realizadas sugestões de aprimoramento e adaptações necessárias, com a emissão de "laudo de segurança" para instruir solicitações de recursos oficiais às alterações necessárias;
- b) Coleta de informações na comunidade escolar para formulação de diagnósticos e para o estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazos, na identificação de problemas comuns, na busca de soluções práticas;

- c) Concretização da fase anterior que culmina com a tomada de providências e mudanças nos procedimentos;
- d) Na quarta fase, são realizadas palestras para a comunidade escolar, alunos, pais, professores e funcionários;
- e) Na última fase, ocorre a elaboração do Plano de Segurança para o estabelecimento e ensino.

#### **2.4.5 O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD**

No ano de 1983, nos Estados Unidos, o Departamento de Polícia de Los Angeles, após diagnosticar falhas nos organismos de repressão ao tráfico e aos usuários de drogas, desenvolveu um programa educacional que visa a prevenir crianças em idade escolar dos males causados pelo uso das drogas e conseqüências advindas, como a violência, criado, então, pela Professora Ruth Rich e equipe de educadores, que desenvolveram em conjunto com o Departamento de Polícia daquela localidade.

Foi, então, desenvolvido um programa denominado “*Drug Abuse Resistance Education - DARE*”, que vai além dos tradicionais projetos sobre prevenção ao uso das drogas, pois ensina as crianças a reconhecerem e a resistirem às classes dessas substâncias psicotrópicas, e principalmente identificarem pressões pessoais e de grupos, da mídia e outros canais.

A criação do programa foi motivada pela permanente oferta de drogas, mais especificamente o tabaco e o álcool, aos estudantes da rede de ensino. Ao observar que os resultados alcançados apenas pela repressão policial, no tocante à apreensão de drogas, não surtiam efeito significativo, pois o trabalho policial transitava entre o traficante e o usuário, sendo que o primeiro requer repressão e, o último, prevenção, foi estabelecida uma estratégia que alcançasse a criança na faixa etária entre 9 e 12 anos de idade, preparando-a para ingressar na adolescência.

O Programa está presente atualmente nos 50 Estados Americanos e em 58 países nos cinco continentes, e já beneficiou aproximadamente 50 milhões de

crianças que participaram do DARE, inclusive no Brasil, estando inserido em todos os Estados.

Pesquisas científicas concluem que os esforços encontram maior eficácia quando se adota uma postura educacional, preventiva, de cunho estratégico, como apontado por Cruz, em que “o trabalho de prevenção deve achar lugar e todos os meios possíveis para alcançar resultados concretos. A educação formal constitui um desses meios que deve estar associado a inúmeros outros recursos para obter-se resultado efetivo” (1991, p. 128).

No Brasil, em 1992, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ foi a primeira Corporação Policial Militar a adotar o Programa *DARE* entre crianças de rede pública e particular de ensino no Brasil.

A PMERJ objetivava na ocasião desenvolver uma estratégia de segurança pública, para aproximar o policial-militar da comunidade, por meio do conceito de “polícia comunitária”, que é o de diminuir os hiatos entre esse órgão repressor de segurança pública para a condição de preventivo, com a contínua aproximação da polícia militar e do cidadão, com o fim de convidá-los a se tornarem protagonistas de ações preventivas na área da segurança pública.

Essa transformação começaria pela criança, já na fase transacional para a adolescência, em uma conquista contínua do espaço destinado a esses futuros cidadãos do presente.

No Paraná, o Programa foi implantado a partir do segundo semestre do ano de 2000, inicialmente em oito municípios, sendo que atualmente encontra-se instalado em 175 cidades no Estado.

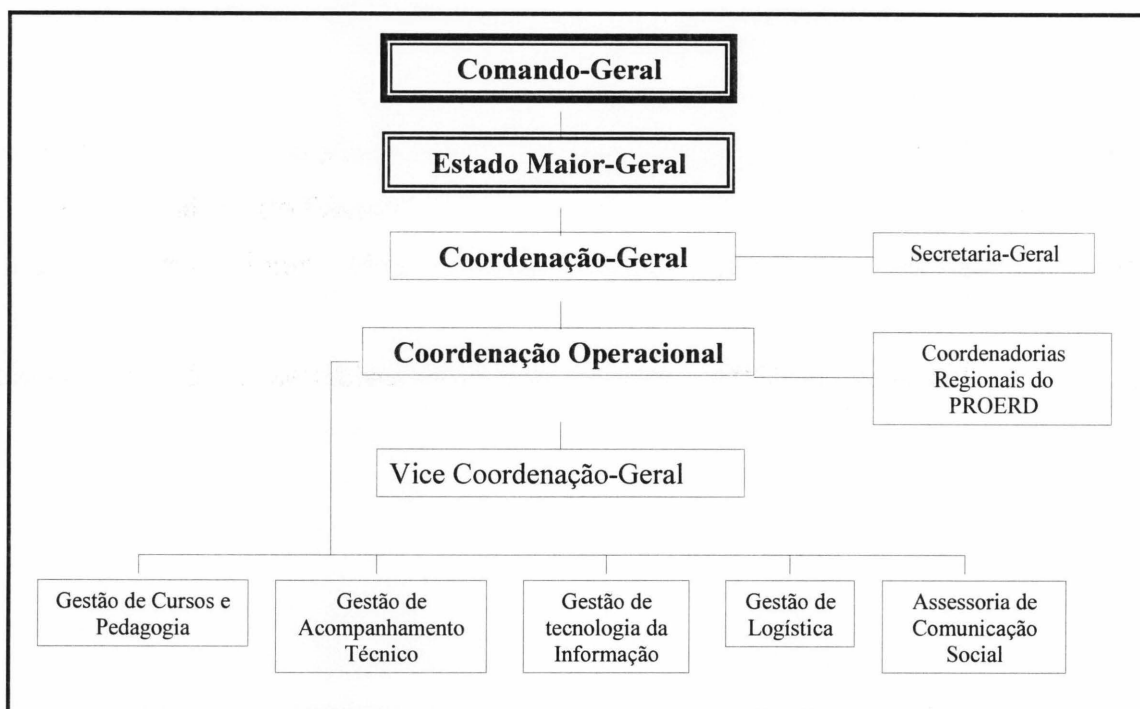
O PROERD possui na PMPR a vinculação direta ao Chefe do Estado-Maior, conforme Figura 1.

A partir do ano de 2005, a Coordenação Estadual desenvolveu o Projeto de implantação do Sistema da Qualidade PROERD, inédito em todo país e, que prevê a criação de Gestões nas áreas de Cursos e Pedagogia, Acompanhamento Técnico, Tecnologia da Informação, Logística e a Assessoria de Comunicação Social, conforme Figura 5. Ainda foi desenvolvida a concepção de “Educador Social do PROERD”, em substituição ao termo “Instrutor”, conforme será descrito na seqüência.

Para o adequado desenvolvimento da política de educação preventiva no interior do Estado, em que o PROERD representa o maior trabalho na área, foi

criado o termo “Coordenador Regional”, que prevê maior autonomia aos Oficiais que desenvolvem as atividades regionais nas Unidades do Estado.

FIGURA 3 – Organograma do PROERD na Polícia Militar do Paraná de acordo com a implantação do sistema de qualidade



FONTE: Projeto do Sistema da Qualidade PROERD Paraná.

A Coordenação Estadual, a partir de agosto do ano de 2005, passou a denominar “Educadores Sociais do PROERD”, os policiais-militares que são formados no currículo mínimo para atuação em sala de aula. O motivo é que esses profissionais, como atuam no ambiente da escola, necessitam formação específica para o desempenho de sua atividade como educador.

O Programa, como se encontra disseminado nas principais cidades do Estado, e atua em escolas das redes pública e particular de ensino, privilegia todas as classes sociais. Isso prevê a necessidade de melhoria contínua no processo de formação do policial-militar que atua no PROERD, como quesito para a qualidade, cujo produto final são alunos com conceitos delineados e bem construídos acerca da cultura de prevenção na família, na escola e na sociedade.

Em uma investigação realizada por Alves (2001) que teve por fim traçar o diagnóstico do consumo de drogas entre estudantes do ensino fundamental e comparar a tendência do uso de drogas entre 5 levantamentos realizados nas 10

capitais nos anos de 1987, 1989, 1993, 1997 e 2004, comparou-se os fatores de relacionamento familiar, aspectos pessoais, uso de drogas entre estudantes do Brasil e de outros países. Como resultado da análise, de maneira sintética, pôde-se observar especificamente em Curitiba que:

- a) Estudantes que tinham feito uso na vida<sup>7</sup> de drogas apresentaram maior defasagem escolar (22,8%) comparando-se aos que nunca haviam utilizado (15,4%);
- b) As classes sociais A e B foram as que apresentaram maior percentagem no uso na vida;
- c) Predomínio de uso no sexo masculino, exceto quanto ao uso pesado. Observou-se maior percentagem de usuários a partir dos 16 anos, apesar do uso na faixa etária de 10 a 12 anos ser expressivo (12,7% de uso);
- d) As drogas mais utilizadas, excetuando-se álcool e tabaco, foram pela ordem: solventes, maconha, ansiolíticos, anfetamínicos e anticolinérgicos. O total estimado de uso na vida de drogas, na rede estadual de ensino, foi de 21,6%;
- e) Observou-se o predomínio de uso na vida para homens: maconha, cocaína, tabaco, álcool, energético e esteróides anabolizantes. Nas mulheres, o predomínio de uso na vida ocorreu para anfetamínicos e ansiolíticos.

Na Região Sul do Brasil, observou-se maior defasagem escolar para os que tinham feito uso de drogas, 16,1% contra 8,1% para os que nunca haviam feito uso. A maior percentagem de uso segue a tendência da média nacional para as classes A e B.

Quanto ao “uso na vida” e “uso no ano”, houve prevalência para o sexo feminino, enquanto que “uso pesado” e “uso freqüente” foram mais comuns em homens. Constatou-se maior percentagem de uso para a idade de 16 anos e na faixa etária de 10 a 12 anos o número também foi expressivo, 9,6%.

---

<sup>7</sup> São usados em epidemiologia as terminologias adotadas pela OMS quanto à periodicidade de uso de drogas: Uso na vida: uso pelo menos uma vez na vida; Uso no ano: uso pelo menos uma vez nos últimos doze meses; Uso no mês ou recente: uso pelo menos uma vez nos últimos trinta dias; Uso freqüente: quando a pessoa utilizou droga(s) seis ou mais vezes nos últimos trinta dias; Uso pesado: utilizou drogas diariamente no mês.

O total estimado de uso na vida de drogas na rede estudantil de ensino foi de 21,6%. Houve predomínio de uso na vida entre os homens para solventes, crack e energéticos. Nas mulheres o predomínio foi para anfetamínicos, ansiolíticos, tabaco e álcool.

FIGURA 4 - Uso na vida de drogas psicotrópicas por 48.155 estudantes do ensino fundamental e médio das redes municipal e estadual do Brasil

Tipos de usos <sup>o</sup>	Sexo %†			Idade (anos) %†				
	M	F	NI <sup>□</sup>	10-12	13-15	16-18	>18	NI <sup>□</sup>
Uso na vida	23,5	21,7*	23,7	12,7	23,1	29,2	34,7	25,1
Uso no ano	20,4	18,8*	20,6	10,2	20,3	26,5	29,2	21,3
Uso no mês	15,6	13,9*	16,1	7,6	14,5	20,4	24,0	17,6
Uso freqüente	3,5	2,6*	3,4	1,3	2,9	4,7	5,1	3,3
Uso pesado	2,3	1,7	2,3	0,9	1,9	3,0	3,6	2,2

FONTE: CEBRID.

Em nível nacional, de acordo com a pesquisa, a relação entre escola pública e privada apresentou grande discrepância. Na Região Norte, a proporção foi de 8:1 e na Região Sul foi de 1:1. Observa-se nesse sentido que a confiança no ensino público é pouca. A defasagem escolar continua com percentagens elevadas. Alunos que fizeram uso na vida faltaram mais às aulas em comparação aos que nunca experimentaram drogas.

Constatou-se que o uso na vida de tabaco teve significativa diminuição em função da proibição das propagandas de cigarro.

Drogas ilegais como álcool e tabaco foram as drogas com a menor média de idade para o primeiro uso (12,5 e 12,8). A maconha aparece com uma média de idade de 13,9 anos e a cocaína com 14,4 anos para o primeiro uso. Recomenda-se que as estratégias de prevenção devam começar a partir dos 10 anos de idade.

Como se percebe, o uso de drogas não é de exclusividade de determinadas classes econômicas e o uso de drogas diferencia-se para os gêneros masculinos e femininos.

Para que o policial-militar atue no Programa, são necessários alguns requisitos como o voluntariado, ter alguma experiência em atividades sociais ou

educacionais, ter dois anos de efetivo serviço na Corporação e estar no bom comportamento.

No processo de seleção, estão previstas a seleção com a presença de psicólogo, pedagogo e equipe técnica de Mentores e Másteres do PROERD, dinâmicas de grupo e entrevista individual, que possuem caráter eliminatório, seguindo-se critérios técnicos próprios para a seleção de pessoal.

Assim, foi desenvolvido um currículo próprio para a formação desse profissional, que passa agora a trabalhar com a educação preventiva às drogas e à violência, para alcançar as quartas e sextas séries do ensino fundamental e currículo para pais, bem como, o trabalho nas comunidades.

O currículo para a formação dos policiais-militares prevê os seguintes conteúdos e as competências necessárias à formação dos profissionais:

- a) Habilidades e conhecimentos para reconhecer e resistir à pressão dos companheiros ou grupos quando do oferecimento de álcool, cigarros ou outras drogas;
- b) Desenvolver a auto-estima;
- c) Aprender técnicas de como ser seguro;
- d) Maneiras de resistir às drogas;
- e) Aprender alternativas positivas ao não-uso de drogas;
- f) Aprender a lidar com o estresse e resolver conflitos;
- g) Resistir ao envolvimento com gangues;
- h) Redução da violência;
- i) Conseqüência dos atos de vandalismo e violência;
- j) Tomada de decisões;
- l) Construir habilidades de comunicação;
- m) Noções de cidadania;
- n) Aprendizagem de atividades interativas com a participação de grupos em aprendizado cooperativo.

Um ponto de grande relevância na aplicação do PROERD, e constatado em pesquisa, reside no vínculo afetivo que o policial-militar do PROERD desenvolve com os alunos, em função da relação pedagógica e da aproximação propiciada por esse profissional em sua atividade de docência. Esse vínculo contribui para o

denominado aprendizado cooperativo, que se procede em uma relação triangular entre o aluno, o professor e o policial-militar Educador do PROERD, em regime de cooperação mútua, que constitui, de acordo com estudos nos campos da educação, tornar significativo qualquer aprendizado.

Esses educadores possuem ainda a missão legal baseada nos campos de estudos em segurança pública – polícia comunitária e educação preventiva, consoante as políticas contidas na Matriz Curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, da Secretaria Nacional Sobre Drogas – SENAD, da Lei de Diretrizes e Bases – LDB por intermédio dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e do DARE Internacional, conforme os seguintes pressupostos:

- a) Estabelecer condutas técnicas pedagógicas unificadas para atuação do policial-militar em sala de aula, na atuação com o PROERD;
- b) Atuar como multiplicador das informações de educação preventiva sobre drogas e violência, por meio de ações de valorização da vida;
- c) Desenvolver o PROERD nas escolas do Estado do Paraná com qualidade e compromisso com o resultado final;
- d) Estabelecer uma estratégia preventiva para reforçar os fatores de proteção, em especial referentes à família, escola e comunidade, que favorecem o desenvolvimento da resistência em jovens que poderiam correr o risco de envolverem-se com drogas e problemas de comportamento violento;
- e) Concentrar esforços no desenvolvimento de competência social, liberdades de comunicação, auto-estima, empatia, tomada de decisões, resolução de conflitos, independência e objetivo de vida.

O Programa possui em sua estrutura Educadores que são formados no Currículo Básico de 80 horas aula para os currículos de quarta e sexta série do ensino fundamental, e 40 horas aula para o currículo para pais. Ainda na estrutura, os Mentores, que recebem formação suplementar de 40 horas-aula, e que possuem a atribuição de formar os educadores sociais do PROERD – Instrutores e fiscalização dos protocolos de aplicação do Programa com os Instrutores em sala de aula e, os Másteres que realizam a Coordenação Pedagógica dos Cursos do PROERD.

A partir do ano de 2005, a Coordenação Estadual está em fase de implantação do denominado “Currículo Atualizado” do PROERD. Nessa versão, serão aplicados currículos de 10 lições para as quartas e sextas séries do ensino fundamental, bem como o curso para pais, que possui 5 lições.

O “currículo atualizado” foi desenvolvido por pesquisadores das Universidades de Akron e Califórnia e apresenta características importantes para a construção de projetos de prevenção bem sucedidos, conforme especifica o Manual do Instrutor da 4ª série (2004, p. 5):

- a) os riscos sociais, legais e físicos, bem como as conseqüências de curto prazo decorrentes do uso de cigarro, álcool, maconha, inalantes e outras drogas lícitas e ilícitas;
- b) as crenças comuns dos alunos sobre a extensão do uso de substâncias pelo seu grupo são geralmente distorcidas, porém, podem ser examinadas reflexivamente e mudadas por meio da compreensão da real extensão desse uso por seu grupo;
- c) diálogo, afirmação, estratégia de negação e outras práticas de resistência são centrais para se poder lidar com o desejo e as pressões para fazer uso da drogas;
- d) estratégias de prevenção ao uso de drogas bem sucedidas necessitam de envolvimento de pais e líderes comunitários, intervenções de agentes ao longo dos anos, aprendizado significativo para os alunos e tempo suficiente para as discussões e aprofundamento na sala de aula para ampliação em sua prática cotidiana.

De acordo com o Manual do Facilitador, o “currículo atualizado” prevê o uso da facilitação como ferramenta de trabalho do Instrutor do PROERD e aponta que o novo papel desse educador “é ser facilitador da construção coletiva do conhecimento, um mediador da aprendizagem, indo assim ao encontro das demais teorias pedagógicas” (2004, p. 5).

Importante frisar que de acordo com o citado Manual, ao Instrutor é que cabe instigar, estimular os alunos para “construírem juntos o novo conhecimento, valorizando e colocando em primeiro plano as discussões dos alunos nas atividades

realizadas nas equipes” (2004, p. 6). Nesse modelo, Becker aponta que “o educador é um auxiliar do aluno, um facilitador” (2001, p. 19).

## **2.4.6. Outros projetos de prevenção na Corporação**

### **2.4.6.1 O Programa Formando Cidadão**

Outro programa desenvolvido pela Polícia Militar é o “Formando Cidadão”, que tem por finalidade, por meio de seus órgãos envolvidos, possibilitar aos participantes do projeto, cidadania plena por meio da inserção social de crianças e adolescentes em situação de rua<sup>8</sup> (meninos), na faixa etária de 07 a 18 anos de idade, em uma proposta de convivência e de ação educativa que auxiliem o desenvolvimento integral, preparando-o para o exercício da cidadania.

Originalmente, o Projeto foi criado para ser aplicado no ambiente dos quartéis da Polícia Militar do Paraná, Corpo de Bombeiros e/ou Unidades do Exército existentes no Estado, com o fim de aproveitar a estrutura física das instalações e de pessoal qualificado, para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. De maneira sintética, o Projeto visa a trabalhar por meio de atividade de lazer, esportivas, culturais e em oficinas de iniciação profissional, a complementação das atividades escolares, o resgate da auto-estima e o desenvolvimento psicossocial dos participantes.

O Projeto iniciou suas atividades no Paraná com a mobilização das ações via Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Ministério do Exército/5ª Região Militar/5ª Divisão de Exército e Provopar Estadual, que em parceria com as Prefeituras Municipais, Associações

---

<sup>8</sup> De acordo com Gregori (2000), a expressão crianças e adolescentes em situação de rua é fruto de uma evolução conceitual que partiu de termos populares como menores abandonados. Estudos realizados, especialmente ao longo da década de 1980, mostraram que na verdade, grande parte dessa população não estava “abandonada” como até então se imaginava. Ao contrário, muitos mantinham ainda mantinham os vínculos familiares, utilizando a rua como fonte complementar da renda da família ou até mesmo como alternativa de lazer. Nesse sentido essa parcela da população passou a ser denominada na rua, restringindo o termo de rua àquelas crianças e adolescentes que haviam rompido os vínculos familiares. O termo em situação de rua passou a englobar as duas populações: “de rua” e “na rua”.

Comerciais e entidades não-governamentais promoveriam o atendimento supracitado.

Atualmente, o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Secretaria da Criança e Assuntos da Família, o município interessado por meio de sua Secretaria Municipal que trata de assuntos relativos a criança e o adolescente, celebram convênio com as atribuições inerentes de cada parte.

Para a cidade de Curitiba, fazem parte ainda, a Associação Comercial do Paraná, Instituto Pró-Cidadania e a 1ª Vara da Infância e da Juventude de Curitiba. No interior do Estado, o convênio é celebrado entre o Governo Estado do Paraná e o município, ficando a critério de cada Unidade o prévio acordo para a realização de convênio com os órgãos assemelhados, e a participação da Junta Comercial local e as organizações não-governamentais.

O Programa Formando Cidadão, na cidade de Curitiba é gerido pela Fundação de Ação Social – FAS e foi implantado em março de 1995 na unidade militar Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, da Polícia Militar do Paraná.

Hoje, o Formando Cidadão está em funcionamento nas unidades do Regimento de Polícia Montada Coronel Dulcídio, 13º Batalhão de Polícia Militar, ambas as unidades da Polícia Militar do Paraná, 5ª Cia Com, 5º Blog, 27º Blog e 5º GACAP, unidades do Exército Brasileiro.

As ações do Formando Cidadão são realizadas no interior dos quartéis, com acompanhamento de profissionais da área da educação, psicologia e educadores sociais das prefeituras municipais e a coordenação da Polícia Militar local.

O projeto visa à implementação dos serviços de atendimento social frente à população de rua, ou crianças, adolescentes e idosos vitimizados nos domicílios.

O projeto Formando Cidadão na cidade de Curitiba/PR, foi ampliado e com o trabalho em parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio da Fundação de Ação Social criou-se o Projeto da Central de Resgate Social, que concentra o Programa Criança em Segurança, as ações integradas especiais para prevenção à exploração sexual infanto-juvenil e o SOS Criança, que serão abordados na seqüência.

Têm, ainda, como objetivos secundários, o incentivo e acompanhamento do educando ao retorno do convívio familiar, uma vez que a situação de rua pode ter sido ocasionada pela quebra do contrato familiar e assim evitar a marginalização.

Objetiva, ainda, oferecer complementação alimentar, por meio de três refeições diárias, uma vez que há uma diretividade na relação desempenho escolar e grau de nutrição, bem como proporcionar o reingresso e permanência na escola, para a garantia do sucesso escolar. A isso, por ocasião de convênio firmado entre o Governo do Paraná, com as Secretarias de Estado afiliadas, a Prefeitura local e a Associação Comercial do município, há possibilidade de bolsa-auxílio ofertada aos meninos, por ocasião dessas parcerias.

Outras ações previstas para a ampla proposta de trabalho é o conhecimento de atividades cívicas, a iniciação de atividades profissionais para a inserção no mercado de trabalho, a adoção como meio educativo do lazer por meio do esporte para a emancipação da consciência preventiva, a educação para a saúde (por meio de hábitos de higiene), e a realização de atividades artísticas.

Ainda é previsto no projeto o encaminhamento dos meninos aos serviços disponíveis na comunidade, quando necessário. Prevê no máximo o atendimento de 20 meninos em situação de rua, por quartel nos municípios.

A operacionalização do projeto Formando Cidadão fica a critério do interesse de implantação por cada município e, no diagnóstico para a instalação deste, deve-se observar a demanda de atendimento de meninos em situação de rua, a estrutura disponível e adequada da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Exército, bem como a existência, disponibilidade e interesse de Associações Comerciais e entidades não- governamentais para a composição de parcerias.

Ao município cabe a capacitação de educadores sociais de rua para a abordagem a ser adotada para o ingresso do menino no projeto, assim como, a definir com profissionais da área da educação e de promoção social, as ações programáticas, observando-se rigorosamente o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Nas Unidades de Polícia Militar no Estado onde o projeto Formando Cidadão encontra-se em funcionamento, as atividades são realizadas no contraturno escolar, e devem estar em conformidade com as diretrizes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

#### 2.4.6.2 O Projeto Resgate Social

O resgate da cidadania e a superação de situações de risco vividas por crianças e adolescentes nas ruas dependem do entendimento de suas determinações.

Sabe-se, de modo geral, que esses vão às ruas para engrossar o orçamento familiar, buscar satisfação de suas necessidades pessoais e refúgio de violência doméstica severa, sofrida na família.

Tem-se verificado como produto desse processo, concentração de adolescentes com idade entre 12 a 17 anos, morando na rua, assim como, o aumento do número de mocós na região central e a intensificação do uso de drogas, passando da cola e inalantes para o crack (NOTO, 2004).

A compreensão dos motivos particulares e a verificação dos vínculos que cada criança ou adolescente apresenta com a própria família e com a rua é condição para qualquer atendimento adequado.

O primeiro contato com a criança ou adolescente geralmente ocorre em espaço aberto, sendo os encaminhamentos iniciais denominados abordagem. Este é um momento decisivo que pode determinar o sucesso ou dificuldades futuras, incluem tanto a necessidade de ações firmes de retirada de crianças e adolescentes de situações de risco pessoal ou social, quanto ações educativas baseadas na escuta diante da constatação de que posturas meramente repressivas não resolvem.

Toda a ação voltada a essa população que ainda mantém vínculos familiares, escolares e comunitários, tem caráter preventivo, pois potencialmente poderá tornar-se população crônica de rua.

Sob esta perspectiva, foi estruturado o processo de abordagem nos 08 Núcleos Regionais da Secretaria Municipal da Criança, envolvendo vários agentes sociais, entendendo que somente por meio de uma ação compartilhada entre vários órgãos governamentais e comunitários, seria possível enfrentar esta problemática.

De acordo com informações dos educadores de rua, que desenvolvem o trabalho em conjunto com a Polícia Militar em Curitiba, atualmente, estima-se a presença de 508 crianças e adolescentes/mês, das quais 350 são oriundas de Curitiba e 158 da Região Metropolitana.

O processo de abordagem de crianças e adolescentes em situação de rua é desenvolvido no município de Curitiba, pela Secretaria Municipal da Criança. O Projeto teve início pouco depois da criação da própria Secretaria em 1992; após o surgimento da função de Educador Social, foi implantado o Projeto Brincando na Rua, buscando aprender quem é esse menino/menina. Da "paquera pedagógica" à implantação de Programas e Unidades que pudessem atender de fato essa população nos anos seguintes, houve a compreensão que mais do que saber quem ele é, é saber como vive, o que pensa e como age na rua. O compromisso da Secretaria Municipal da Criança é o de resgatar com ele um lugar onde possa viver pensar e agir como pessoa, indivíduo e cidadão. A partir de 1992, a Prefeitura Municipal de Curitiba amplia a rede de atendimento em Unidades de Abrigos, Casas de Apoio e Repúblicas por meio de parcerias com Organizações Não Governamentais.

Em 1995, o processo de abordagem da Secretaria Municipal da Criança engajou-se a um projeto técnico político mais amplo. Juntamente com a Fundação de Ação Social, instituiu-se o Programa FAS SOS, com o objetivo de atender a população de rua e na rua de uma maneira geral, envolvendo adultos, crianças e adolescentes, servindo como grande centro de triagem e atendimento.

Em 1997, a Secretaria Municipal da Criança, descentralizou o atendimento a crianças e ao adolescente em situação de risco nas ruas, com o objetivo de atender a população de/na rua, por meio da vinculação com educadores sociais nas comunidades, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus capítulos III e IV, implantando os Programas da Rua Para a Escola e Formando Cidadão.

O processo de atendimento descentralizado tem permitido aos educadores a interferência precoce nos processos de vinculação das crianças e adolescentes ao universo da rua.

O projeto visa desenvolver um trabalho sistemático de abordagem a crianças e adolescentes em situação de rua e na rua, de ambos os sexos, de 0 a 18 anos, por meio de uma ação integrada entre órgãos governamentais e não-governamentais, dentre eles a Polícia Militar do Paraná, dando encaminhamentos às situações de urgência e de emergência, propiciando superação das situações de risco a partir de processo educativo e de promoção social.

O acesso ao serviço se dá da seguinte forma:

- a) Acionamento dos Educadores de Rua e o Programa SOS Criança;
- b) Procura espontânea da criança ou do adolescente;
- c) Condução por meio de outros serviços que prestam atendimento a crianças e adolescentes na rua ou em situação de rua;
- d) Abordagem de rotina dos educadores sociais da Secretaria Municipal da Criança e Programa FAS/SOS;
- e) Encaminhados pelo Conselho Tutelar.

### 3 FUNDAMENTANDO A BUSCA

A proposta da presente investigação é levantar quais as concepções, ou seja, os constructos em nível mental, conceitos intrínsecos que os policiais-militares que atuam no serviço operacional têm sobre a idéia da prevenção em uma Corporação Policial-Militar.

A PMPR completou 154 anos de existência neste ano de 2007, uma Organização que por razões culturais não tem o hábito de fazer pesquisas ou se apropriar de resultados de outros pesquisadores para análise de suas práticas ou aplicações práticas.

Motivo pelo qual, encontrou-se pouco material relativo ao tema proposto para a concretização desse trabalho que, uma vez esclarecidos certos aspectos conceituais e condutuais desses profissionais que operam no policiamento ostensivo preventivo fardado, facilitará a condução de políticas de formação para a área proposta.

Entender concretamente o que os policiais-militares pensam sobre os conceitos de prevenção, permitirá operar sobre a sua formação, e não no processo inverso, que seria apontar mediante um currículo o que se imagina necessário para o desenvolvimento de sua ação policial frente às demandas sociais.

Assim, esse aspecto remete à necessidade formativa dos policiais-militares para atuarem como policiais comunitários, para captarem os valores intrínsecos, seus olhares acerca das questões sociais, seus anseios e até mesmo suas angústias que emergem diariamente pela ação de sua prática social nas comunidades.

O estudo sobre o assunto trouxe à luz muitos aspectos observados e vividos na Corporação Policial-Militar, que traz na sua formação histórica paradigmas organizacionais e pré-conceitos acerca da questão “polícia preventiva”, seja no objeto propriamente dito ou em seus agentes que atuam nesse trabalho.

Quanto à pesquisa, alguns da equipe dirigente, entendem que consiste em um trabalho de apenas coletar dados e realizar um mosaico de informações, que por mais que estejam coerentes, não caracterizam logicamente o objetivo científico ou social da busca, ou seja, a coleta de informações, sistematização e descrição da realidade, de acordo com Demo (1995, p. 11).

A pesquisa utilizada foi a qualitativa, que permite lidar com pessoas, e como tal não se pode manter separada destas quando no momento da pesquisa, devem-se considerar suas preferências, idéias e valores que influenciam seu ato de conhecer e não apenas considerá-las como objeto de pesquisa.

Como apontado por Lüdke e André (1986, p. 11) “ocupo-me com os processos e fico atento aos significados que as pessoas dão às coisas e à vida”.

A isto, a pesquisa como atividade humana e social, carrega consigo a carga de conhecimento histórica do pesquisador, que reflete diretamente na qualidade do resultado da investigação.

Conforme afirma Lüdke e André (1986, p. 3), o objeto de pesquisa em tela, configura-se como fenômeno social, pois foi desenvolvido no interior das comunidades, com todos os atores envolvidos, que aqui configurar-se-á como uma das variáveis desse processo. Não se pode, então, analisar esse policial-militar como um fato isolado do contexto, diante do quadro aqui exposto.

Assim, constatou-se que essa questão deveria ser tratada de maneira analítica, mesmo se considerar a complexa questão do fenômeno social.

A partir do momento que foi proposto investigar o policial-militar que atua nas atividades de polícia ostensiva, observou-se que a pesquisa estava em busca de uma realidade não documentada, no que se refere ao assunto proposto, ou seja, ensaios que pudessem balizar o comportamento deste frente ao seu desafio de, talvez, no futuro, um novo paradigma, derivado do conceito de prevenção.

### 3.1 PERFIL DA POPULAÇÃO A SER ESTUDADA

#### 3.1.1 Escolha da população de estudo

A população estudada foi a de 35 policiais-militares - praças – soldados e cabos, que atuam na atividade de policiamento ostensivo na modalidade de Rádio Patrulha.

A pesquisa foi aplicada aos policiais-militares que atuam em Curitiba e que pertencem ao 20º Batalhão de Polícia Militar (20º BPM). A coleta de dados foi

realizada com esses profissionais tomando como referência geográfica o local citado e, para melhor homogeneização da amostra, procurou-se investigar esses profissionais de segurança pública, em vários turnos de trabalho.

A definição da escolha da população-alvo para o estudo deveu-se a uma estreita relação com a experiência do pesquisador com os policiais-militares que atuam na atividade de rádio patrulha, mais especificamente, na percepção de que esses necessitam se situar melhor no conceito de prevenção na atividade de polícia melhora de sua prática laboral, algo que os próprios profissionais, refletidamente, observaram de si mesmos.

### 3.2 TIPO DE PESQUISA A SER REALIZADA

#### 3.2.1 A pesquisa exploratória

A metodologia escolhida para realizar a pesquisa proposta é conhecida como estudo exploratório, pois, o tema referente à produção social e a integração destes se constitui inédito na Polícia Militar do Paraná.

O presente tipo de pesquisa foi escolhido por não encontrar estudos consistentes sobre o objeto proposto acerca dos profissionais que atuam na PMPR nas práticas de policiamento comunitário e social, como a base epistemológica dos projetos pedagógicos de cada ação descrita, a indicação de quais conteúdos são necessários à formação desses profissionais, suas expectativas, e outros.

Assim, idéias não estudadas e idéias vagamente vinculadas ao problema de investigação remetem à necessidade de se iniciar com um estudo exploratório (SAMPIERI, 1998, p. 69).

De acordo com Dankhe (1986), esse tipo de estudo serve para preparar o terreno, e ordinariamente antecede os estudos descritivos, correlacionais e explicativos.

Os estudos exploratórios, conforme especifica Dankhe, citado por Sampieri (1998, p. 59),

servem para nos familiarizarmos com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informações sobre a possibilidade de levarmos à cabo uma investigação mais completa sobre um contexto particular da vida real, investigar problemas do comportamento humano que considerem cruciais aos profissionais de determinada área, identificar conceitos ou variáveis promissoras, estabelecer prioridades para investigações posteriores ou sugerir afirmações.

Essa classe de estudos fornece condições de avaliar o comportamento, as concepções, o olhar sobre si, do policial militar que atua no PROERD, sobretudo, nessa situação em que há poucas informações.

Conforme Dankhe, citado por Sampieri (1998, p. 59), estudos exploratórios poderão determinar tendências de estudos, assim como, identificar relações potenciais entre variáveis e estabelecer o tom de investigações posteriores mais rigorosas.

De acordo com o autor, a metodologia é caracteristicamente mais flexível ampla e dispersa, comparando-se com outros tipos de estudos. Porém, encerra maior risco e requer mais paciência, serenidade e receptividade por parte do investigador Sampieri (1998, p. 60).

Nesse sentido, verificou-se que se pesquisam esses fenômenos de polícia militar, como “fenômenos sociais”, como é o caso da relação desses profissionais com a sua formação inicial e seu processo histórico de desenvolvimento, para desvendá-los e proporcionar respostas apropriadas.

Assim, justifica-se a busca de uma metodologia que, considerando também o contexto do fenômeno social que se estuda, privilegia a prática e o propósito transformador do conhecimento que se adquire da realidade que se procura desvendar em seus aspectos essenciais e acidentais.

Bogdan e Biklen citados por Lüdke e André (1986, p. 11), descrevem cinco características da pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural a sua fonte de direta de dados e o pesquisador como o seu principal instrumento; os dados coletados são predominantemente descritivos; A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos e atenção especial do pesquisador; a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, ou seja, a busca de evidências que comprovem hipóteses definidas antes do início dos estudos.

A intrincada rede de comportamentos pessoais no cotidiano, bem como as estruturas de significado de cada um dos sujeitos no quadro referencial de seus

próprios pensamentos, sentimentos e ações pediam os procedimentos da pesquisa qualitativa, sob enfoque etnográfico.

### 3.3 COLETA DOS DADOS

O processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas e estanques, mas desenvolve em uma interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de forma que na coleta de dados, num instante deixa de ser tal e passa-se à análise de dados, e este é, em seguida, um veículo para nova busca de informações.

Para que a coleta de dados se proceda, a pesquisa qualitativa admite alguns tipos de caminhos, que foram utilizados na presente investigação, como o questionário semi-estruturado (Apêndice 1) e análise documental.

O questionário no formato semi-estruturado teve seu desenvolvimento e definição a partir da observação preliminar deste pesquisador acerca das necessidades encontradas pelos policiais-militares que atuam nas atividades de policiamento ostensivo na Corporação.

Nesse sentido, para a construção do questionário, conforme apontado por May buscou-se transformar conceitos apropriados de teóricos em indicadores claros, de modo que tanto o pesquisador quanto os respondentes tivessem clareza sobre os significados que eles têm (2001, p. 123).

O autor, ainda, esclarece que o questionário formulado necessita ter um teste-piloto em uma subamostra antes de ser aplicado à amostra (MAY, 2001, p. 123). Esse teste-piloto visa saber se o questionário realmente funciona e se a diagramação, terminologia e desenho carecem de mudanças.

Seguindo a orientação do autor, os questionários foram testados em 20% da amostra, ou seja, dos policiais-militares investigados.

Com aplicação inicial do questionário, algumas terminologias adotadas e aspectos de diagramação do instrumento de coleta de dados citado tiveram de sofrer pequenas alterações.

Em seguida, foi estabelecida uma parcela significativa de indivíduos a serem estudados, conforme critérios estabelecidos na “escolha da população de estudo”,

que constituem suficiente o instrumento para a coleta e análise dos dados. O questionário foi elaborado com 17 questões que continham 77 itens de respostas.

De acordo com Fink, citado por May (2001, p. 114), “uma amostra é uma porção ou subconjunto de um grupo maior denominado de população. A população é o universo a ser amostrado. (...) Uma amostra boa é uma versão em miniatura da população”.

Após se ter definidos os itens acima descritos, surge a necessidade de selecionar formas de investigar esse objeto.

Demo, citado por Minayo (1993, p. 51),

observa que o cientista em sua tarefa de descobrir e criar necessita em um primeiro momento, questionar. (...) Definido bem o nosso campo de interesse, é possível partirmos para um rico diálogo com a realidade. Assim o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade e a uma identificação com o tema a ser estudado, permitindo uma melhor realização da pesquisa proposta.

Assim, além do questionário semi-estruturado, a pesquisa utilizou-se como fonte de informações as modalidades de observação participante e análise de conteúdo documental. Quanto ao questionário, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo.

### 3.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Como já apontado anteriormente, na pesquisa social procura-se não acumular uma visão isolada das partes do estudo, pois no decorrer de fundamentação teórica o investigador poderá apoiar-se em idéias que surgem no decorrer da investigação.

Assim, ressalta-se que o pesquisador, orientado pelo enfoque qualitativo, possui ampla liberdade teórico-metodológica, conservando-se uma estrutura coerente, consistente, original com nível de objetivação capaz de merecer a aprovação dos cientistas num processo intersubjetivo de aprovação.

Dessa forma, de acordo com Moraes (1999, p.2), a “análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para interpretar toda a classe de

documentos e textos fornecendo informações complementares ao leitor crítico de uma mensagem. Funciona como uma ferramenta, um guia prático para a ação”.

Demo (1991) descreve a análise de conteúdo como uma ferramenta que não fica apenas nas fichas, nos relatórios, nas gravações, porque sabe que isto é instrumento, vestimenta, aparência. Diz, ainda, que é necessário que o investigador vá além das evidências, que saboreie as entrelinhas, porque o que se encontra nas linhas é exatamente o que não se queria dizer.

Analisar os dados qualitativos, no dizer de Lüdke e André (1986, p. 44) significa “trabalhar” todo o material, obtido durante a pesquisa, tarefa que se inicia na organização de todo o material, dividindo-o em partes “relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento, esses padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado”.

Outro aspecto importante da análise de conteúdo, de acordo com Sampieri (1998, p. 43) está na capacidade de a análise de conteúdo “gerar novas interrogações e descobertas”. Relaciona a análise de conteúdo com análise de significados, embora possa ser também uma análise de significantes, que congrega análise lexical e de procedimentos.

Nesse sentido, Franco (1986, p. 9) ressalta que a análise de conteúdo busca os sentidos de um texto, de uma mensagem. O ideal, de acordo com o autor é buscar sentidos em um texto, na mensagem procedida pelo interlocutor.

No que se refere à análise documental, foram avaliados diversos tipos de documentos achados importantes e de relevância para a pesquisa, como materiais históricos referentes ao Programa e da Polícia Militar do Paraná, em que foram encontrados outros elementos que propiciarão outras investigações, que julgo importante e para o desenvolvimento social da própria Organização. Outros tipos de documentos como os de uso corrente pelos policiais-militares em sua rotina de seu trabalho diário.

De acordo com Phillips (1974, p. 187), “são considerados documentos quaisquer materiais escritos que possam ser como fonte de informação sobre o comportamento humano”.

Assim, Eco (1995, p. 185) aponta que “qualquer conteúdo pode, por sua vez, tornar-se uma nova expressão, suscetível de ser interpretada, ou substituída por nova expressão”.

A análise de conteúdo se efetua por meio de codificação (categorização), que nada mais é, do que destacar as características relevantes do conteúdo de uma mensagem, texto, contexto, etc., transformadas em unidades que permitem a sua descrição e análise.

Nesse sentido, conforme Sampieri (1998, p. 296), foi utilizado como unidade de análise o “item”, que pode definir-se como unidade total carregada de produto de material simbólico, analisado o seu conteúdo, no contexto, espaço e tempo, ressaltando sua complexidade intrínseca.

Quanto à categorização, Sampieri (1998, p. 298) aponta o uso da categoria “assunto tópico”, tratado no conteúdo que mostra cada mensagem selecionada.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 DADOS GERAIS DA POPULAÇÃO ESTUDADA

De acordo com Minayo (1994, p. 42), “a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”.

Para a pesquisa, foram investigados 35 policiais-militares sujeitos das atividades descritas no item 3.2.1.

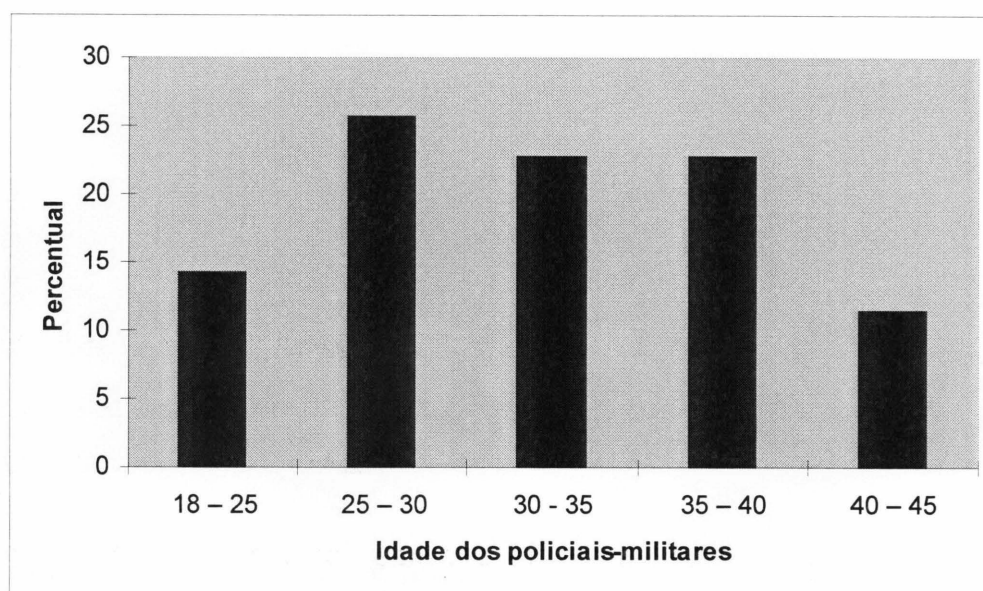
Após a construção do questionário, foi aplicado primeiramente a uma subamostra composta por 08 policiais-militares (ou seja, correspondente a 22, 85% do total da população prevista), que atuam nas atividades descritas no item 3.2.1, com o fim de ser testado.

Após, realizadas as alterações necessárias, o instrumento de coleta de dados foi aplicado aos 35 policiais-militares, conforme descrito.

Quanto a algumas características gerais da população, pode-se citar que 88,50% são do sexo masculino e 11,50% feminino. Tal caracterização se dá em função de fatores como a limitação legal em 6% das vagas para o ingresso de mulheres na Polícia Militar do Paraná, de acordo com a Lei nº 471/71, corrigida pela Lei nº 14804/05 e que hoje prevê a inclusão de até 50% de vagas para o sexo feminino na Corporação.

Quanto à idade, o maior percentual encontra-se na faixa de entre 25 a 40 anos de idade, conforme Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Idade dos policiais-militares que atuam nas atividades de policiamento ostensivo



FONTE: Própria.

No que se refere ao período de atuação<sup>9</sup> na Polícia Militar do Paraná a contar de seu período desde o ingresso na Corporação, a Tabela 2 mostra que:

TABELA 1 - Período de atuação do policial-militar, a contar de seu ingresso na Corporação

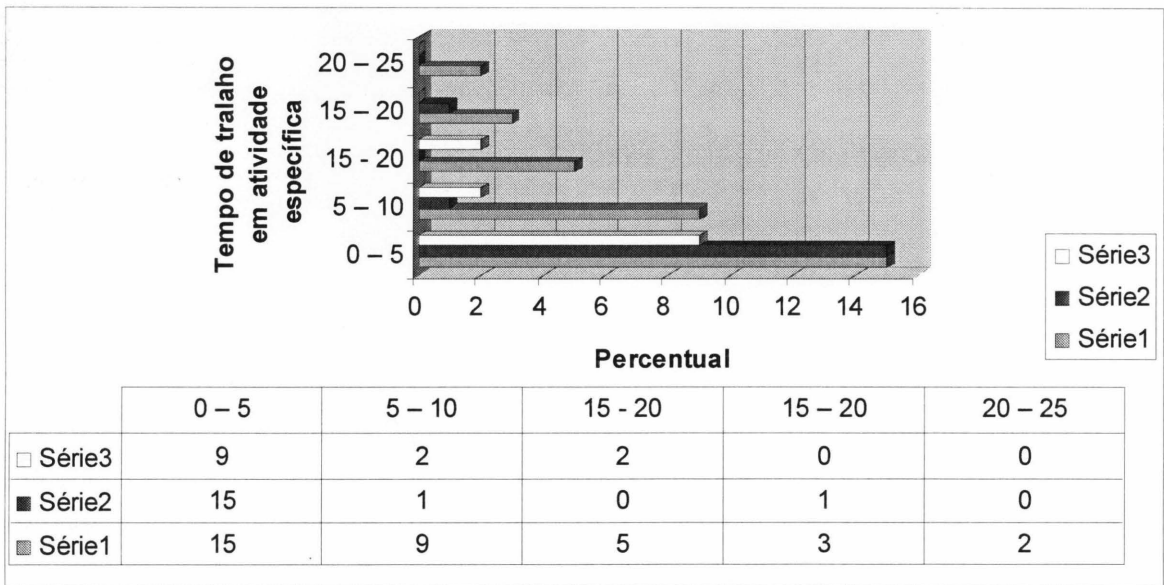
PERÍODO DE TEMPO (anos)	NÚMERO	PERCENTUAL (%)
0 – 5	16	45,70
5 – 10	10	28,50
10 -15	06	17,10
15 – 20	01	2,85
20 – 25	02	5,71
25 – 30	--	0,00
30 - 35	-	0,00

FONTE: Própria.

<sup>9</sup> O “período de atuação” refere-se ao tipo de atividade laboral caracterizada em tempos distintos na Corporação Policial Militar. Para esse estudo, foram utilizadas as terminologias: período desde o ingresso na Corporação.

Ressalta-se nessa análise, que o maior número de policiais–militares que desenvolveram suas atividades na faixa de tempo de 0 a 5 anos, portanto 42,80% estão nas categorias “serviço operacional” e “atividade de polícia comunitária ou social/educativa”, conforme comparativo.

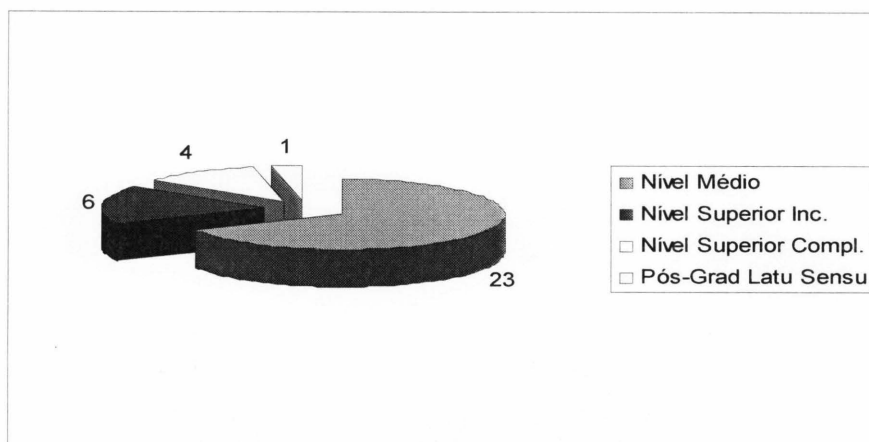
GRÁFICO 2 – Tempo de trabalho dos policiais-militares nos serviços operacional, polícia comunitária/ social/educativa e meio



FONTE: Própria.

Acerca da escolaridade, constatou-se que 65,71% da população investigada possuem ensino médio, 17,14% possuem curso superior incompleto e 11,42% possuem curso superior completo. Quanto à Pós-graduação, apenas 2,85% dos entrevistados possuem Pós-graduação *latu sensu*.

GRÁFICO 3 – Grau de escolaridade dos policiais-militares



FONTE: Própria.

As áreas de graduação dos policiais-militares que têm o curso concluído são nas áreas de ciências exatas e ciências sociais aplicadas.

Quanto ao curso de pós-graduação *latu sensu*, foi levantada a especialização em gestão de pessoas.

## 4.2 SOBRE A ATUAÇÃO EM ATIVIDADES DIVERSAS

### 4.2.1 O que fazia antes de ingressar na atividade atual

No quesito atuação profissional antes de ingressar na Polícia Militar, observou-se que dos 36 policiais-militares respondentes, 26 apontaram que realizaram algum tipo de atividade, 02 não apontaram e 08 não realizavam nenhum tipo de atividade antes de ingressar na Corporação.

Observou-se que destes, 05 policiais-militares desempenhavam algum tipo de atividade vinculada aos campos da educação e em áreas sociais diversas, como professores de educação especial e educação infantil de séries iniciais e outras áreas da educação e de inserção social.

Podem-se apontar atividades desenvolvidas nos campos tecnológicos, é o assistente de estatística, mecânico, laboratório de tratamento de água, eletricista, operador de máquinas. Outras áreas como as vinculadas a empresas, contabilidade,

assistente de administração, auxiliar de produção, diagramação, desenhista, secretária, e outros.

#### **4.2.2 Atividade que atualmente desempenha**

Quanto à atuação profissional desempenhada atualmente pelos policiais-militares respondentes que atuam na polícia comunitária e em ações sociais na PMPR, foi observado que dos Praças respondentes, 74,28% atuam em atividade operacional da OPM, 17,14% no serviço administrativo e 5,71% em atividade meio da Unidade Operacional.

#### **4.3 CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍCIA MILITAR**

Para este estudo, será adotado o termo “concepção”, pois há a dificuldade do estudo das representações, pois, de acordo com Delval (2001, p. 50)

são muito escorregadias, não podem ser estudadas diretamente, e com frequência não são formuladas de uma maneira explícita, motivo pelo qual os sujeitos não são conscientes delas, e muitas vezes, vão detalhando-as quando precisam resolver um problema ou encontrar uma explicação.

Não no nível de representações, que conforme Delval (2001) são muito escorregadias, e seu estudo não as permite focalizá-las diretamente, e com frequência não poderão ser estudadas de maneira explícita, como acontece com as teorias científicas. Descrever a utilização de concepções sobre uma determinada parcela da realidade, sem tentar encontrar mecanismos comuns nelas é que poderá apontar mecanismos comuns nos pensamentos dos sujeitos investigados, acerca de suas explicações e descrições.

Assim, torna-se mais seguro, de acordo com o autor limitar-se a descrever as “concepções” sobre uma determinada parcela da realidade, sem tentar encontrar mecanismos comuns nelas (DELVAL, 2001, p. 50), sendo então a razão por que foi escolhido este método para a pesquisa com esses policiais-militares.

### 4.3.1 Como você concebe a Polícia Militar

Esse primeiro questionamento tem como finalidade saber como os policiais-militares concebem a atividade geral desenvolvida na Polícia Militar, seja a atividade de repressão, contenção ou prevenção.

Dessa forma, apontaram os seguintes itens contidos no questionário:

TABELA 2 – Concepção dos policiais-militares sobre os programas da Polícia Militar do Paraná

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Polícia que desenvolve programas de governo planejados para a resolução de problemas sociais	31,42
Polícia que desenvolve programas institucionais (da própria PMPR) planejados para a resolução de problemas sociais	28,57
Polícia que apresenta apenas programas de governo descolados dos problemas sociais	25,71
Não tenho opinião formada sobre o assunto	11,42
Polícia de cunho repressivo e sem uma identidade com as questões sociais	5,71

FONTE: Própria.

A maioria dos policiais-militares, 59,99%, tem consciência de que os programas desenvolvidos pela Polícia Militar possuem a finalidade de auxiliar na resolução de problemas sociais. Esse entendimento é fruto da consciência de que os problemas nas comunidades são produzidos pela ação direta de causas primárias, que são provenientes das necessidades sociais básicas e elementares dos indivíduos sociais. De acordo com Oliveira (2006), isso demanda maturidade conceitual do profissional de segurança pública, que é alcançada de acordo com a vivência e o conhecimento nas áreas sociais em que a Polícia Militar atua.

Um percentual de 25,71% acredita que esses programas estão restritos ao ambiente e/ou interesses da Corporação, ou seja, como ações Institucionais e estanques ao planejamento sem o olhar social para os sujeitos que são os

beneficiários dos serviços da Corporação, ou seja, acreditam que os programas processados nas comunidades são atos governamentais descolados da necessidade da população ou sem conformidade com as questões sociais existentes.

#### 4.3.2 Você sabe o que é prevenção?

Essa etapa do questionário revela algo importante acerca da formação dos policiais-militares que atuam na atividade de segurança pública. As majorias dos policiais militares, de acordo com a Tabela 3, têm noção do significado do termo “prevenção”, que para essa parcela de sujeitos investigados significa: combater o crime, evitar que o crime ocorra evitar o fato antes que aconteça estar no local que possa ocorrer delitos, impedir que o fato delituoso ocorra, e outras correlatas.

TABELA 3 – Noção do termo prevenção dos policiais-militares

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Sim	91,45
Não	2,85
Talvez	2,85
Não tenho opinião formada sobre o assunto	2,85

FONTE: Própria.

Observa-se que os policiais-militares, apesar de terem a noção de prevenção, o conceito parece estar ligado à sua prática cotidiana imediata, por meio de suas representações. Esses conceitos, de acordo com Delval (2001), têm uma relação direta com o seu processo de desenvolvimento intelectual e a sua experientiação. Esses dois fatores estão ligados a sua formação acadêmica inicial, ainda nos cursos de formação.

A polícia militar foi constituída para servir à população, e o mais importante, os sujeitos que a compõem são emprestados da sociedade para um período de

formação/capacitação e logo após são restituídos a essa sociedade, conforme Granjeiro (2001, p. 20). Esses profissionais são pessoas investidas de autoridade legal, mas que anseiam por melhores condições de trabalho. Por outro lado, encontram-se as pessoas que cotidianamente vêem e esperam que a instituição Polícia Militar atue como agência protetora, não necessariamente com o serviço de repressão, mas inserida nas áreas de educação preventiva e de inserção social.

O autor (2001, p. 21) aponta ainda que o policial-militar, independente do grau hierárquico de que seja possuidor, é um permanente social e socializador, e que no seu dia-a-dia profissional, tem de agir na composição da paz social, neutralizando a manifestação de comportamentos anti-sociais.

Filho (1995, p. 117) sugere que o Policial comprometido com a comunidade da área vai ter na segurança um papel semelhante ao do Pronto-socorro no setor da Saúde. As pessoas querem ser atendidas, entretanto, poucos são os casos que demandam um encaminhamento ao Hospital. No policiamento, a maioria dos casos, deve ser resolvida na base, não exigindo encaminhamentos aos distritos policiais e à Justiça. Muitos casos são resolvidos com simples orientação. “Esse contexto faz aumentar a credibilidade na organização, aliviando a sobrecarga de custos desnecessários com os deslocamentos de veículos policiais; o morador tem a certeza de encontrar um policial amigo, conhecido e confiável”

Esses aspectos apontados necessitam um olhar diferenciado acerca do que é, ou deve ser a prevenção, o que reforça a idéia de que a formação do sujeito tem relação diretamente na sua ação e seus pensamentos, que remetem o seu comportamento frente à atividade de segurança pública.

#### **4.3.3 Em caso positivo, descreva o que é prevenção?**

Os policiais-militares foram perguntados sobre o que é prevenção, sendo que todos responderam ao item em questão.

TABELA 4 – Significado do termo prevenção para os policiais-militares

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Evitar que o crime (ato delituoso) ocorra	48,57
Prevenção é antecipação	28,57
Patrulhamento ostensivo	17,14
Interação com a sociedade	8,57

FONTE: Própria.

De acordo com a Tabela 4, percebe-se que há forte relação entre a idéia de prevenção de polícia como ato repressivo ou de contenção da criminalidade. Na categoria “prevenção é antecipação”, os respondentes não deixam claro a que tipo de prevenção se referem, mas proporcionam pistas para a análise de seus conceitos, pois em outras respostas, apontam a próxima relação entre a evitação do crime, patrulhamento ostensivo, e outros.

Em nosso trabalho funciona como policiamento ostensivo. (quatorze anos na PMPR – graduação)  
Combater o crime na raiz, e nunca depois que se forma. (seis meses na PMPR – graduação incompleta)

A categoria mais próxima está a “relação com a sociedade”, que se referem aos policiais-militares que já possuíam alguma experiência social, comunitária ou educacional, anterior à atividade de polícia ou durante essa, com o percentual de 8,57%.

Meio de interagir com a sociedade de forma a inibir atos ilícitos. (quatro anos na PMPR – graduação incompleta)

#### 4.3.4 Como você entende o trabalho de Polícia Comunitária ou Social

Nessa etapa, serão auferidas as concepções sobre a responsabilidade dos trabalhos de polícia comunitária e social da PMPR, de acordo com o apontado:

A maior parte dos policiais-militares acredita no processo de compartilhamento de responsabilidade.

TABELA 5 – Concepção dos policiais-militares sobre a responsabilidade dos programas na Corporação

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Algo de responsabilidade da PMPR e de outros setores do Estado	88,57
Algo que não é de responsabilidade da PMPR	8,57
Algo de responsabilidade da PMPR apenas	2,85
Não tenho opinião formada sobre o assunto	0,00

FONTE: Própria.

A maioria dos policiais-militares tem a noção de que o trabalho realizado pela Corporação prescinde de outros partícipes no processo de segurança ao cidadão.

A isso, pode-se chamar de princípio básico que aproxima essas novas formas de articulação como a parceria (SANTOS, 1998), na qual as entidades envolvidas atuam em rede, tendo como foco um problema específico. Entende-se por parceria a relação estabelecida, considerando-se a igualdade de valores das especificidades e das diferenças de cada componente, aspectos que contribuem para a consecução dos objetivos comuns.

Isso corresponde ao entendimento sobre “rede”, que compreende o entrelaçamento de relações entre indivíduos (identificáveis e identificados nas instituições e nos grupos), inexistindo hierarquia, mas havendo igualdade e complementaridade. Trata-se, portanto, de relações pessoais e institucionais com caráter determinado, rompendo-se as concepções mecânicas de interações rígidas e hierárquicas, possibilitando uma melhor resposta para os problemas.

#### 4.3.5 O trabalho no campo de Polícia Comunitária, Educativa ou Social na PMPR possibilita mudança social

Nesse item os policiais-militares avaliaram qualitativamente o conceito atribuído ao trabalho realizado de polícia comunitária e suas conseqüências nos sujeitos que participam desse processo de construção.

TABELA 6 – Mudanças produzidas nas comunidades pela inclusão de projetos de Polícia Comunitária e ações sociais da PMPR

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Responsabilidade social	34,28
Conscientização	31,40
Mudança de hábito	22,85
Mudança social	22,85
Desenvolvimento	20,00

FONTE: Própria.

Apesar de os policiais-militares apontarem suas concepções sobre as mudanças produzidas com a implantação do policiamento comunitário, eles não têm claro que a real mudança social traz desenvolvimento aos sujeitos que participam desse novo contexto em segurança pública, pois haverá a ação de respostas sociais e de níveis de conscientização refletidas na educação, economia local e outros campos sociais.

#### 4.3.6 Como você considera a Instituição Polícia Militar do Paraná, no que se refere à aplicação/implantação da atividade de Polícia Comunitária, Educativa ou Social

Buscou-se questionar nessa etapa como os policiais-militares caracterizam a Instituição Polícia Militar do Paraná, no que se refere à aplicação/implantação da atividade de polícia comunitária ou social.

TABELA 7 – Caracterização pelos policiais-militares dos programas e ações sociais da PMPR

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Uma organização que se encontra em processo de abertura para o campo social	54,28
Uma organização que tem suas portas abertas para a sociedade	20,00
Não tenho opinião formada sobre o assunto	20,00
Que mantém suas portas fechadas para a sociedade	5,71

FONTE: Própria.

Pouco mais de cinqüenta por cento dos policiais-militares entrevistados acreditam que a Corporação encontra-se ainda em processo de abertura no campo social e educativo, entretanto, preocupa que parte dos investigados não possui opinião formada sobre o assunto, o que pode caracterizar disfuncionalidade na atividade operativa e de suas crenças internas relacionada à atividade de polícia comunitária e às atividades sociais. Acredita-se que isso ocorre por razões como a insularidade que esses profissionais de segurança pública se encontram, frente ao afastamento dos graduados e Oficiais, no sentido de instruí-los acerca dos objetivos gerais e específicos institucionais, do trabalho, as ações realizadas pela Corporação em vários âmbitos, dentre outros. Outro aspecto é o gradiente entre a educação pretendida e a recebida nos bancos escolares de formação.

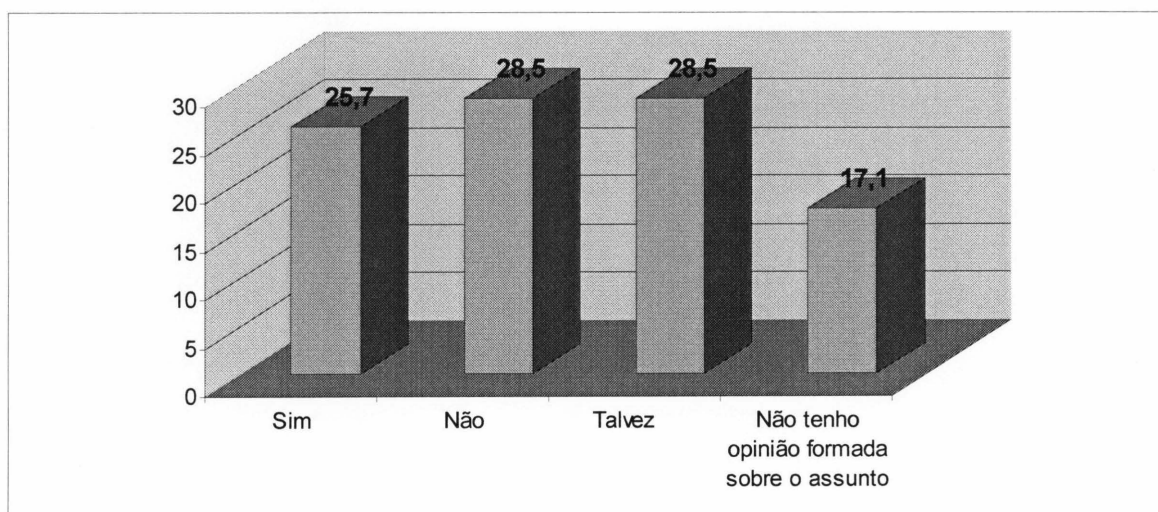
É um trabalho em longo prazo, a sociedade não está acostumada em ver um policial militar conversar com a população. (dez anos na PMPR e trabalhou dois anos na PEC – graduação)

Isso caracteriza o novo modo adequado de pensar e fazer polícia, de acordo com o princípio básico dessa concepção, em que a comunidade auxilia a Polícia Militar nas ações de segurança pública. Para tanto, ocorre a necessidade de policiais-militares bem preparados, o que alcança a preocupação do profissional, supracitada.

#### 4.3.7 A Corporação deveria investir em outra área ainda não alcançada pela atividade de Polícia Comunitária, Educativa ou Social

Essa questão tem como finalidade saber como os policiais-militares, uma vez envolvidos em suas atividades de polícia comunitária e em ações sociais, observam a possibilidade e o potencial da Corporação com o foco nas demandas existentes, para a extensão dos programas voltados para o social.

GRÁFICO 4 – Concepções sobre outros investimentos sociais ainda não alcançados pela PMPR



FONTE: Própria.

Nessa análise, percebe-se que apenas 25,70% dos policiais-militares acreditam que a Corporação deveria investir mais em outras áreas de domínio

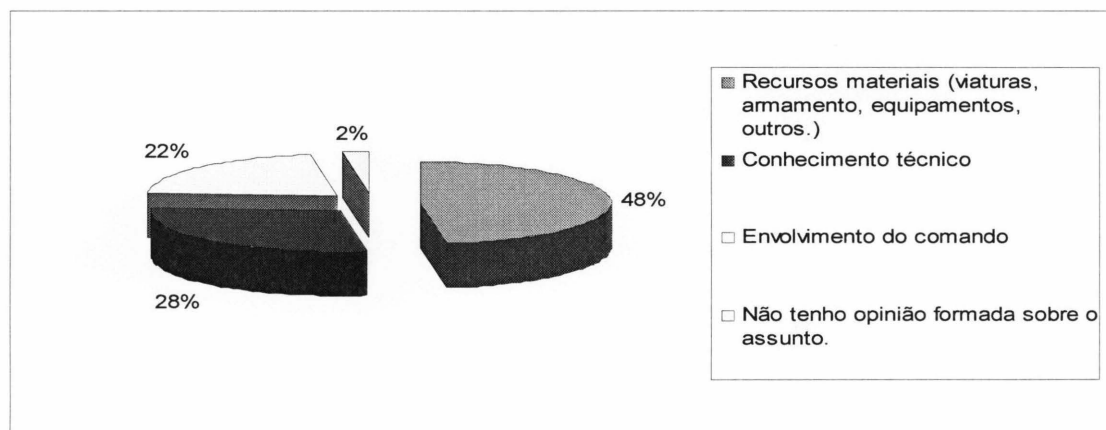
comunitário. Em torno de 57% não têm a clara percepção de que os problemas sociais, antes de serem transformados em demandas de repressão policial, devem ter uma relação com a ação de polícia preventiva, comunitária, e não apenas de controle (contenção) ou repressiva.

#### 4.4 O AMBIENTE SOCIAL

##### 4.4.1 O que o policial-militar observa que falta no ambiente para o trabalho

Nessa etapa são apontados pelos policiais-militares alguns aspectos de ordem material ou relacional que acreditam faltar para o adequado desenvolvimento de seu ofício.

GRÁFICO 5 – O que falta no ambiente de trabalho para o adequado desempenho da atividade



FONTE: Própria.

No espaço destinado “caso queira justificar”, foram registradas nove inserções que fazem menção à necessidade de formação continuada para os policiais-militares que participam, especificamente, dos trabalhos realizados na área operacional.

Os itens destacados por esses policiais-militares são o apoio judicial e financeiro – melhoria nas condições salariais.

#### 4.4.2 Como os policiais militares de outras atividades o vêem

Será tratada nessa etapa a identidade do policial-militar. Como esse profissional é percebido por seus companheiros que desenvolvem outras atividades na Corporação.

TABELA 8 – Como os outros policiais-militares vêem os profissionais que trabalham com Polícia Comunitária e Social na PMPR

CONCEPÇÃO	PERCENTUAL
Um profissional respeitado por desempenhar sua função (independente de qual área de trabalho)	37,1
Não tenho opinião formada sobre o assunto	25,7
Um agente de mudança no meio em que trabalha	14,2
Policial-militar mais preparado, pois trabalho como policial repressivo	11,4
Outros	8,6

FONTE: Própria.

A análise serve para medir a percepção de seu grau de importância social diante dos olhares dos atores que participam da Corporação.

Assim, pode-se perceber que, de acordo com a Tabela 8, que apenas 37,10% sentem-se respeitados e na condição de agentes de mudança social. A análise realizada por Oliveira (2006) aponta que 80,84% sentem-se valorizados por aquilo que fazem e que são importantes nesse processo. Esses policiais-militares apontados por Oliveira são os que desenvolvem atividades relacionadas ao trabalho em educação preventiva no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd, Patrulha Escolar Comunitária e outros envolvidos em atividades educacionais e de assistência social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elegermos o tema deste trabalho da pesquisa que subsidiou este trabalho tínhamos como motivação o desafio que se apontava. Desafio este que cremos continuara existindo em face de que o presente trabalho, apesar da contribuição dada, não exaure a tão intrigante tema. O tema “a concepção dos policiais-militares sobre as atividades de prevenção na Polícia Militar do Paraná” foi tangenciado por alguns Oficiais desta Corporação, mas nunca tratado com profundidade. A intenção também nesta investigação está longe de esgotar o assunto, até porque poderá ser tratado por várias perspectivas. Aqui se utilizou a abordagem cognitivista, também sem a pretensão de realizar aprofundamento nesses estudos, pois fugiria o objetivo do trabalho em tela.

Importa ressaltar que faltam pesquisas com rigor metodológico não apenas na PMPR, mas em outras Corporações. Isso se dá em razão não-consideração pela Academia da metodologia como critério de validação conceitual. São poucos os trabalhos que se pode reputar confiança já a partir da elaboração do marco teórico, coleta de dados, sistematização, análise e uma conclusão coerente com o resultado apontado.

O objeto de estudo observado e em questão foi tratado de maneira analítica, mesmo se considerada a complexidade do fenômeno social estudado, que adotou a pesquisa bibliográfica como fontes primária, secundária e terciária, seguida da análise de conteúdo do material coletado.

O direcionamento da investigação redundou em pesquisa qualitativa de caráter exploratório, e para a coleta de dados foi utilizado o questionário semi-estruturado, aplicado à população de 35 policiais-militares – Praças, que atuam no policiamento ostensivo na Polícia Militar do Paraná, na cidade de Curitiba, com um questionário piloto aplicado anteriormente para oito sujeitos de pesquisa, que não foram os mesmos envolvidos na coleta definitiva.

Como técnica de análise do conteúdo das observações, adotou-se como base as experiências de trabalho de campo de Bogdan e Biklen (1982) em Lüdke e André (1986, p. 15), que apresentam uma parte descritiva e uma parte reflexiva, acompanhada de análise documental

Em razão da análise de conteúdo foi possível gerar novas interrogações e descobertas.

A pesquisa teve como problema a necessidade de entender por meio da concepção dos policiais-militares, como esses sujeitos construíram a noção e se relacionam com o conceito de prevenção. Compreender também sobre os projetos e programas criados, desenvolvidos pelo grupo diretor e executados por equipe gestora e pessoal da linha de frente da Corporação.

Como objetivos, a pesquisa trouxe a necessidade de analisar por meio das falas dos policiais-militares que desenvolvem suas atividades na área da repressão, e de maneira crítica, suas concepções acerca do conceito prevenção, observadas individualmente.

Observou-se na análise dos dados, que a maioria dos policiais-militares com escolaridade superior, possui maior compreensão sobre conceitos mais complexos, como termo prevenção, em sua amplitude. Os profissionais que já tinham alguma experiência na área social ou de educação, também expressaram resultado satisfatório à conceituação do termo. Desses, 05 policiais-militares desempenhavam algum tipo de atividade vinculada aos campos da educação e em áreas sociais diversas, como professores de educação especial e educação infantil de séries iniciais e outras áreas da educação e de inserção social.

Ressalta-se ainda que para o estudo fosse apropriado o termo “concepção”, pois há a dificuldade do estudo das representações, pois, de acordo com Delval (2001) não podem ser estudadas diretamente, e com freqüência não são formuladas de uma maneira explícita, motivo pelo qual os sujeitos não são conscientes delas, que determinam parcela da realidade, sem tentar encontrar mecanismos comuns nelas, sendo então a razão por que foi escolhido este método para a pesquisa com esses policiais-militares.

A maioria dos policiais-militares tem consciência de que os programas desenvolvidos pela Polícia Militar possuem a finalidade de auxiliar na resolução de problemas sociais. Esse entendimento é fruto da consciência de que os problemas nas comunidades são produzidos pela ação direta de causas primárias, que são provenientes das necessidades sociais básicas e elementares dos indivíduos sociais.

Isso demanda maturidade conceitual do profissional de segurança pública, que é alcançada de acordo com a vivência e o conhecimento nas áreas sociais em que a Polícia Militar atua, aponta Oliveira (2006).

A análise mostrou que a maioria dos policiais-militares apresentaram ter noção do significado do termo “prevenção”, entretanto, tem a conotação de combate ao crime, evitar que o crime ocorra, evitar o fato antes que aconteça, estar no local que possam ocorrer delitos, impedir que o fato delituoso ocorra, e outras. De acordo com a teoria, os policiais-militares, apesar de terem a noção de prevenção, o conceito parece estar ligado à sua prática cotidiana imediata, por meio do que a “prevenção” remete a esses profissionais, sem uma reflexão mais ampla. Observa-se aí uma diferença qualitativa no conceito apresentado por esses e o que outros conceitos mais desenvolvidos apresentam.

Esses fatores estão ligados a sua formação acadêmica inicial, ainda nos cursos de formação, conforme apontado por alguns policiais-militares nos espaços destinados às perguntas abertas.

Sobre o que é prevenção, responderam ao item em questão que há forte relação entre a idéia de prevenção de polícia como ato repressivo ou de contenção da criminalidade. A categoria mais próxima está a “relação com a sociedade”, que se referem aos policiais-militares que já possuíam alguma experiência social, comunitária ou educacional, anterior à atividade de polícia ou durante essa.

Com a falta do conceito adequado sobre prevenção, dificilmente poderão se evitar críticas nos modelos adotados pela Corporação e/ou pelo Estado, bem como a dificuldade desse profissional atuar de maneira adequada voltada para o resultado. Assim, foram auferidas as concepções sobre a responsabilidade dos trabalhos de polícia comunitária e social da PMPR, de acordo com o apontado, ficando registrado que a maior parte dos policiais-militares acredita no processo de compartilhamento de responsabilidade, mas não têm a idéia de como isso funciona. Também há a noção de que o trabalho realizado pela Corporação prescinde de outros partícipes no processo de segurança ao cidadão.

Pouco mais de cinquenta por cento dos policiais-militares entrevistados acreditam que a Corporação encontra-se ainda em processo de abertura no campo social e educativo, entretanto, preocupa que parte dos investigados não possui opinião formada sobre o assunto, o que pode caracterizar disfuncionalidade na

atividade operativa e de suas crenças internas relacionada à atividade de polícia comunitária e às atividades sociais.

Pouco mais de um quarto dos entrevistados acreditam que a Corporação deveria investir mais em outras áreas de domínio comunitário. Acima de cinquenta por cento não têm a clara percepção de que os problemas sociais, antes de serem transformados em demandas de repressão policial, devem ter uma relação com a ação de polícia preventiva, comunitária, e não apenas de controle (contenção) ou repressiva.

Na ótica dos policiais-militares, são percebidos por seus companheiros que desenvolvem outras atividades na Corporação com grau de importância social diante dos olhares dos atores que participam de outras atividades na PMPR.

Apenas 37,10% sentem-se respeitados e na condição de agentes de mudança social e, na análise realizada por Oliveira (2006) aponta-se que 80,84% sentem-se valorizados por aquilo que fazem e que são importantes nesse processo. Esses policiais-militares apontados por Oliveira são os que desenvolvem atividades relacionadas ao trabalho em educação preventiva no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd Patrulha Escolar Comunitária e outros envolvidos em atividades educacionais e de assistência social.

O segundo objetivo visou comparar os conceitos de teóricos acerca do termo prevenção usuais na PMPR, ampliando aspectos importantes como a relação entre o que é repressão, a atividade de contenção e a prevenção (pura), esta última, realizada por meio de projetos e programas mediados pela educação.

O terceiro e último objetivo foi levantar os principais projetos e programas existentes na Corporação, que tem identidade com o conceito prevenção.

Para finalizar este trabalho, aponta-se que o caminho para a superação do entendimento do conceito completo acerca da prevenção, é operar na formação inicial e continuada dos policiais-militares.

Isso tem uma relação direta no processo de construção de uma identidade profissional própria, que não é estranha à função social da profissão, ao estatuto da profissão e ao profissional, à cultura do grupo de pertença profissional e ao contexto que se desenrola.

As pistas até aqui descritas, remetem neste momento a uma definição *a priori* de identidade. Pode-se, então, seguir dois caminhos. O primeiro relacionado aos processos de trabalho constitutivo do “dispositivo formação” que produz um potencial

de configuração identitária e um segundo caminho que encerra as relações interativas, constitutivas da dinâmica de socialização, no interior da qual se gera e enquadra a luta pelo reconhecimento.

A formação profissional contribui não só para o saber específico profissional, que se caracteriza por um conjunto de saberes teórico e competências operatórias, mas também para fornecer um conjunto de esquemas de percepção e apreciação (valores, normas e atitudes) constitutivos do ethos/universo profissional, cuja interiorização por parte dos candidatos configura descritivamente o conceito de identidade profissional.

Percebe-se, então, que a constituição da identidade profissional, em termos individuais se realiza ao longo de toda a carreira e pressupõe um acompanhamento em longo prazo. Constata-se, então, que o processo de criação da identidade do indivíduo caracteriza-se como uma trajetória histórica, em uma continuidade de ações, construção e desconstrução.

Relevante ressaltar que em defesa de trabalhos sociais, antes de qualquer coisa, o que importa são intervenções que achem seu espaço nas comunidades e produzam resultados positivos. Projetos ou programas, institucionais ou governamentais, quer repressivo, de controle ou educacional preventivo, devem ter o compromisso da ação integrativa na Organização, pois o compromisso é para com a comunidade e deve pautar-se na qualidade. A pesquisa científica deve ter seu espaço para dilacerar os paradigmas existenciais e para comprovar a necessidade de implementações, construções e desconstruções necessárias ao atendimento das demandas das comunidades.

## 6 CONCLUSÃO

No início da nossa jornada admitimos como hipótese que há necessidade de implementação de uma concepção de prevenção aos nossos policiais que realizam as atividades de Policiamento Comunitário, tendo em vista que, em consequência da conjuntura social e política que passa o país, é imperioso que se enfatize mais o aspecto saneador de conflitos sociais que a prevenção.

Ao longo do corpo verificamos que as diversas correntes e os dados apontados pela pesquisa verificaram que nossos policiais carecem da idéia conceitual de que em suas atividades a mentalidade preventiva aplicada às situações encontradas nos policiamento comunitário será ferramenta importante na não-ocorrência de conflitos sociais, com consequente melhoria da paz social e mais qualidade de vida para os cidadãos a quem se relacionam.

Assim sendo, é notório que os trabalhos sociais desenvolvidos têm sua importância gravada na medida em que ocupam espaços preventivos ao cometimento de transgressões sociais, mas é importante estabelecer, desde sua primeira formação, no policial-militar uma idéia de que sua atividade precípua é a prevenção e esta mentalidade deve acompanhá-lo enquanto pertencer à organização policial, pois constituirá sua identidade profissional.

Assim, esperamos que o trabalho aqui exposto possa servir de inspiração e estímulo para que uma nova geração de policiais venha deitar olhos neste trabalho, tão útil e necessário ao adequamento dos desafios impostos à Corporação PM, entre as quais o cumprimento da missão constitucional, respeitando o Estado de Direito e por outro lado o acirramento de tensões sociais em face da intensificação e modificação da vida em sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANCEL, M. **Polícia e sociedade**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ANDERSON, D. S. **Novas tendências de formação de professores**: aquisição de uma identidade profissional. Paris: OCDE, 1983.

BANTON, M. **The policeman in the community**. London: Tavistock, 1964.

BAYLEY, D.H. **Patterns of policing**: a comparative international analysis. New Jersey: Rutgers University Press, 1984.

\_\_\_\_\_; SKOLNICK, J.H. **Nova Polícia**: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas. São Paulo: Editora da USP, 2001.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Qualitative research for education**. Boston: Allyn and Bacon, 1982.

BONDARUK, R. L.; SOUZA, C. A. **Polícia Comunitária**: Polícia cidadã para um povo cidadão. 1. ed. Curitiba: Associação da Vila Militar, 2003.

BRANT, V.C. **O trabalhador preso no Estado de São Paulo**. São Paulo: Cebrap, 1986.

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CALDEIRA, T.P. do R. **Cidade de Muros**. São Paulo: Edusp, 2000.

CANDAU, V.M.F. Pluralismo cultural, cotidiano escolar e formação de professores. In: CANDAU, V.M.F. (Org.). **Magistério**: Construção cotidiana. Petrópolis: Vozes, 1997.

CANEN, A.; MOREIRA, A.F.B. Reflexões sobre o multiculturalismo na escola e na formação docente. In: CANEN, A.; MOREIRA, A.F.B. (Org.). **Ênfases e omissões no currículo**. Campinas: Papyrus, 2001.

CARRILLO, A. A. P. **Análisis y Evaluación de Leyes en Materia de Chesnais**. [S.I.]: JC, 1996.

COELHO, E.C. **A administração do sistema de Justiça Criminal**. Rio de Janeiro, n. 29, v.1, 1986.

DANKHE, G. L. **Investigación y comunicación**. México: McGraw-Hill, 1976.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1991.

DERRIDA, J. **Positions**. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

ECO, H. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ESTRELA, M. T. **Relação Pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Portugal: Porto Editora, 1997.

FELSON, M. **Crime and everyday life**. London: Pine Forge Press, 1994.

FOUCAULT, M. **Antioedipus: capitalism and eschizophrenia**. Nova York: Viking Press, 1977.

FRANCO, M. L. P. B. O que é análise de conteúdo. **Cadernos de Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 7, p. 1-31, ago. 1986.

FREUD, S. **El malestar de la cultura**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.

GILVARY, E. **Substance abuse in Young people**. New York: Journal Child Psychological Psychiatric, 2000.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GRANJEIRO, L. H. F. **A academia vai à academia**. Uma experiência de formação para policiais. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

GUSFIELD, J.R. **The culture of public problems**: drinking-driving and the symbolic order. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

IANNI, E.R.; IANNI, F.A.J. Street Cops and management Cops: the two cultures of policing. In: Punch, M. (Org.). **Control in the police organization**. London: The MIT Press, 1983.

JARES, J. **Cultura de Paz**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

JIN, P. **Efficacy of tai chi, brisk walking, Meditation, and reading in reducing mental diseases**. New York: Pioner, 1992.

KELLING, G.L. On the accomplishments of de police. In: PUNCH, M. (Org.). **Control in the police organization**. London: The MIT Press, 1983.

LÜDKE, M; ANDRÉ, A. D. E. M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANNING, P.K. Organizational constraints and semiotics. In: PUNCH, M. (Org.). **Control in the police organization**. London: The MIT Press, 1983.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MESQUITA NETO, Paulo de et al. **Prevenção do Crime e da Violência**. São Paulo: Pioneira, 2004.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAIS, R. **Cultura brasileira e educação**. Campinas: Papyrus, 1989.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento interpessoal**: treinamento em grupo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

NOTO, A. R.; et. al. **Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas entre Crianças e Adolescentes em Situação de Rua nas 27 Capitais Brasileiras – 2003**. São Paulo: CEBRID, 2004.

NÓVOA, A.; et. al. **Vidas e professores**. Porto: Porto Editora, 1998.

OLIVEIRA, R. A. **Caracterização institucional do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica). Curitiba, Associação Distrital da Escola Superior de Guerra, 2003.

\_\_\_\_\_. **Projetos de produção social da Polícia Militar do Paraná: dilemas da integração**. Tese (Curso Superior de Polícia). São José dos Pinhais, Academia Policial Militar do Guatupê, 2006.

OSÓRIO, L. C. Agressividade e violência: o normal e o patológico. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). **Violências no tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PAIXÃO, A.L.; BEATO FILHO, C.C. Crimes, vítimas e policiais. **Tempo social**, São Paulo, v.9, n.1, p.233-248, maio 1997.

PAIXÃO, L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, P. **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PHILLIPS, B. S. **Pesquisa social**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

REISS JR., A.J.; ROTH, J.A. **Understanding and preventing violence**. Panel on the understanding and control of violent behavior. Committee on Law and Justice. Commission on Behavioral and Social Sciences and Education, National Research Council. Washington, DC: National Academy Press, 1993.

SAMPIERI, R. H.; et al. **Metodología de la investigación**. México: McGraw-Hill, 1998.

SANTANA, B. G. C. **Núcleo Integrado de Segurança Comunitária**. [S.l.: s.n., 19\_\_?].

SANTOS, B. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, J. F. **O que é pós-moderno**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectivas dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

SKOLNICK, J.H.; FYFE, J.J. **Above the law: police and the excessive use of force**. New York: The Free Press, 1993.

STOER, S.R.; CORTESÃO, L. **Levantando a pedra: Da pedagogia inter/multicultural às políticas educativas numa época de transnacionalização**. Porto: Afrontamento, 1999.

WILSON, J. J.; HOWELL, J. C. **Comprehensive Strategy for Serious, Violent, and Chronic Juvenile Offenders**. Washington, DC: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention, 1994.

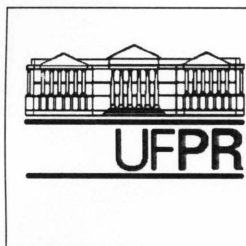
WILSON, J.Q. **Thinking about crime**. New York: Vintage Books, 1983.

WOLFGANG, M.E.; FIGLIO, R.M.; SELLIN, T. **Delinquency in a birth cohort**. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

YAROCHEWSKY, L. I. **A influência da Teoria dos Sistemas de Niklas**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

## APÉNDICE

**APÊNDICE A**  
**Instrumento de coleta de dados**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
 SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
 PROGRAMA CONVÊNIO UFPR – PMPR



## TEMA: A CONCEPÇÃO DOS POLICIAIS-MILITARES SOBRE AS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

### Prezado (a) Policial Militar:

- O presente Instrumento de Coleta de Dados (ICD) visa coletar informações para a elaboração da tese de doutoramento do Curso de Estratégia em Segurança Pública da Polícia Militar do Paraná;
- O ICD foi elaborado com questões fechadas e abertas para sistematização e análise de dados;
- Solicito vossa gentileza em prontamente preencher o presente ICD e enviá-lo para o endereço contido no interior do envelope.

## 1 PERFIL DOS PROFISSIONAIS:

### 1.1 Caracterização pessoal

1.1.1  Masculino

1.1.2  Feminino

1.1.3 Idade: \_\_\_\_\_

### 1.2 Formação educacional

1.2.1  Nível médio

1.2.2  Nível Superior incompleto

1.2.3  Nível Superior completo

1.2.4  Pós- graduação *latu sensu*

1.2.5  Pós- graduação *strictu sensu*

1.2.2 Em caso de formação superior ou pós graduação, indicar a área

### 1.3 Formação profissional

1.3.1 Outra profissão desenvolvida antes da atividade policial-militar (Descrever):

\_\_\_\_\_

### 1.4 O tempo de atuação como policial-militar

1.4.1 Policial militar (tempo de formação): \_\_\_\_\_ anos e \_\_\_\_\_ meses.

1.4.2 Serviço operacional: \_\_\_\_\_ anos e \_\_\_\_\_ meses.

1.4.3 Atividade meio (administrativa): \_\_\_\_\_ anos e \_\_\_\_\_ meses.

Em atividade de Polícia Comunitária ou Social/Educativa: \_\_\_\_\_ anos e \_\_\_\_\_ meses.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
 SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
 PROGRAMA CONVÊNIO UFPR – PMPR



## 2 ATUAÇÃO PROFISSIONAL

### 2.1 Atividade que atualmente desempenha na PMPR

### 2.2 Já trabalhou em alguma atividade educativa ou social fora da Polícia Militar?

2.2.1  Não

2.2.2  Sim

2.2.3 Em caso positivo, qual (is): \_\_\_\_\_

## 3 CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍCIA MILITAR

### 3.1 Você concebe a Polícia Militar como:

3.1.1  Polícia que apresenta apenas programas de governo descolados dos problemas sociais;

3.1.2  Polícia que desenvolve programas de governo planejados para a resolução de problemas sociais;

3.1.3  Polícia que desenvolve programas institucionais (da própria PMPR) planejados para a resolução de problemas sociais;

3.1.4  Polícia de cunho repressivo e sem uma identidade com as questões sociais;

3.1.5  Não tenho opinião formada sobre o assunto.

3.1.6 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### 3.2 Você sabe o que prevenção?

3.2.1  Sim

3.2.2  Não

3.2.3  Talvez

3.2.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.

3.2.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
PROGRAMA CONVÊNIO UFPR – PMPR**



**3.3 Em caso positivo, descreva o que é prevenção?**

3.3.1: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3.4 Você entende seu trabalho no campo de polícia comunitária, educativa ou social como:**

- 3.4.1  Algo que não é de responsabilidade da PMPR;  
3.4.2  Algo de responsabilidade da PMPR apenas;  
3.4.3  Algo de responsabilidade da PMPR e de outros setores sociais e do Estado;  
3.4.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.

3.2.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3.5 O trabalho no campo de polícia comunitária, educativa ou social na PMPR possibilita:**

- 3.3.1  Mudança social  
3.3.2  Desenvolvimento  
3.3.3  Conscientização  
3.3.4  Mudança de hábito  
3.3.5  Responsabilidade social

3.3.6 Outro(s): \_\_\_\_\_

**3.6 Você considera a Instituição Polícia Militar do Paraná, no que se refere a aplicação/implantação da atividade de polícia comunitária, educativa ou social como:**

- 3.6.1  Uma organização que tem suas portas abertas para a sociedade;  
3.6.2  Quem mantém suas portas fechadas para a sociedade;  
3.6.3  Uma organização que se encontra em processo de abertura para o campo social;  
3.6.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.

3.1.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**3.7 Você acredita que o trabalho desenvolvido em rede pode proporcionar a melhora no resultado no campo da polícia comunitária, educativa ou social?**

- 3.7.1  Sim  
3.7.2  Não  
3.7.3  Talvez  
3.7.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.

3.7.5 Caso quiser justificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
 SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
 DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
 PROGRAMA CONVÊNIO UFPR – PMPR



#### 4 O AMBIENTE SOCIAL

**4.1 Assinale a/as alternativa(s), que você como profissional, observa que falta no ambiente para o trabalho**

- 4.1.1  Recursos materiais (*viaturas, armamento, equipamentos, outros.*)  
 4.1.2  Conhecimento técnico  
 4.1.3  Envolvimento do comando  
 4.1.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto.  
 4.1.5 Outro(s): \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**4.2 Na sua concepção os outros policiais-militares lhe vêm como**

- 4.2.1  Policial-militar mais preparado, pois trabalho como policial repressivo  
 4.2.2  Um agente de mudança no meio em que trabalha  
 4.2.3  Um profissional respeitado por desempenhar sua função (independente de qual área de trabalho)  
 4.2.4  Não tenho opinião formada sobre o assunto  
 4.3.4 Outro(s): \_\_\_\_\_